

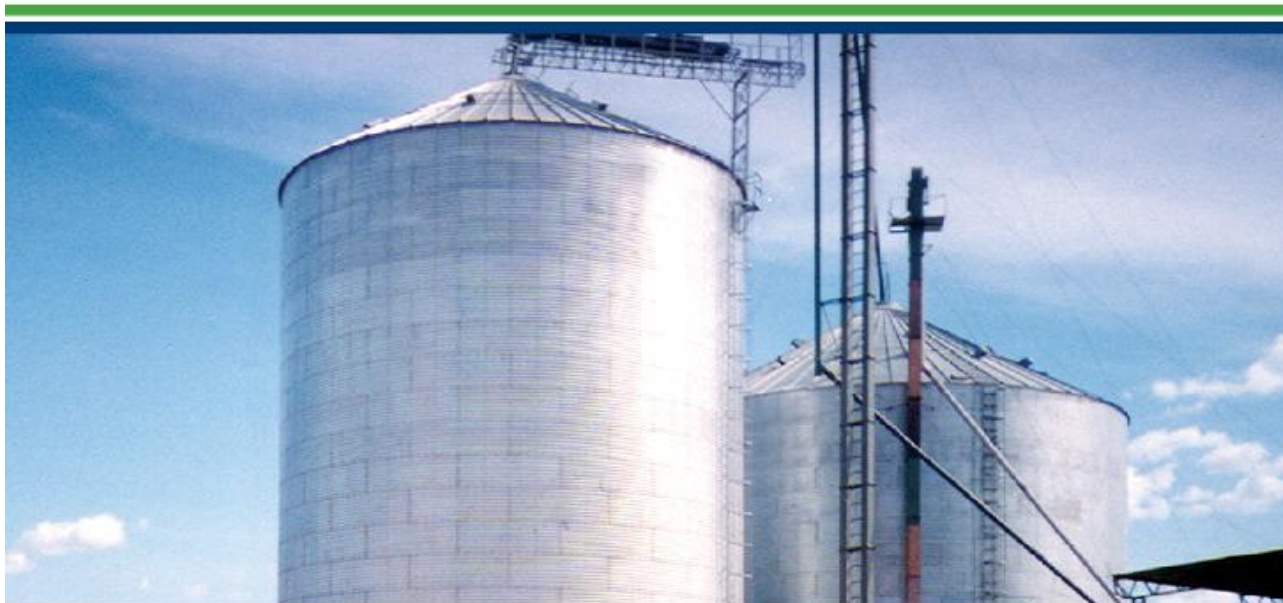
**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**



Relatório de Gestão

do Exercício de 2011

Sureg MG



Belo Horizonte / MG

**Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento**

**JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES
RIBEIRO FILHO**
Ministro

**Conab – Companhia Nacional de
Abastecimento**

Conselho de Administração
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
CARLOS CARBONI
EDILSON GUIMARÃES
JOSÉ GERARDO FONTELLES**
Membros

Conselho Fiscal

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
Presidente

**RENATA LIMA DE CARVALHO
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO**
Membros

Diretoria Colegiada

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendência Regional de Minas Gerais

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Superintendente

OSVALDO TEIXEIRA DE SOUZA FILHO
Gerente de Finanças e Administração

HÉLIO MAURÍCIO GONÇALVES DE REZENDE
Gerente de Operações

TÚLIO MARCOS DE VASCONCELLOS
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

Equipe Técnica

**Fernando de Castro Santos
Luciene Rodrigues Batista Ferreira
Paula Cristina da Silva
Osvaldo Teixeira de Souza Filho
Rodrigo Rodrigues Roveda**

Superintendência Regional de Minas Gerais
Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – bairro de
Lourdes – Belo Horizonte / MG
Fax: 3290–2784
Fone: 3290–2800

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Superintendência Regional da Conab

Em Minas Gerais – Sureg MG

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Belo Horizonte, maio de 2012

Sumário

Discriminação	Pag. n.º
Capa	
Folha de Rosto	1
Sumário	2
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Lista de Tabelas	11
Lista de Quadros	11
Lista de Figuras	15
APRESENTAÇÃO	16
PARTE “D” DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 108/2010, DE 24/11/2010 – INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB	18
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS	18
1.1 – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada	18
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	18
1.1.2 – Estrutura Organizacional	20
1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa	21
1.1.4 – Nome e Período da Gestão dos Responsáveis pela Administração da Sureg MG	21
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	27
1.2.1 – Planejamento Estratégico	27
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	30
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação de Renda	31
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	32
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	33
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	34
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	35
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	36
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	37
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos	37
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO	38
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	38
2.1.1 – O Comportamento do Mercado Agrícola em Minas Gerais	38
2.1.2 – A Estratégia de Atuação da Conab em Minas Gerais	38
2.1.3 – A Contratação de Bens e Serviços	40
2.1.4 – Os Fatores de Risco e sua Gestão em 2011	41
2.1.5 – Os Fatores de Risco e sua Previsão para os Próximos dois Exercícios	43
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	43
2.2.1 – Demanda por Serviços de Armazenagem e Apoio à Comercialização	43
2.2.2 – Mapeamento das Principais Empresas do Setor Privado análogas à Conab	44
2.2.3 – Os Produtos e Serviços Oferecidos que Geram Receitas Próprias	44
2.2.4 – Os principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Público e Privado	44
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA	45
3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda	45

3.2 – Intervenções Governamentais	46
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos	46
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos	46
3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal – AGF	50
3.2.1.3 – Contrato Público de Opção de Venda	51
3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção	51
3.2.2.1 – Prêmio para Escoamento do Produto – PEP	51
3.2.2.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro	52
3.3 – Principais Indicadores de Desempenho	52
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO	55
4.1 – Análise das Principais Ações Ligadas à Venda de Produtos	55
4.1.1 – Relação dos Produtos que foram Objeto de Intervenção no Mercado	55
4.1.2 – Critérios Adotados para Intervenção no Mercado e Escolha do Instrumento	55
4.2 – Vendas dos Estoques Públicos	56
4.2.1 – Vendas em Leilões Públicos	56
4.2.2 – Venda Para Escoamento do Produto – VEP	57
4.2.3 – Vendas em Balcão	57
4.2.4 – Doação de Produtos Alimentícios	61
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho	68
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	70
5.1 – Prohort	70
5.2 – Refap	70
5.3 – Principais Indicadores de Desempenho	70
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	72
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	72
6.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros	73
6.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros	74
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho	74
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	76
7.1 – Rede Armazenadora	76
7.1.1 – Rede Armazenadora Própria	76
7.1.1.1 – Posição dos Estoques	78
7.1.1.2 – Serviços de Manutenção	79
7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada	80
7.1.2.1 – Posição dos Estoques	81
7.1.3 – Oferta Nacional de Armazenagem	81
7.1.4 – Capacitação de Mão de obra do Setor Armazenador	85
7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	85
7.2.1 – Quadro de Fiscais	85
7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	86
7.2.2.1 – Perdas	87
7.2.2.2 – Desvios	87
7.2.2.3 – Produtos Abaixo do Padrão	87
7.2.2.4 – Produtos Desclassificados	87
7.2.2.5 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns	88
7.2.2.6 – Descredenciamento de Armazéns	89

7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	89
7.2.4 – Serviços de Cobrança e Recebimentos	90
7.3 – Remoção de Produtos	90
7.3.1 – Remoção de Produtos de Estoques Públicos	90
7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA	91
7.3.3 – Remoção de Produtos do MI, MDA e MDS	91
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho	91
8. GESTÃO TECNOLÓGICA	95
8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação	95
9. GESTÃO ESTRATÉGICA	97
9.1 – Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Conab	97
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES	98
10.1 – Levantamento de Safras	98
10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos	105
10.3 – Geosafras	106
10.4 – SigaBrasil	106
11. GESTÃO DE PESSOAS	107
11.1 – Alocação de Empregados	107
11.2 – Comunicação Interna	107
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional	108
11.4 – Capacitação de Pessoal	108
11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo	110
11.5.1 – Composição do Quadro de Pessoal Ativo	110
11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências	114
11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria	114
11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários	114
11.5.5 – Custos de Pessoal	115
11.5.6 – Mão de obra Terceirizada	117
11.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais	118
11.6 – Cibrius	119
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL	120
12.1 – Análise da Execução Orçamentária	120
12.1.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	122
12.1.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Alimentar	122
12.1.1.2 – (0360) Programa da Gestão da Política Agropecuária	123
12.1.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	123
12.1.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ	123
12.1.2.1 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	123
12.1.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	125
12.1.2.3 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	127
12.1.2.4 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	130
12.1.2.5 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	133
12.1.2.6 – (2130) Formação de Estoques Públicos	136

12.1.2.7 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	139
12.1.2.8 – (2272) Gestão e Administração do Programa	145
12.1.2.9 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	151
12.1.2.10 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	153
12.1.2.11 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	156
12.1.2.12 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	160
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	162
12.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	162
12.2.2 – Análise Crítica	162
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período	163
12.4 – Transferências Mediante Convênios	163
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6404/76	163
12.6 – Composição dos Investimentos da Conab	183
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	184
12.8 – Parecer da Auditoria Independente	186
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	189
13.1 – Informações sobre o Controle Interno	189
13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	192
13.2.1 – TCU	192
13.2.2 – CGU	192
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	192

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação / Ministério das Relações Exteriores
ABC/PNUD	Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADV/PCV	Adiantamento de Viagem / Prestação de Contas de Viagem
AGF	Aquisição do Governo Federal
AGU	Advocacia Geral da União
Audin	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central
BD	Benefício Definido
BDI	Benefício e Despesas Indiretas
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
Cadin	Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenadores de Ação Nacional
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CDA	Cadastro de Armazenagem (na Conab)
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CEASA	Centrais de Abastecimento
CETIP	Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGAV	Coordenação-Geral de Apoio a Grupos Vulneráveis
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CGPLANMAPA	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão do MAPA
CGRE	Coordenação Geral de Relações Estudantis
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Comunicação Interna
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazéns
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Código Nacional de Atividade Empresarial
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CO	Contrato de Opção
Coamo	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias
COANOR	Cooperativa Agropecuária do Nordeste Mineiro
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
Codag	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão
CODAR	Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Coger	Corregedoria Geral
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conad	Conselho de Administração da Conab
Consad	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Código de Processo Civil
CPL	Comissão Permanente de Licitação

CPR–Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR–Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
D.O.U.	Diário Oficial da União
Danfe	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DAPE	Departamento de Apoio a Projetos Especiais
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DBF	Tipo de Arquivo de Base de Dados
Decaf	Departamento do Café
DEFIS/CGRE	Departamento de Fiscalização da Coordenação Geral de Regimes Especiais
Deral	Departamento de Economia Rural (da Secretaria de Agricultura)
Dest	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DevCoCast	Aplicações do GEONETCast para e por Países em Desenvolvimento
DHCP	Dynamic Host Configuration Protocol
Difin	Diretoria Financeira
Digem	Diretoria de Logística e Gestão Empresarial
Dipai	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
Dirab	Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad	Diretoria Administrativa
DN / TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DPGE	Depósito a Prazo com Garantia Especial
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Privada
EMATER / RO	Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
e-Gov	Programa de Governo Eletrônico
e-Ping	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ETL	Processo de Extração, tratamento e carga de dados de sistemas da Conab
EUMETSAT	The European Organisation for the Exploitation of Meteorological Satellites
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDC	Fundos de Investimento em Diretos Creditórios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fureu	Fundação Rádio Educativa de Uberaba
Gabin	Gabinete da Presidência
Geare	Gerência de Avaliação de Resultados
Geasa	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Geasi	Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação
Gebem	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
Gecad	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
Gecaf	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
Gecap	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecav	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação
Gecom	Gerência de Comercialização de Estoques
Gecon	Gerência de Execução Contábil
Gecot	Gerência de Contratos
Gecup	Gerência de Custos de Produção

Gedes	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
Gefad	Gerência de Finanças e Administração
Gefis	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gefoc	Gerência de Formação e Controle de Estoques
Gefop	Gerência de Folha de Pagamento
Geint	Gerência de Informações Técnicas
Gemov	Gerência de Movimentação de Estoques
Geope	Gerência de Operações Especiais
Gepab	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento
Gepas	Gerência de Patrimônio e Seguros
Gepes	Gerência de Cadastro de Pessoal
Gepor	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
Gepri	Gerência de Parcerias Institucionais
Gerap	Gerência da Rede de Armazéns Próprios
Gesas	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
Gesin	Gerência de Sistemas de Informação
Gesof	Gerência de Engenharia de Software
Gesup	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional
Gesut	Gerência de Suporte Técnico
Gevep	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GMM	Governance Maturity Model
GPS	Sistema de Posicionamento Global
HD	Hardware Disk
HSBC	Hongkong And Shanghai Banking Corporation
HSBC/CCF	Hongkong And Shanghai Banking Corporation / Crédit Commercial de France
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IEC	Instituto Evandro Chagas
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Receita Federal
ISO	International Organization for Standardization
ISS	Imposto sobre Serviços
Lalur	Livro de Apuração do Lucro Real
LATIS	Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite
LCD	Liquid Cristal Display (tipo de monitor)
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTCAT	Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda

MI	Ministério do Interior
MIM	Mapa de Inventário de Mercadorias
MOC	Manual de Operações Comerciais
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPOG	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão
MPS/CGPC	Ministério da Previdência Social / Conselho de Gestão da Previdência Complementar
NBR	Norma Brasileira
NOC	Normas da Organização Comercial
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional – B (título vinculado a variação do IPCA)
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional – C (título vinculado a variação do IGP-M)
OAN/MDA	Ouvidoria Agrária Nacional / Ministério do Desenvolvimento Agrário
OF	Ofício
ON	Ordinárias Nominativas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANet	Aplicativo para preenchimento das propostas do PAA via Internet
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEP	Prêmio para o Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOA	Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimo
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PostgreSQL	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
PPA	Plano Plurianual
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda
PSI	Política de Segurança da Informação
Ptres	Programa de Trabalho Resumido
PTRES	Programa de Trabalho Resumido
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RFB	Receita Federal do Brasil
SAAGRA	Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SCRUM	Processo de desenvolvimento iterativo e incremental para gerenciamento de projetos
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
Seape	Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais
Secof	Setor Contábil e Financeiro
Secom	Setor de Operações Comerciais
Sedec	Secretaria Nacional de Defesa Civil
Sedem	Setor de Desenvolvimento Empresarial
Segeo	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
Seope	Setor de Operações de Estoques
Sepab	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sereh	Setor de Recursos Humanos

SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Setad	Setor Administrativo
SFC	Secretaria Federal de Controle
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAJUR	Sistema de Atividades Jurídicas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SICONV	Sistema de Convênios
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGABrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sircoi	Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISMAT	Sistema de Material
SISOUV	Sistema de Ouvidoria
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPC/MPS	Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social
Sped Fiscal	Escrituração Fiscal Digital
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Suarm	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
Sucon	Superintendência de Contabilidade
Sufin	Superintendência de Finanças
Sufis	Superintendência de Fiscalização de Estoques
Sugof	Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf	Superintendência de Informações do Agronegócio
Sumaj	Subprocuradoria de Matéria Judicial
Sumoc	Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope	Superintendência de Operações Comerciais
Supab	Superintendência de Abastecimento Social
Supad	Superintendência de Administração
Supaf	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
Supor	Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureh	Superintendência de Recursos Humanos
Sutin	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
Sybase	Software para Gerenciamento de Banco de Dados
TCU	Tribunal de Contas da União
TEC	Tarifa Externa Comum
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TI	Tecnologia da Informação
TR	Taxa Referencial
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
UGP/PNUD	Unidade de Gerenciamento do Programa /Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UJ	Unidade Jurisdicionada
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VaR	<i>Value-at-Risk</i>
VEP	Valor do Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques
XFacWeb	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques, disponível pela Internet
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

Lista de Tabelas

Discriminação	Pag. n.º
Tabela I – Levantamentos de Safras em Minas Gerais	99
Tabela II – Estimativa da Safra de Laranja no Triângulo Mineiro Novembro/2011	104
Tabela III – Relação das UG com Execução Orçamentária em 2011	120
Tabela IV – Resultados da Ação (0022)	123
Tabela V – Resultados da Ação (20CW)	125
Tabela VI – Resultados da Ação (2004)	127
Tabela VII – Resultados da Ação (2011)	130
Tabela VIII – Resultados da Ação (2212)	133
Tabela IX – Resultados da Ação (2130)	136
Tabela X – Resultados da Ação (2137)	139
Tabela XI – Resultados da Ação (2272)	145
Tabela XII – Resultados da Ação (2829)	151
Tabela XIII – Resultados da Ação (4572)	153
Tabela XIV – Resultados da Ação (4702)	156
Tabela XV – Resultado da Ação (4711)	160

Lista de Quadros

Discriminação	Pag. n.º
Quadro I – Identificação da Sureg MG	18
Quadro II – Modalidades de Licitação – 2010 / 2011 (em R\$)	41
Quadro III - Recursos aplicados no PAA no Estado de Minas Gerais no exercício de 2011	49
Quadro IV – Aquisições por meio da CPR – Estoque em Minas Gerais	49
Quadro V – Aquisições por meio da CPR- Doação em Minas Gerais	50
Quadro VI - Aquisições de produtos através do instrumento AGF	50
Quadro VII - Aquisições de produtos através do instrumento Contrato de Opção no Estado de Minas Gerais	51
Quadro VIII – PEP - Milho- Subvenção econômica cujo produto foi escoado em 2010 e paga no exercício de 2011 no Estado de Minas Gerais	51
Quadro IX – Indicador da Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA	52
Quadro X – Indicador da Execução das operações de subvenção Pepro demandadas pelo MAPA	53

Quadro XI – Indicador da Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios	53
Quadro XII – Indicador do Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)	54
Quadro XIII - Produtos vendidos no Estado de Minas Gerais	55
Quadro XIV – Demonstrativo dos quantitativos vendidos, por instrumento, no Estado de Minas Gerais	56
Quadro XV - Demonstrativo de quantidades vendidas – VEP milho	57
Quadro XVI – Comparativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	63
Quadro XVII – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos	64
Quadro XVIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos – Defesa Civil	66
Quadro XIX – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	67
Quadro XX – Indicador da Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA	68
Quadro XXI – Indicador das Recomendações Técnicas da Conab para Operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial	68
Quadro XXII – Indicador da Efetividade das Intervenções no Mercado	69
Quadro XXIII – Indicador dos Mercados atacadistas de hortigranjeiros Integrados à base de dados da Conab	71
Quadro XXIV – Unidades Armazenadoras da Conab em Minas Gerais	72
Quadro XXV - Estoque e Faturamento Operacional Sureg MG	73
Quadro XXVI – Comercialização de Café em Minas Gerais	74
Quadro XXVII – Indicador da Evolução da Receita operacional obtida com serviços de armazenagem – em R\$	74
Quadro XXVIII – Indicador da Evolução da Receita operacional obtida com serviços de armazenagem – Em %	75
Quadro XXIX – Indicador da Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias	75
Quadro XXX - Obras e serviços necessários a Certificação, Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2012	76
Quadro XXXI – Obras e serviços necessários a Certificação, Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2013	77
Quadro XXXII – Obras e serviços necessários a Certificação, Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2015	77
Quadro XXXIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Armazenados em Unidades Próprias no fim do Exercício 2011- Sureg MG	79
Quadro XXXIV – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais	81
Quadro XXXV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios	81
Quadro XXXVI - Quadro dos fiscais da Sureg MG em 2011	86
Quadro XXXVII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais nos Exercícios de 2010 e 211.	86
Quadro XXXVIII – Levantamento das Irregularidades Ocorridas em 2011	88
Quadro XXXIX – Demonstrativo do Número de Apólices Fiscalizadas	89
Quadro XL – Indicador do Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora	91
Quadro XLI – Indicador do Número de Armazéns Cadastrados por Equipe	92
Quadro XLII – Indicador do Deságio em leilões de frete	92
Quadro XLIII – Indicador da Relação entre quantidades contratada e removida	92
Quadro XLIV – Indicador da Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas	93
Quadro XLV – Indicador da Quantidade de produtos fiscalizados	93
Quadro XLVI – Indicador da Evolução do Custo da Fiscalização	93
Quadro XLVII – Indicador da Evolução do Custo da Fiscalização	94
Quadro XLVIII – Indicador da Economia potencial gerada pela fiscalização	94
Quadro XLIX - Quadro Comparativo de Área, Produção e Produtividade em Minas Gerais Safras 2009/2010 e 2010/2011	101
Quadro L – Treinamento, por Área de Conhecimento	109

Quadro LI – Treinamento - Execução Física e Orçamentária	109
Quadro LII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	110
Quadro LIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011	111
Quadro LIV – Demonstrativo por Nível de Enquadramento	112
Quadro LV – Demonstrativo por Nível de Escolaridade	112
Quadro LVI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	113
Quadro LVII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	113
Quadro LVIII – Demonstrativo de Admissões, Demissões e Transferências	114
Quadro LIX – Composição do Quadro de Estagiários	114
Quadro LX – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	115
Quadro LXI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	117
Quadro LXII – Indicador de Rotatividade ou Turnover total	118
Quadro LXIII – Indicador da Taxa de Integração de concursados	118
Quadro LXIV – Indicador do Percentual de realização de exames médicos periódicos	119
Quadro LXV – Indicador do Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais	119
Quadro LXVI – Movimentação de Créditos	121
Quadro LXVII – Indicador Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	124
Quadro LXVIII – Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde	126
Quadro LXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	126
Quadro LXX – Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde	127
Quadro LXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	128
Quadro LXXII – Indicador do Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	129
Quadro LXXIII – Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	131
Quadro LXXIV – Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	131
Quadro LXXV – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	132
Quadro LXXVI – Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	134
Quadro LXXVII – Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	134
Quadro LXXVIII – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	135
Quadro LXXIX – Demonstrativo das Despesas Relativas a Formação de Estoques Públicos em Minas Gerais	137
Quadro LXXX – Indicador Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos	138
Quadro LXXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos	138
Quadro LXXXII – Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas	140
Quadro LXXXIII – Indicador Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos	140
Quadro LXXXIV – Indicador Índice de Perdas em Armazenagem	141
Quadro LXXXV – Indicador Índice de Desvio de Produtos Armazenados	142
Quadro LXXXVI – Indicador Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão	142
Quadro LXXXVII – Indicador Índice de ocorrência de produtos desclassificados	143
Quadro LXXXVIII – Demonstrativo dos Elementos de Despesas com a Fiscalização dos Estoques Governamentais em Minas Gerais – ano 2011	144
Quadro LXXXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	144
Quadro XC – Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização em Minas Gerais	145
Quadro XCI – Demonstrativo das Despesas de Pessoal	147
Quadro XCII – Indicador Percentual de Execução Financeira nas Ações de apoio ao Programa	148
Quadro XCIII – Demonstrativo da evolução das Despesas de Pessoal – de 2007 a 2011	146
Quadro XCIV – Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	149
Quadro XCV – Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	151

Quadro XCVI – Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	151
Quadro XCVII – Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	152
Quadro XCVIII – Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	153
Quadro XCIX – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária – 2010 e 2011	154
Quadro C – Demonstrativo do Elemento de Despesa – de 2007 a 2011	154
Quadro CI – Indicador Percentual de Atendimento da Demanda de Capacitação	155
Quadro CII – Indicador Percentual da Execução Financeira com Capacitação	155
Quadro CIII – Indicador do Custo por Empregado Capacitado	156
Quadro CIV – Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados	157
Quadro CV – Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	158
Quadro CVI – Indicador de Custo por Unidade Cadastrada	158
Quadro CVII – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais	159
Quadro CVIII – Indicador Percentual de Pesquisa de Safras	160
Quadro CIX – Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	161
Quadro CX – Restos a Pagar – Processados	162
Quadro CXI – Restos a Pagar – Não Processados	162
Quadro CXII – Composição do Ativo	163
Quadro CXIII – Composição do Passivo	164
Quadro CXIV – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	165
Quadro CXV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	167
Quadro CXVI - Demonstração do Valor Adicionado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	168
Quadro CXVII – Demonstrativos dos Créditos Tributários	172
Quadro CXVIII – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Recber de Curto Prazo	173
Quadro CXIX – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Recber de Longo Prazo	173
Quadro CXX – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Circulante	174
Quadro CXXI – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Não Circulante	174
Quadro CXXII – Demonstrativos Financeiro dos Estoques	175
Quadro CXXIII – Demonstrativo do Passivo Contingente – Provável	177
Quadro CXXIV – Demonstrativo do Passivo Contingente - Possível	177
Quadro CXXV – Demonstrativo do Ativo Contingente – Provável	178
Quadro CXXVI – Demonstrativo do Saldo de Responsabilidade por Danos e Perdas	179
Quadro CXXVII – Demonstrativo da Maior Remuneração dos Dirigentes e Empregados	180
Quadro CXXVIII – Demonstrativo do Salário Médio dos Dirigentes e Empregados	181
Quadro CXXIX – Demonstrativo de Repasse de Recursos	181
Quadro CXXX – Composição Acionária do Capital Social da Conab – em 31/12/2011	183
Quadro CXXXI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	184
Quadro CXXXII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	184
Quadro CXXXIII – Estrutura de Controles Internos da UJ	191
Quadro CXXXIV – Demonstrativo dos Tratamentos das Recomendações da Auditoria Interna	192

Lista de Figuras

Discriminação	Pag. n.º
Figura I– Mapa Estratégico Corporativo	29
Figura II – Macroprocesso de Sustentação de Renda	31
Figura III – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	32
Figura IV – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	33
Figura V – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	34
Figura VI – Macroprocesso de Prestação de Serviços	35
Figura VII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	36
Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	37
Figura IX – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA em Minas Gerais	48
Figura X – Evolução do Programa de Vendas em Balcão	60
Figura XI – Evolução do Número de Famílias Atendidas e da Quantidade de Cestas Distribuídas – MDS	63
Figura XII – Famílias Beneficiadas com a Distribuição de Cestas de Alimentos – MDS	65
Figura XIII – Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem - Brasil	83
Figura XIV – Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem – Minas Gerais	84
Figura XV – Gráfico comparativo de área e produção de safras de grãos Em Minas Gerais – de 2009 a 2011	102
Figura XVI – Gráfico comparativo da Produção de Café Em Minas Gerais – de 2009 a 2011	103
Figura XVII – Gráfico comparativo de área e produção de safras de Cana-de-açúcar Em Minas Gerais – de 2009 a 2011	103
Figura XVIII – Evolução do Número de Empregados	111
Figura XIX – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – SAS	130
Figura XX – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Vale Transporte	133
Figura XXI – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Auxílio Alimentação	136
Figura XXII – Gráfico Demonstrativo da evolução das Despesas de Pessoal – de 2007 a 2011	148

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no Estado de Minas Gerais (Sureg MG) foi elaborado, conforme orientações da Controladoria Geral da União, Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais, com base nos seguintes normativos do Tribunal de Contas da União que regulamentaram as prestações de contas anuais, relativo ao exercício de 2011:

- **Instrução Normativa TCU n° 63, de 01/09/2010.**
- **Decisão Normativa TCU n° 108, de 24/11/2010.**
- **Decisão Normativa TCU n° 117, de 19/10/2011.**
- **Portaria TCU n° 123, de 12/05/2011.**
- **Portaria TCU n° 41, de 08/02/2011.**

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008/2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou Termos de Cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas estas atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento dessas ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Tomando-se por base a Parte D – Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 108, não foram atendidos os itens 1.2.3 e 9.1 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg MG, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

No Estado de Minas Gerais, a Superintendência Regional da Conab, em função das suas atribuições, desenvolveu inúmeras atividades no decorrer do ano de 2011, conforme exposição a seguir.

A elaboração, aprovação e execução de centenas de projetos inseridos no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiaram milhares de produtores rurais, entidades sociais e atenderam às populações em situação insegurança alimentar ou nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares.

A disponibilidade de expressivas quantidades de alimentos possibilitou a distribuição emergencial e gratuita de alimentos, beneficiando populações mais carentes, de vários municípios mineiros. Destaca-se também a entrega de cestas de alimentos às famílias de agricultores sem terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, em cumprimento de convênios firmados com outros órgãos públicos.

Figuraram ainda, no rol das ações desenvolvidas em 2010, pela Superintendência Regional de Minas Gerais, a operacionalização do Programa Venda em Balcão, os levantamentos das safras de café e de grãos e dos custos de produção de alimentos, o cadastramento de armazéns e a fiscalização dos estoques públicos de grãos.

Para o ano de 2012, estão previstas inúmeras ações que merecem destaque, conforme reportamos a seguir, algumas das quais não puderam ser efetivadas em 2011 em razão das restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal:

- A mudança da sede da Sureg MG para instalações mais apropriadas e que comportem o crescimento do volume de atividades sob sua responsabilidade, bem como possibilitem a adequada distribuição de seu corpo funcional que registrou um significativo aumento de seu quadro de empregados, obtido através de anistias concedidas pelo Governo Federal e por concursos públicos.
- Aquisição de mobiliário em virtude da obsolescência e insuficiência do material hoje existente nas mais diversas áreas e setores da Superintendência.
- Capacitação de pessoal em decorrência das anistias e em face do desenvolvimento de novos programas e surgimento de novas demandas.
- Recebimento e incorporação das Unidades Armazenadoras de Café, oriundas do extinto IBC, já em fase de análise pela Secretaria de Patrimônio da União, no estado de Minas Gerais.
- Conclusão da reforma da Unidade Armazenadora de Passa Quatro, cuja contratação dos serviços encontra-se na fase licitatória. Tal ação possibilitará a retomada das suas operações para a armazenagem frigorificada de batata semente, frutas etc., e também, o registro daquela Unidade junto ao Serviço de Inspeção Federal – SIF/DIPOA/MAPA permitindo que seu espaço possa ser utilizado para o armazenamento de ovos (antigo pleito dos avicultores da região). Destacamos que a região da Mantiqueira Mineira, onde está localizada a Unidade de Passa Quatro, é o segundo polo produtor e exportador de ovos do País.
- Proposta junto à Direção Superior da Companhia, de ampliação do quadro de empregados, por meio de concurso público, visando suprir as carências hoje existentes.
- Incremento dos programas sociais de abastecimento, em virtude da demanda crescente verificada em importantes atividades como os projetos da Agricultura Familiar, Venda em Balcão, dentre outros.
- Adequação das Unidades Armazenadoras próprias às exigências do Programa de Certificação, conforme lei nº9.973/2000, observando as diretrizes emanadas da direção da Companhia.

Cleide Edvirges Santos Laia
Superintendência Regional de Minas Gerais
Superintendente

PARTE “D” DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 108/2010, DE 24/11/2010 – INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB
1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ
1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada
Quadro I – Identificação da Sureg MG

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – Superintendência Regional de Minas Gerais			
Denominação abreviada: Conab/Sureg MG; Sureg MG			
Código SIORG: 087251	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 22211	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411–6/00
Telefones/Fax de contato:	(31) 3290.2800	(31) 3290.2784	
Endereço Eletrônico: mg.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes Belo Horizonte – MG – CEP: 30180–150			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto 4.514, de 13/12/2002.</p> <p>Com sede em Belo Horizonte, a Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG – está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. A Sureg MG é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Art. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.</p>			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- **I** – Procuradoria Regional (Prore)
- **II** – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes)
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial (Sedem)
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta (Segeo)
- **III** – Gerência de Operações (Geope)
 - a) Setor de Operações de Estoques (Seope)
 - b) Setor de Operações Comerciais (Secom)
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (Sepab)
- **IV** – Gerência de Finanças e Administração (Gefad)
 - a) Setor de Recursos Humanos (Sereh)
 - b) Setor Administrativo (Setad)
 - c) Setor Contábil e Financeiro (Secof)
- **V** – Unidades Operacionais
 - a) Unidade Armazenadora de Campos Altos
 - b) Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde
 - c) Unidade Armazenadora de Juiz de Fora
 - d) Unidade Armazenadora de Montes Claros
 - e) Unidade Armazenadora de Passa Quatro
 - f) Unidade Armazenadora de Perdões
 - g) Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso
 - h) Unidade Armazenadora de Uberaba
 - i) Unidade Armazenadora de Uberlândia
 - j) Unidade Armazenadora de Varginha

Legislação de Armazenagem:
Decreto n.º 1.102, de 21/11/1903;
Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001;
Lei n.º 9.973, de 29/05/2000.

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990;
Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990;
Resolução Conad n.º 05 de 11 de maio de 1998;
10.102 – Estatuto Social – data de aprovação: 19/12/1991 – data de alteração: 24/03/2008;
10.104 – Regimento Interno – data de aprovação: 20/5/1993 – data de alteração: 13/12/2011;
10.105 – Regulamento de Pessoal – data de aprovação: 10/05/1993 – data de alteração: 20/08/2010;
MOC – Manual de Operações Conab;
NOC – Normas da Organização.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135182	Sede da Superintendência Regional MG	Sureg MG
135183	Unidade Estoque Estratégico	EE
135184	Unidade Núcleo Estoque Regulador/MG	PGPM
135185	Unidade Armazenadora de Uberaba	UA Uberaba
135186	Unidade Armazenadora de Uberlândia	UA Uberlândia

135187	Unidade Armazenadora de Passa Quatro	UA Passa Quatro
135431	Unidade Mercado de Opções/MG	MO
135474	Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso	UA S. S. Paraíso
135475	Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde	UA Conc. Rio Verde
135482	Unidade Armazenadora de Juiz de Fora	UA Juiz de Fora
135483	Unidade Armazenadora de Varginha	UA Varginha
135491	Unidade Armazenadora de Perdões	UA Perdões
135492	Unidade Armazenadora de Campos Altos	UA Campos Altos
135494	Unidade Armazenadora de Montes Claros	UA Montes Claros
135562	Unidade Programa de Aquisição de Alimentos/MG	PAA
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI:	Nome:	
22211	Companhia Nacional de Abastecimento	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
135182		22211
135183		22211
135184		22211
135185		22211
135186		22211
135187		22211
135431		22211
135474		22211
135475		22211
135482		22211
135483		22211
135491		22211
135492		22211
135494		22211
135562		22211

1.1.2 – Estrutura Organizacional

Sua estrutura orgânica é composta por unidades administrativas e operacionais e está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, na forma a seguir:

I – Superintendência Regional – Sureg, subordinada hierarquicamente à Presidência, e funcionalmente às respectivas Diretorias.

I.a – Procuradoria Regional – Prore, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria Geral.

II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – Gedes, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - Sedem

b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo

III – Gerência de Operações – Geope, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

a) Setor de Operações de Estoques - Seope

b) Setor de Operações Comerciais - Secom

c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Sepab

IV – Gerência de Finanças e Administração – Gefad, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional.

a) Setor de Recursos Humanos - Sereh

b) Setor Contábil e Financeiro - Secof

c) Setor Administrativo – Setad

V – Unidades Armazenadoras – UA, subordinadas hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente às Gerências de Área.

a) Unidade Armazenadora de Campos Altos

b) Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde

c) Unidade Armazenadora de Juiz de Fora

d) Unidade Armazenadora de Montes Claros

e) Unidade Armazenadora de Passa Quatro

f) Unidade Armazenadora de Perdões

g) Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso

h) Unidade Armazenadora de Uberaba

i) Unidade Armazenadora de Uberlândia

j) Unidade Armazenadora de Varginha

1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa

Os órgãos de governança corporativa encontram-se centralizados na Matriz.

1.1.4 – Nome e Período da Gestão dos Responsáveis pela Administração da Sureg MG

Ano: 2011

Órgão: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

UG: 135182 – CONAB SEDE SUREG MINAS GERAIS

Gestão: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO

Tipo: Titular

Agente: Cleide Edvirges Santos Laia – CPF: 462.438.446-68

E-mail: cleide.laia@conab.gov.br

Endereço: Rua Teixeira de Freitas nº 235 Apto 301 – Bairro Santo Antônio

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30350-180

Cargo: Superintendente Regional

Designação: 08/Abr/2009 Documento: Portaria 078 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:
Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO

Tipo: Substituto

Agente: Hélio Maurício Gonçalves de Rezende – CPF: 129.867.206-68

E-mail: helio.rezende@conab.gov.br

Endereço: Rua Otacílio Negrão de Lima nº 17.150 – Bairro Jardim Atlântico

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31365-450

Cargo: Superintendente Regional Substituto

Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 081 Publicação DOU: Não

Exoneração: 24/Mai/2011 Documento: Portaria 529 Publicação DOU: Não

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 24/Mai/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO

Tipo: Substituto

Agente: Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira – CPF: 254.885.206-78

E-mail: marcilio.oliveira@conab.gov.br

Endereço: Rua Alvarenga Peixoto nº 1015 Ato 802 – Bairro Lourdes

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30180-120

Cargo: Superintendente Regional Substituto

Designação: 24/Abr/2011 Documento: Portaria 530 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 24/Mai/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS

Tipo: Titular

Agente: Cleide Edvirges Santos Laia – CPF: 462.438.446-68

E-mail: cleide.laia@conab.gov.br

Endereço: Rua Teixeira de Freitas nº 235 Apto 301 – Bairro Santo Antônio

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30350-180

Cargo: Superintendente Regional

Designação: 08/Abr/2009 Documento: Portaria 078 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS

Tipo: Substituto

Agente: Hélio Maurício Gonçalves de Rezende – CPF: 129.867.206-68

E-mail: helio.rezende@conab.gov.br

Endereço: Rua Otacílio Negrão de Lima nº 17.150 – Bairro Jardim Atlântico

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31365-450

Cargo: Superintendente Regional Substituto

Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 081 Publicação DOU: Não

Exoneração: 24/Mai/2011 Documento: Portaria 529 Publicação DOU: Não

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 24/Mai/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS

Tipo: Substituto

Agente: Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira – CPF: 129.867.206-68

E-mail: marcilio.oliveira@conab.gov.br

Endereço: Rua Alvarenga Peixoto nº 1015 – Apto 802 – Bairro Lourdes

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30180-120
Cargo: Superintendente Regional Substituto
Designação: 24/Mai/2011 Documento: Portaria 530 Publicação DOU: Não
Exoneração: Documento: Publicação DOU:
Período de Gestão: 24/Mai/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: PROCURADOR REGIONAL

Tipo: Titular

Agente: Kelsen Martins Barroso – CPF: 770.544.071-72

E-mail: Kelsen.barroso@conab.gov.br

Endereço: Rua Leopoldina Cardoso nº 126 Apto 402 – Bairro Dona Clara

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31260-240

Cargo: Procurador Regional

Designação: 30/Mai/2008 Documento: Ato Dirhu nº 117 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Tipo: titular

Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho – CPF: 072.762.061-49

E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 – Bairro São Paulo

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230

Cargo: Gerente de Finanças e Administração

Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Tipo: Substituto

Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda – CPF: 434.565.616-87

E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br

Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 – Bairro Eldorado

Município: Contagem UF: MG CEP: 32341-140

Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto

Designação: 01/Jul/2004 Documento: ATO DIAFI 217 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Tipo: titular

Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho – CPF: 072.762.061-49

E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 – Bairro São Paulo

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230

Cargo: Gerente de Finanças e Administração

Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Tipo: Substituto

Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda – CPF: 434.565.616-87

E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br

Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 – Bairro Eldorado

Município: Contagem UF: MG CEP: 32341-140

Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto

Designação: 01/Jul/2004 Documento: ATO DIAFI 217 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA

Tipo: titular

Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho – CPF: 072.762.061-49

E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 – Bairro São Paulo

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230

Cargo: Gerente de Finanças e Administração

Designação: 13/Abr/2009 Documento: Portaria 080 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA

Tipo: Substituto

Agente: Rodrigo Rodrigues Roveda – CPF: 434.565.616-87

E-mail: rodrigo.roveda@conab.gov.br

Endereço: Rua Icobé nº 356 Apto 201 – Bairro Eldorado

Município: Contagem UF: MG CEP: 32341-140

Cargo: Gerente de Finanças e Administração Substituto

Designação: 01/Jul/2004 Documento: ATO DIAFI 217 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL

Tipo: Titular

Agente: Leonardo Dias Moreira – CPF: 542.741.256-53

E-mail: leonardo.moreira@conab.gov.br

Endereço: Rua Joaquim Gonçalves Pimenta nº 836 Casa 07 – Bairro Camargos

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 30520-450

Cargo: Encarregado do Setor Contábil e Financeiro

Designação: 30/Set/2009 Documento: Ato DIRAD 323 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE LICITAÇÕES

Tipo: Titular

Agente: Regina Augusta da Costa – CPF: 429.749.096-04

E-mail: regina.costa@conab.gov.br

Endereço: Rua Córrego da Mata nº 343 Apto 302 – Bairro Horto

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31030-030

Cargo: Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Designação: 16/Jul/2008 Documento: ATO SUREG 067 Publicação DOU: Não

Exoneração: 29/Out/2009 Documento: ATO SUREG 107 Publicação DOU: Não

Designação: 29/Out/2009 Documento: ATO SUREG 107 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE LICITAÇÕES

Tipo: substituto

Agente: Osvaldo Teixeira de Souza Filho – CPF: 072.762.061-49

E-mail: osvaldo.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Alto Guandu nº 187 – Bairro São Paulo

Município: 4123 – Belo Horizonte UF: MG CEP: 31910-230

Cargo: Presidente da Comissão Permanente de Licitações Substituto

Designação: 29/Out/2009 Documento: ATO SUREG 107 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Sebastião Paulo Ferreira – CPF: 490.089.947-04

E-mail: sebastiao.ferreira@conab.gov.br

Endereço: Avenida Newton Ferreira de Paiva nº 38 – Bairro Nossa Senhora Aparecida

Município: Campos Altos UF: MG CEP: 38970-000

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Campos Altos

Designação: 13/Fev/2006 Documento: ATO Diafi 45 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Gerson Luiz de Salles – CPF: 354.969.406-72

E-mail: gerson.salles@conab.gov.br

Endereço: Rua Mozart Pereira Lima nº 448 – Bairro Alvorada

Município: Contagem UF: MG CEP: 32041-550

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora Conceição do Rio Verde

Designação: 01/Mar/2011 Documento: PORTARIA Nº 173 Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento: Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Mar/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Michel Ferreira Moraes – CPF: 598.386.201-49

E-mail: michel.moraes@conab.gov.br

Endereço: Rua Bruno Simili nº 47 – Bairro Distrito Industrial Benfica

Município: Juiz de Fora UF: MG CEP: 36092-050

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Juiz de Fora

Designação: 10/Mar/2006

Documento: PORTARIA nº 200

Publicação DOU: Não

Exoneração:

Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Adevaldo Gonçalves de Campos – CPF: 269.742.666-34

E-mail: adevaldo.campos@conab.gov.br

Endereço: Rua Maximiliano Pereira nº 68 – Bairro Edigar Pereira

Município: Montes Claros UF: MG CEP: 39400-178

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Montes Claros

Designação: 05/Out/2007 Documento: ATO Diafi nº 322

Publicação DOU: Não

Exoneração:

Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Ary José Chicarino Varajão – CPF: 618.787.408-06

E-mail: ary.varajao@conab.gov.br

Endereço: Avenida Nesralia Rubez nº 1120 – Bairro Centro

Município: Cruzeiro UF: SP CEP: 12700-000

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Passa Quatro

Designação: 04/Abr/2011 Documento: PORTARIA nº 201

Publicação DOU: Não

Exoneração:

Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 04/Abr/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Renato Barbosa de Andrade – CPF: 053.874.926-10

E-mail: renato.andrade@conab.gov.br

Endereço: Rua Júlio Sidney Pinto nº 131 – Bairro Vila São Francisco

Município: Perdões UF: MG CEP: 37200-000

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Perdões

Designação: 02/Jul/2008 Documento: ATO Diruh nº 218

Publicação DOU: Não

Exoneração:

Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Herbert Mendes Ferreira – CPF: 598.117.736-53

E-mail: herbert.ferreira@conab.gov.br

Endereço: Rua Delmira Andrade Figueiredo Wstein s/nº – Bairro Jardim Bernadete

Município: São Sebastião do Paraíso UF: MG CEP: 37950-000

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora São Sebastião do Paraíso

Designação: 20/fev/2001 Documento: ATO Diafi nº 120

Publicação DOU: Não

Exoneração:

Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Manoel Cenção Pereira da Mota Filho – CPF: 420.289.096-68

E-mail: manoel.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Fernando da Silva Melo nº 475 – Bairro Gameleira

Município: Uberaba UF: MG CEP: 38037-350

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Uberaba

Designação: 02/Jul/2008 Documento: ATO Dirhu nº 217

Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: José Cláudio Araújo Carvalho – CPF: 184.548.281-68

E-mail: manoel.filho@conab.gov.br

Endereço: Rua Arlindo Gomes Rodrigues nº 706 – Bairro Santa Mônica

Município: Uberlândia UF: MG CEP: 38408-264

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Uberlândia

Designação: 01/Set/2004 Documento: ATO Diafi nº 256

Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: GESTOR DE UNIDADE ARMAZENADORA

Tipo: titular

Agente: Juscelino Dias Leal – CPF: 597.633.106-87

E-mail: juscelino.leal@conab.gov.br

Endereço: Alameda do Café nº 1.000 – Bairro Jardim Andere

Município: Varginha UF: MG CEP: 37026-400

Cargo: Gerente de Unidade Armazenadora de Varginha

Designação: 04/Ago/2008 Documento: ATO Dirhu nº 219

Publicação DOU: Não

Exoneração: Documento:

Publicação DOU:

Período de Gestão: 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a ABC – Agência Brasileira de Cooperação e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de BSC - Balanced Scorecard, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

Na época do desenvolvimento do Planejamento Estratégico a Sureg MG participou ativamente na sua construção, sendo o seu Superintendente Regional um dos membros da equipe de Líderes Ampliada. Após a definição e implementação do Mapa Estratégico o Superintendente Regional de

Minas, à época, realizou reuniões para explicação e detalhamento da missão, visão e as novas estratégias da Companhia, tanto na Sede da Regional, quanto em todas as Unidades Armazenadoras Subordinadas.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização. Entre os produtos gerados quando da elaboração do planejamento estratégico, destacam-se o mapa estratégico corporativo composto de cinco perspectivas, 21 objetivos estratégicos, 43 indicadores, 17 iniciativas estratégicas e as metas definidas, além da nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Missão:

- Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Visão

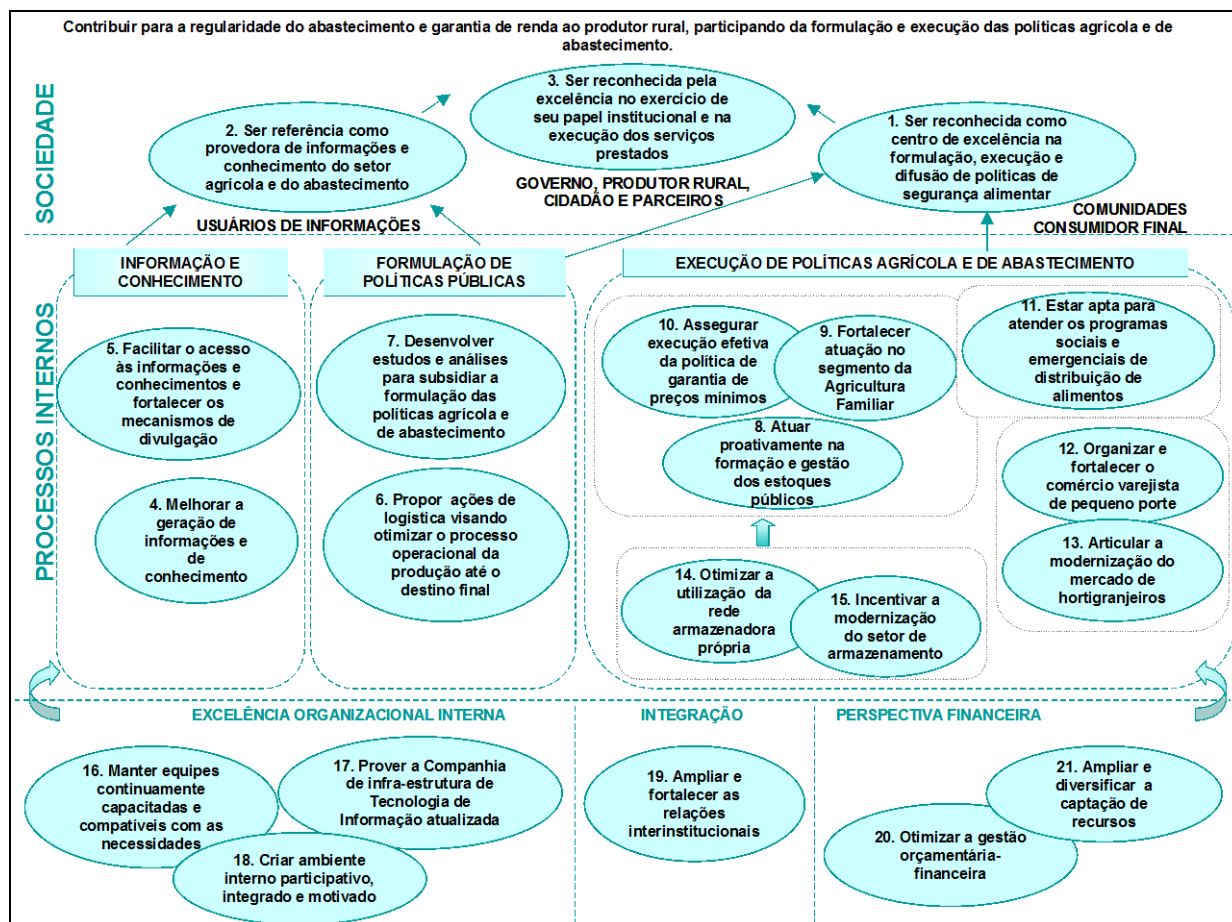
- Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados.
- Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento.
- Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar.

Proposta de valor

O cumprimento da missão implica gerar valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia:

- **Produtor rural:** preço e renda, regulação do abastecimento, política agrícola de curto, médio e longo prazos e apoio no fortalecimento e organização do setor.
- **Consumidor final:** acesso aos alimentos básicos no comércio varejista a preços acessíveis.
- **Usuário de informações:** confiabilidade, tempestividade, regularidade, acesso democrático, gratuidade, consistência, abrangência e atualidade.
- **Comunidade carente:** atendimento de suas necessidades alimentares imediatas, com prontidão e qualidade dos produtos.
- **Parceiro:** cumprimento de seu papel institucional, execução, cumprimento do objeto dos convênios firmados, capacidade técnica e operacional, efetividade nas ações e velocidade de resposta.
- **Governo e cidadão:** cumprimento do papel institucional com transparência, ética, responsabilidade, fidelidade no cumprimento da legislação, racionalidade na aplicação dos recursos e agregação de valor à imagem do Governo.

Figura I– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

- b)** inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c)** manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d)** avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e)** contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Pretende-se, a partir da retomada do Plano Estratégico da Conab, pelo grupo constituído na Matriz, a implantação destas mesmas ações na Superintendência Regional de Minas Gerais, com a designação de um grupo de trabalho para cuidar da sistematização dos processos internos locais e definição e implantação dos indicadores para acompanhamento das ações sob o gerenciamento e responsabilidade da Sureg MG.

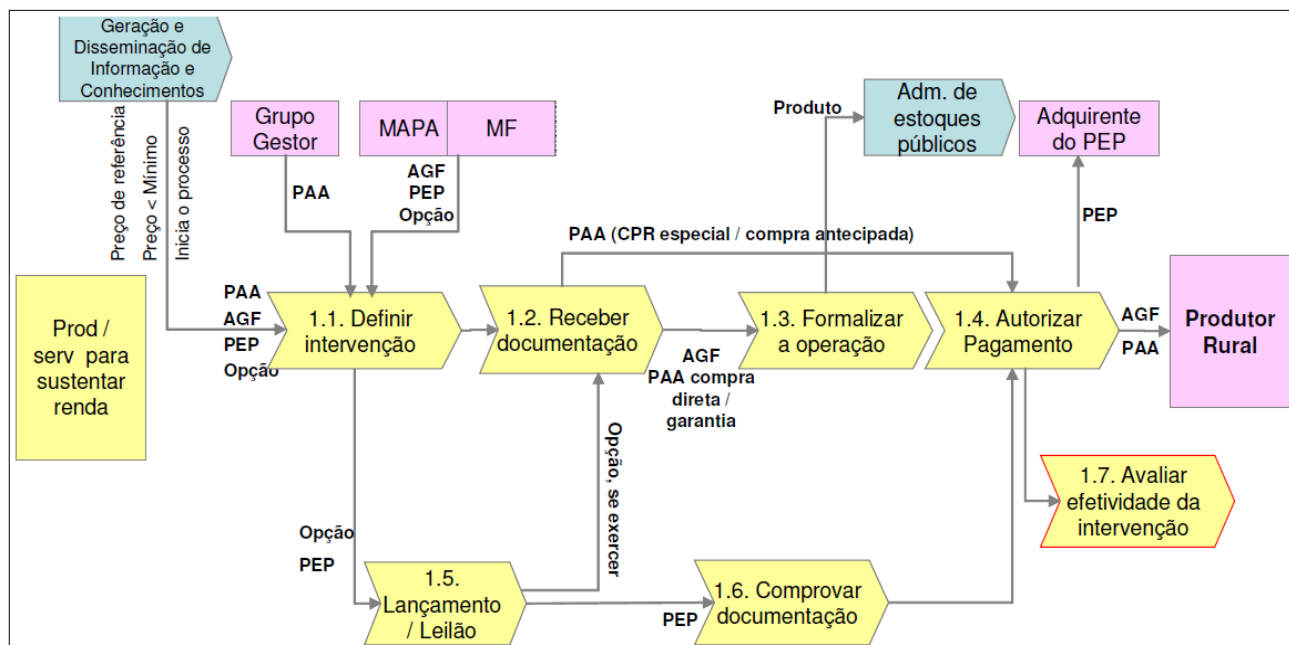
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

O mapeamento dos macroprocessos da Conab permite uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Trata-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados viessem a suportar a estratégia estabelecida no planejamento estratégico, com a classificação do grau de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação de Renda

Figura II – Macroprocesso de Sustentação de Renda



Fonte: Conab

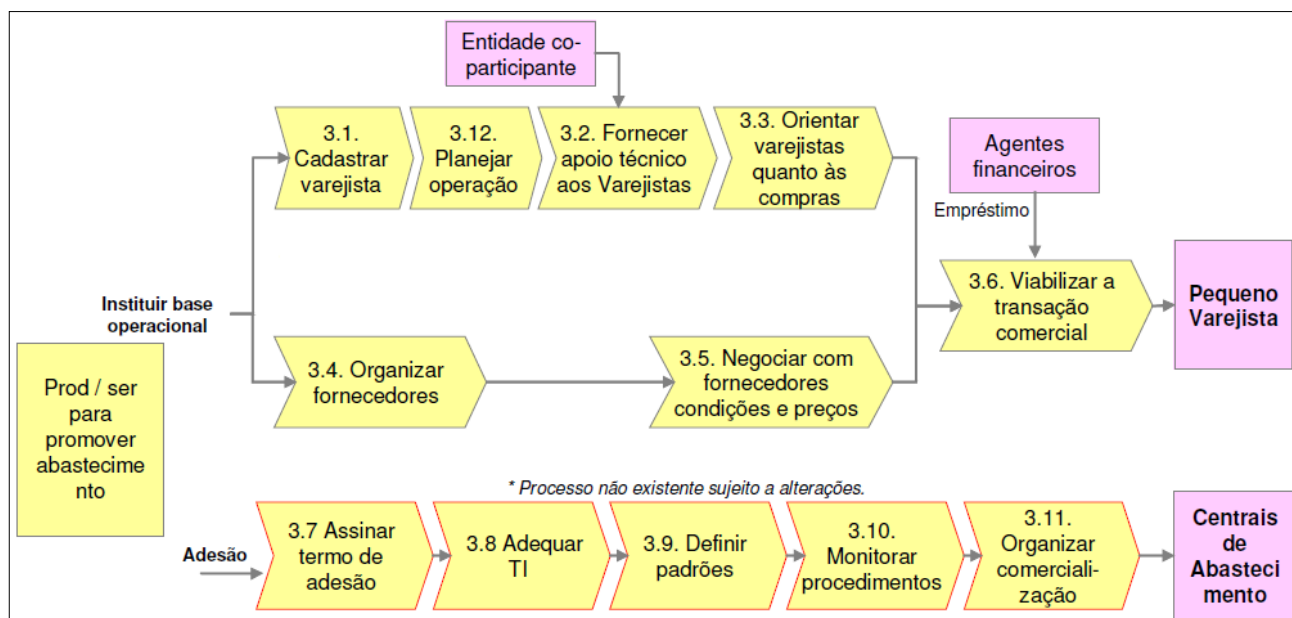
Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos ou do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF – Aquisições do Governo Federal, Contrato de Opção de Venda, CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR-Estoque - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e CPR-Doação - Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Figura IV – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

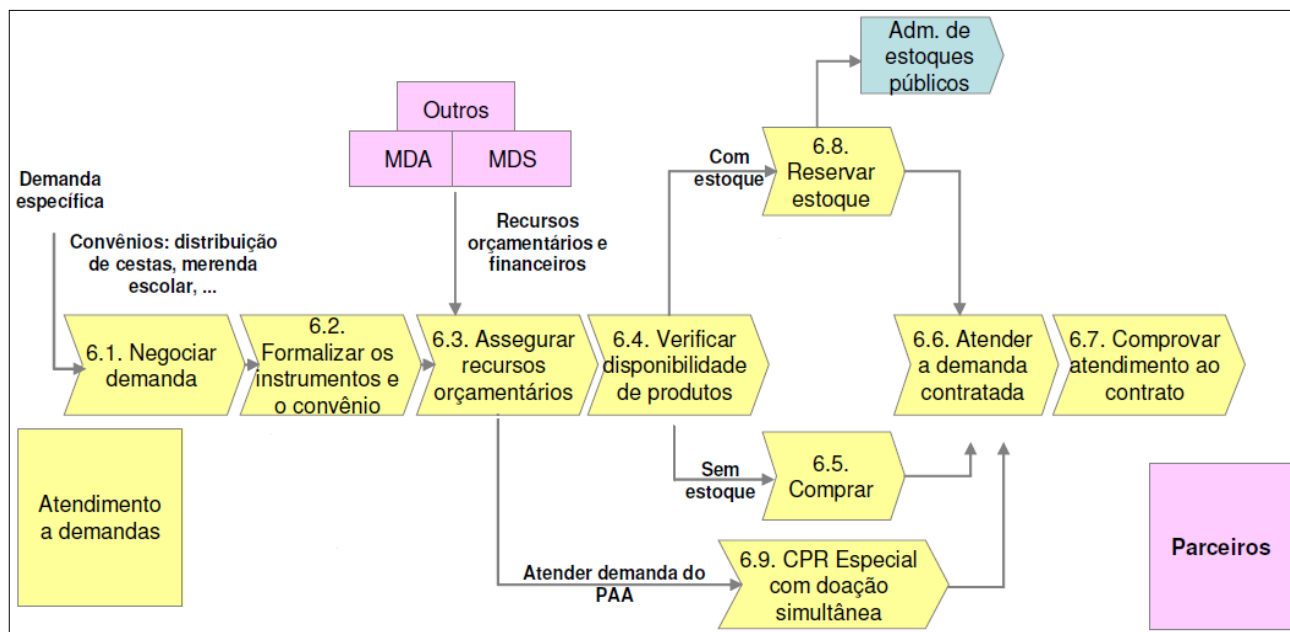
Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: Prohort - O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e a Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sinac - Sistema Nacional de Comercialização que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Figura V – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

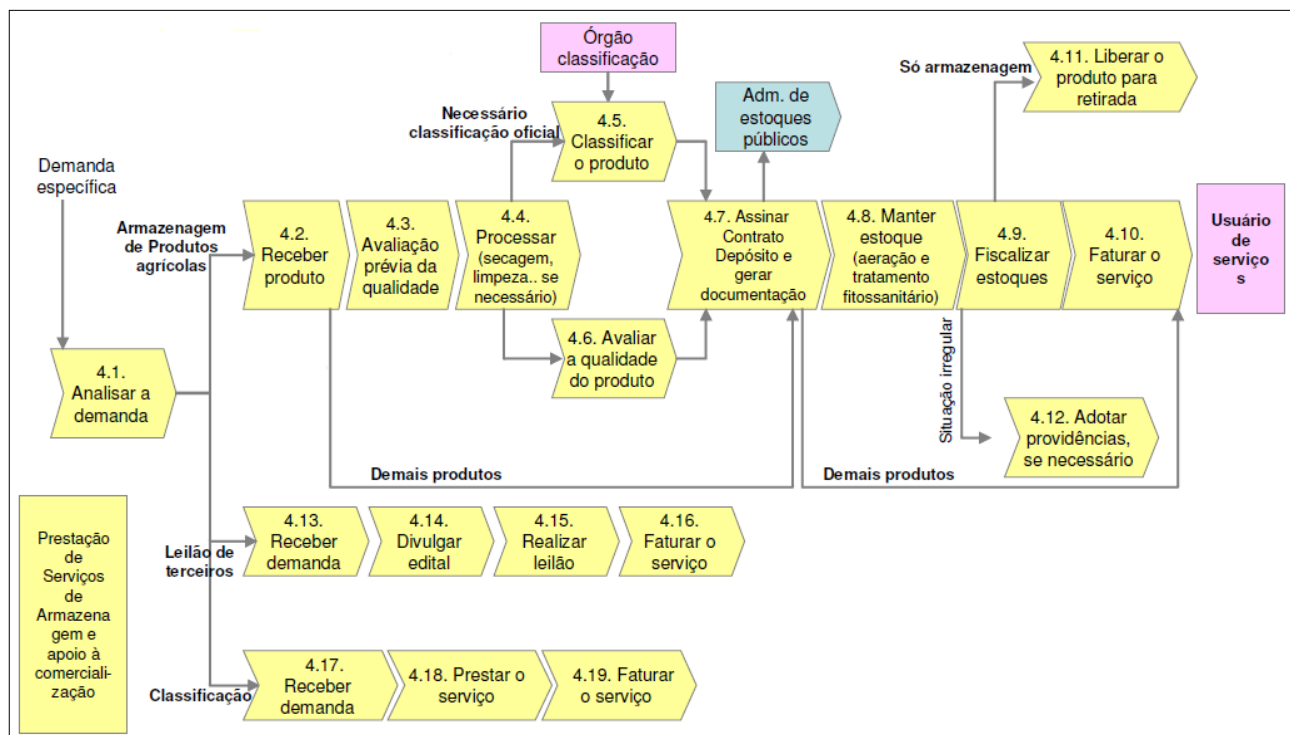
É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Figura VI – Macroprocesso de Prestação de Serviços



Fonte: Conab

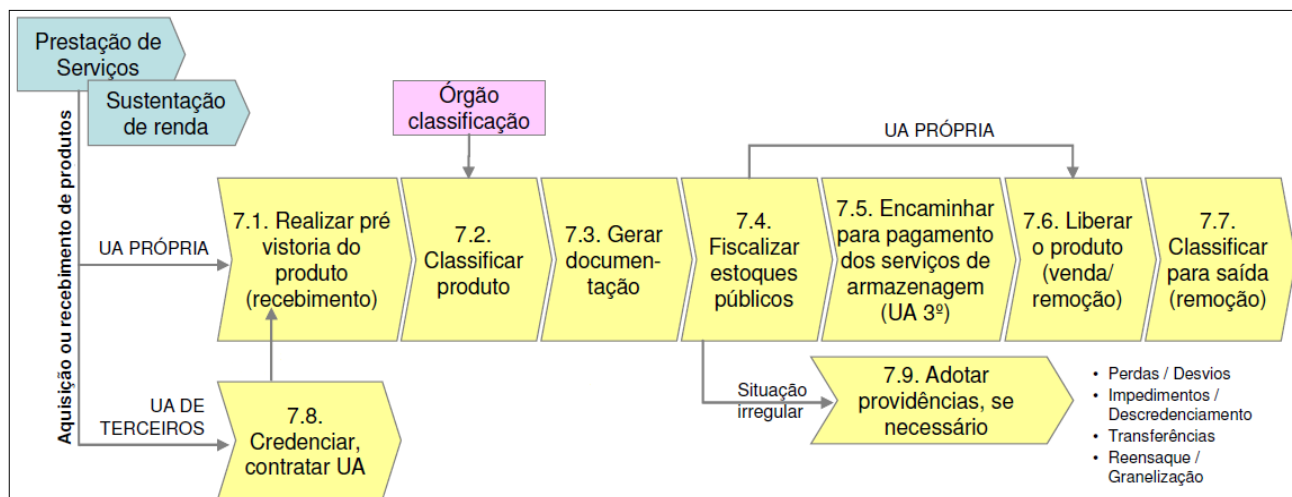
Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza etc.); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do SEC - Sistema Eletrônico de Comercialização.

1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Figura VII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

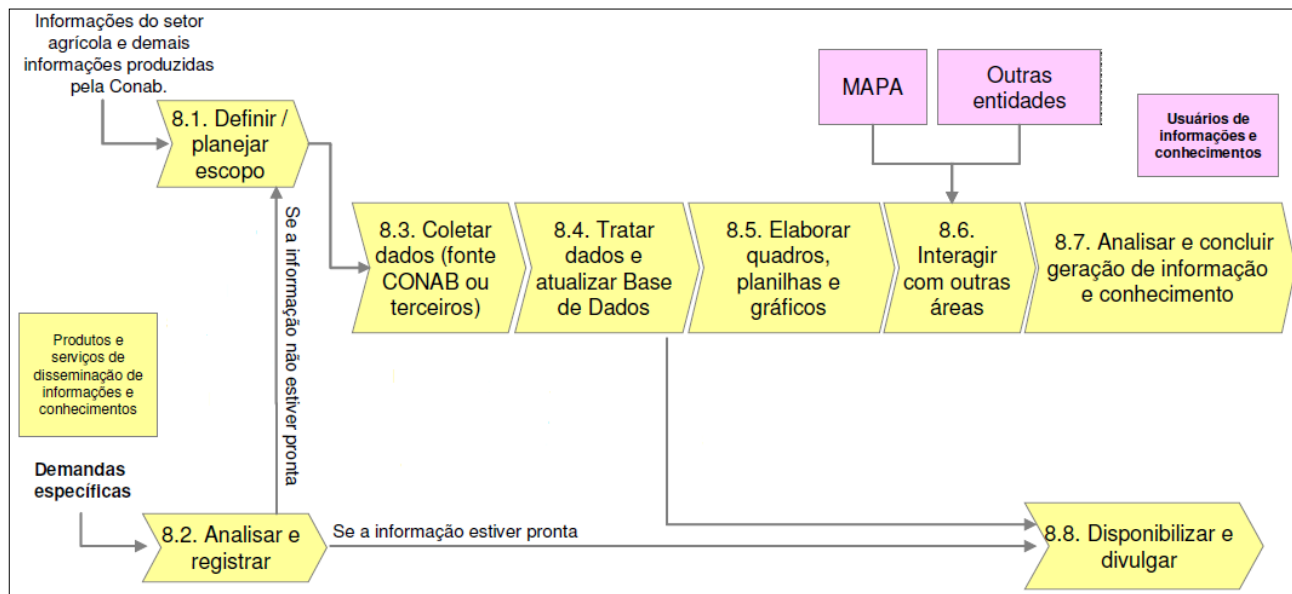


Fonte: Conab

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando, porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Não foi registrada ocorrência durante o exercício.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

2.1.1 – O Comportamento do Mercado Agrícola em Minas Gerais

A agricultura mineira desempenha papel fundamental possibilitando ao Estado figurar com destaque entre os maiores produtores nacionais. Apesar das desigualdades regionais a diversidade da agricultura permite sua disseminação por todo o Estado, colaborando para tal atividade o clima e o solo favorável. Com relação à estrutura produtiva, o Estado apresenta uma estrutura bastante heterogênea, onde se encontra desde a produção intensiva em grandes propriedades especializadas em produção para exportação, até propriedades onde a produção destina-se a subsistência. Assim, a produção agrícola mineira tem como principal característica sua diversidade, pois coexistem regiões de base produtiva praticada de forma intensiva com uso de pacotes tecnológicos modernos, com predominância no aumento da produtividade e redução dos custos, com outras cuja produção é essencialmente familiar e voltada para a subsistência.

De maneira geral, a rentabilidade auferida na safra de grãos 2010/2011, com as principais culturas, foi extremamente positiva, dando fôlego aos produtores para a gestão de suas dívidas contraídas em safras anteriores, bem como para antecipar as ações necessárias para o plantio da próxima safra, notadamente na aquisição de fertilizantes e defensivos agrícolas.

2.1.2 – A Estratégia de Atuação da Conab em Minas Gerais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual–2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, quais sejam:

Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA tem por objetivo, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR–Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e CPR–Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não conta com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentário/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens.

2.1.3 – A Contratação de Bens e Serviços

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$47.010.171,52, incluindo R\$42.026.703,72 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando 89,39% dos empenhos realizados nesta modalidade e R\$3.827.843,19 relativos à manutenção dos estoques públicos.

Na modalidade Pregão, no valor total de R\$7.321.292,29 encontram-se incluídas as despesas empenhadas para pagamento do transporte no valor de R\$1.505.977,66, as despesas com a concessão do Auxílio Alimentação aos empregados no valor de R\$1.384.158,40, o pagamento por serviços de vigilância ostensiva no valor de R\$941.968,99 e também a aquisição e despesas correlatas de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias ou grupos populacionais no valor de R\$1.390.950,66, que juntas representaram 71,35% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes ao imposto de circulação de mercadorias – ICMS, no valor de R\$35.986.817,91, e a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios, no valor de R\$833.576,68, que juntas representam 95,8% do total empenhado.

Quadro II – Modalidades de Licitação – 2010 / 2011 (em R\$)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	104.652,52	10.233,79	104.652,52	10.233,79
Tomada de Preços	42.114,44	5.690,00	42.114,44	5.690,00
Concorrência	0,00	22.097,37	0,00	22.097,37
Pregão	295.332.104,85	7.321.292,29	295.332.104,85	7.321.292,29
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	64.092.865,17	47.010.171,52	64.092.865,17	47.010.171,52
Inexigibilidade	3.393.275,55	38.428.999,02	3.393.275,55	38.428.999,02
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	14.508,21	7.696,99	14.508,21	7.696,99
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	6.100.430,67	935.361,22	6.100.430,67	935.361,22
Diárias	786.291,15	370.691,33	786.291,15	370.691,33
Não se Aplica	619.679,51	673.285,45	619.679,51	673.285,45

Fonte: Siafi

2.1.4 – Os Fatores de Risco e sua Gestão em 2011

A Sureg MG não dispõe de estrutura própria de controle interno, estando centralizada na Matriz e Auditoria Interna – Audin.

A Auditoria Interna vem aprimorando e adequando as suas práticas e metodologias de trabalho às novas tendências da moderna Administração Pública, promovendo mudanças substanciais nos procedimentos de trabalho, inclusive com a implementação da Gerência de Riscos, responsável por identificar e avaliar pontos de fragilidade nos diversos processos da Companhia.

A Gerência de Riscos surgiu com um duplo propósito:

- a) prestar-se como suporte ativo e contínuo nos processos de gestão de riscos em toda a Companhia;
- b) pautar o planejamento da Audin em análise de riscos.

Desde então, a Gerência de Riscos encontra-se constantemente à procura da metodologia de trabalho que melhor se adapte às especificidades da empresa.

O resultado dos trabalhos de auditoria, aliado às ações de identificação e avaliação de riscos desempenhadas pela Gerência de Riscos e, ainda, às outras fontes de informações, tais como denúncias recebidas pela Ouvidoria e relatórios gerenciais, podem levar a adoção de ações mais direcionadas e profundas.

Estas ações têm como fontes principais a realização de entrevistas, aplicação de questionários, verificação in loco da atuação administrativa dos setores responsáveis pela atividade em análise,

verificação de conformidade normativa, elaboração e validação dos mapas de processos das atividades desenvolvidas e, por fim, a identificação e avaliação dos riscos.

A Companhia conta ainda com a Ouvidoria – OUVIR, canal aberto para relato de denúncias, elogios, sugestões e reclamações, tanto por parte de empregados como de atores externos.

As manifestações recebidas por meio da internet são cadastradas automaticamente pelo sistema. As recebidas por telefone, fax, e-mail e correspondências, ou feitas pessoalmente, são cadastradas no sistema pela equipe da Ouvidoria.

Após a leitura e análise do conteúdo das demandas, escolhe-se o encaminhamento mais adequado para as questões relatadas, enviando-as para as áreas responsáveis pelo assunto. Ao retornarem à Ouvidoria as respostas são analisadas sob o ponto de vista da consistência em relação ao conteúdo das questões formuladas e, caso necessário, lançadas no sistema para ciência do demandante.

Em relação aos meios de divulgação de informações e mudanças na legislação e normativos relevantes na organização, a Companhia dispõe da internet, intranet, informativo diário intitulado “Notícia do Dia”, Publicidade Legal e Comunicação Interna.

A Companhia tem também um Código de Ética que prevê condutas desejáveis por parte dos empregados e administradores, paralelamente ao Regulamento de Pessoal que dispõe sobre os direitos e deveres de todos, bem como as infrações e punições correspondentes.

Em razão da Superintendência Regional não dispor de uma unidade de controle interno, as ações nesse sentido têm sido feitas de forma descentralizada, sendo a ação de identificação de riscos realizada por cada uma das gerências, dentro de sua área de atuação, mediante adoção de mecanismos que favoreçam o atingimento da eficiência operacional e obediência aos normativos, objetivando antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas e fraudes.

Dentre os procedimentos adotados podemos citar:

a) Área operacional:

- implantação de uma sistemática e de um cronograma de supervisões aos diversos programas.

b) Área administrativa:

- designação formal de dois agentes para fiscalização dos contratos, de forma que o acompanhamento não sofra solução de continuidade na ausência de um deles;
- estabelecimento de sistemática de controle de vencimento dos contratos, de tal forma que sejam adotadas as providências de renovação, se for o caso, previamente à data de vencimento;
- implantação de mecanismo que impeça o pagamento de despesas que excedam o valor do contrato;
- ampliação do número de treinandos, não obstante termos superado em 9,15% a meta estabelecida.

2.1.5 – Os Fatores de Risco e sua Previsão para os Próximos dois Exercícios

A Sureg MG não dispõe em sua estrutura de área específica destinada a análise de risco. Tal estrutura está centralizada na Matriz.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

2.2.1 – Demanda por Serviços de Armazenagem e Apoio à Comercialização

A Sureg MG atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Estado de Minas Gerais.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora própria constituída por 16 armazéns, agrupados em 10 unidades armazenadoras, com capacidade estática total para 371.200 toneladas. Essas unidades operam em ambientes natural e artificial e prestam-se a guarda e conservação dos estoques públicos de grãos e outros alimentos e, além disso, destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral, dando também suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

As Unidades Armazenadoras sob jurisdição da Sureg MG operam tanto na modalidade granel, representando 65,08% da capacidade total, como também na modalidade convencional que participa com 34,26% do total. A Unidade existente destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, tem espaço de armazenagem corresponde a 0,63% da capacidade estática total. Embora venham operando regularmente, as unidades armazenadoras em virtude da sua utilização por muito anos, necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

Em 2010, o estoque médio armazenados na Unidades próprias da Conab em Minas Gerais equivalia a 1.125.336 t, sendo 927.536 t de estoques governamentais e 197.800 t de estoques de terceiros. Já no ano de 2011 o estoque médio armazenado, equivalia a 139.225 toneladas, sendo 112.527 t constituído de estoques oficiais e 26.697 t correspondente a estoques de terceiros.

Esse resultado representa uma diminuição de 87,6 %, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve redução de 88% e redução de 86,5% no quantitativo de estoques de terceiros. Quanto aos estoques governamentais tal resultado encontra justificativa na expressiva quantidade de produtos, basicamente milho e feijão, comercializados e doados através da Conab durante ano de 2011. Em relação aos estoques de terceiros a redução da quantidade armazenada se explica pela inexistência de espaço disponível nos armazéns da Conab, ocupados que estavam até então com os estoques governamentais.

Buscando a otimização da sua rede armazenadora, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se torná-la mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às normas da legislação de certificação de unidades armazenadoras.

Indiretamente a Conab atua na atividade de armazenagem mantendo uma rede armazenadora contratada para a prestação desses serviços, constituída tanto por armazéns privados como armazéns pertencentes à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG. Esses armazéns se destinam a armazenagem de estoques públicos nas localidades onde não existem unidades da Conab ou quando estas não são suficientes para o atendimento à demanda da região.

2.2.2 Mapeamento das Principais Empresas do Setor Privado análogas à Conab

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, quer sejam estoques públicos quer sejam estoques privados, a Conab responde pela manutenção do cadastro da rede armazenadora do País.

A atuação da Sureg MG na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, periodicamente.

A manutenção de informações sobre a distribuição espacial, o tipo e a qualificação dos armazéns, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no Estado, constituindo-se dados de importância estratégica para o País, contribuindo na formulação de políticas de produção agrícola e de abastecimento agroalimentar.

Ao final do exercício estavam cadastrados em Minas Gerais 1.200 armazéns, com capacidade estática para armazenar 8.269.259 toneladas, sendo 2.890.235 toneladas para produtos embalados e/ou enfardados e 5.379.024 toneladas para granel. No entanto, apenas 31 destes armazéns, correspondendo a 931.675 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para armazenar os estoques públicos.

2.2.3 – Os produtos e Serviços Oferecidos que Geram Receitas Próprias

A rede armazenadora da Sureg MG está voltada para prestação de serviços de armazenamento de grãos como trigo, milho, soja, café, entre outros e à sua conservação por meio das operações de limpeza, secagem, controle fitossanitário e termométrico. Essas operações eliminam a possibilidade de perdas qualitativas e quantitativas permitindo melhores condições para comercialização dos produtos, inclusive pela emissão de Títulos de Crédito – Warrant- que possibilita ao depositante negociar as mercadorias em depósito ou financiar os estoques depositados.

2.2.4 – Os principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Públicos e Privado

Os principais clientes da Conab são o Governo Federal, oferecendo suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa e ao público privado em geral através de serviços de armazenamento e correlatos.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio- econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **AGF – Aquisições do Governo Federal:** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.
Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.
- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.
Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.
- **PEP – Prêmio de Escoamento de Produto:** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor:** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 – Intervenções Governamentais

A agricultura mineira desempenha papel fundamental na sua economia, possibilitando ao Estado figurar com destaque entre os maiores produtores nacionais. Apesar das desigualdades regionais a diversidade da agricultura permite sua disseminação por todo o Estado, colaborando para tal atividade o clima e os solos favoráveis. O Estado apresenta uma estrutura bastante heterogênea, onde se encontra desde a produção intensiva em grandes propriedades especializadas em produção para exportação, até propriedades onde a produção destina-se a subsistência.

Assim, a produção agrícola mineira tem, como principal característica, sua diversidade, coexistindo, de um lado, regiões de base produtiva praticada de forma intensiva com uso de pacotes tecnológicos modernos, com predominância no aumento da produtividade e redução dos custos e de outro lado, outras cuja produção é essencialmente rudimentar e voltada para a subsistência. A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos para o Estado de Minas Gerais, em razão da sua diversidade de produção.

Especificamente quanto aos instrumentos de comercialização usualmente utilizados para implementação da PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos- no Estado de Minas Gerais, especialmente nas AGF – Aquisições do Governo Federal, Contratos de Opção, PEP – Prêmio de Escoamento de Produto e Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, não houve, no exercício de 2011, necessidade de intervenções governamentais no Estado, haja vista que os preços de mercado estiveram acima dos Preços Mínimos definidos.

3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.
 - Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab.
 - No Estado de Minas Gerais, no exercício de 2011, não houve demanda por aquisição pela modalidade CDAF devido à alta de preços,
 - Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias.
- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, denominado CPR - Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.
 - Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, denominado – CPR - Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser

aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

- Os preços praticados na CPR - Doação e CPR - Estoque, são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.
- Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR - Doação é o que apresenta a maior demanda, pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação no Estado de Minas Gerais em 2003 atendendo a 439 produtores rurais com a aquisição de 1.773 toneladas de produtos, sendo que em 2011 beneficiou um total de 9.972 produtores com a aquisição de 23.441 toneladas de produtos destinados a doação.

b) Recursos Aplicados

A figura a seguir discrimina os valores aplicados no Estado de Minas Gerais, no período de 2003 a 2011, demonstrando o significativo crescimento da aplicação dos recursos do MDA e MDS no Estado nesse período.

Cabe ressaltar que há ainda um potencial de crescimento bastante importante, haja vista que foram atendidos somente de 13,6% dos municípios do Estado.

Figura IX – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA em Minas Gerais



Fonte: Supaf/Gecaf

No Estado de Minas Gerais, foram aplicados, no ano de 2011, recursos da ordem de R\$42.026.703,72, conforme quadro abaixo:

**Quadro III - Recursos aplicados no PAA no
Estado de Minas Gerais no exercício de 2011**

Modalidade	Origem dos Recursos	Valor
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea:	MDS	41.110.261,72
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	MDA	916.442,00
TOTAL		42.026.703,72

Fonte: Conab – Sureg MG

c) Aquisição de Produtos

Na modalidade Formação de Estoque da Agricultura Familiar, são admitidas as formas de liquidação com a entrega do produto ou com liquidação financeira, no vencimento da CPR – Estoque. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares na modalidade CPR – Estoque com liquidação em produto são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR – Estoque. Por meio da CPR – Estoque foram formalizadas CPR com liquidação financeira de 146 toneladas de peixe, polpa de frutas e queijo, atendendo a 208 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro IV – Aquisições por meio da CPR – Estoque em Minas Gerais

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MG	3	Peixe	-	-	-	19	8	66.111,30
		Polpa de frutas	-	-	-	94	67	422.830,80
		Queijo	-	-	-	95	71	427.500,00
Totais			-	-	-	208	146	916.442,10

Fonte: Supaf/Gecaf

Na modalidade CPR – Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, a Superintendência Regional de Minas Gerais formalizou projetos no valor de R\$41.110.261,62, atendendo a 116 municípios nas diversas regiões do Estado, beneficiando diretamente a 9.764 produtores rurais e 1.371.956 pessoas atendidas com as doações dos produtos.

Minas Gerais sempre se projetou como o maior aplicador dos recursos do PAA, especialmente na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, desde a implantação do programa em 2003. No exercício de 2011, houve um decréscimo de cerca de 18% na aplicação de

recursos no PAA no Estado, passando de cerca de R\$51.000.000,00 aplicados no exercício de 2010, para R\$41.000.000,00, em 2011.

Esse decréscimo se deu em função do aumento da demanda pelos investimentos em outros Estados da federação e pela falta de recursos para atendimento aos projetos apresentados no Estado de Minas Gerais, significando uma carteira equivalente a R\$90.000.000,00 em projetos cujos recursos são aguardados para formalização no exercício de 2012.

Quadro V – Aquisições por meio da CPR- Doação em Minas Gerais

UF	N.º Municípios	Projetos	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
MG	116	209	9.764	23.295	41.110.261,62	1.182	1.371.956
Total			9.764	23.295	41.110.261,62	1.182	1.371.956

Fonte: Supaf/Gecaf

Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

No período foram pagos, no Estado de Minas Gerais, aos extrativistas norte mineiros R\$2.662,50, referentes a 17.750 quilos de pequi, na região do município de Chapada Gaúcha.

3.2.1.2 – AGF – Aquisições do Governo Federal

As aquisições de produtos através do instrumento AGF no Estado de Minas Gerais, nos últimos anos representaram uma importante ação reguladora do mercado, cujos preços apresentavam-se aquém dos preços mínimos oficiais, especialmente milho e feijão, justificando as intervenções realizadas, conforme quadro abaixo.

Quadro VI - Aquisições de produtos através do instrumento AGF

Ano	Produto	Quantidade (t)
2009	Feijão	11.081,00
	Milho	6.615,00
Total		17.696,00
2010	Milho	10.751,00
Total		10.751,00
2011	-	-
Total		0

Fonte: Suope/Gefoc

No exercício de 2011, os principais produtos produzidos no Estado de Minas Gerais mantiveram seus preços em patamares acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, não havendo necessidade de intervenção governamental no mercado, ao contrário dos anos anteriores.

3.2.1.3 – Contrato Público de Opção de Venda

Nos exercícios de 2009 e 2010, o mercado sinalizava a necessidade de intervenção governamental para regulação do mercado de café, milho e trigo, justificando a aquisição desses produtos, conforme quadro abaixo:

Quadro VII - Aquisições de produtos através do instrumento Contrato de Opção no Estado de Minas Gerais

Ano	Produto	Quantidade (t)
		Contrato de Opção
2009	Café	27.255,00
	Milho	95.607,00
	Trigo	2.160,00
Total		125.022,00
2010	Café	60.143,00
Total		60.143,00
2011	-	-
Total		0

Fonte: Suope/Gefoc

No exercício de 2011, em função dos preços praticados no mercado agrícola mineiro permaneceram em patamares acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, não havendo necessidade de intervenção governamental.

3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

3.2.2.1 – PEP – Prêmio para Escoamento do Produto

Em 2011, foram realizadas comprovações de operações de PEP, cujos leilões foram realizados no exercício de 2010, com o escoamento 670.402.772 kg milho, para empresas localizadas no Estado de Minas Gerais, tendo sido pago um prêmio no valor de R\$47.397.476,00.

O produto originado dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi destinado, na sua totalidade à exportação, conforme demonstrado a seguir:

Quadro VIII – PEP - Milho- Subvenção econômica cujo produto foi escoado em 2010 e paga no exercício de 2011 no Estado de Minas Gerais

Origem	Quantidade (kg)	Valor da subvenção	Destino
Goiás	480.841.456	33.995.491,00	Exportação
Mato Grosso	8.142.688	575.688,00	Exportação
Mato Grosso do Sul	5.855.728	414.000,00	Exportação

Minas Gerais	175.562.900	12.412.297,00	Exportação
TOTAL	670.402.772	47.397.476,00	

Fonte: Sureg MG/Geope/Secom

3.2.2.2 – Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

No Estado de Minas Gerais, não se registrou a utilização do instrumento Pepro, no exercício de 2011. Vale esclarecer que a utilização desse instrumento através de leilões públicos, encontra-se sob a coordenação da Conab Matriz e desde 2007 não ocorre esse tipo de operação no Estado.

3.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme já explicitado no item 1.2.1 – Planejamento Estratégico, o Mapa Estratégico Corporativo aprovado em dezembro de 2004, para um horizonte de cinco anos, em razão da mudança na alta direção da Conab, foi descontinuado e foram desconstituídos os grupos formados para o desenvolvimento e acompanhamento dos indicadores que haviam sido definidos.

Atendendo a recomendação contida no Acórdão da 2.^a Câmara do TCU n.º 835/2011 a Companhia criou um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Em novembro de 2011 foi realizado um curso sobre indicadores, em Brasília, com técnicos de diversas áreas da Matriz, que deram início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho.

Este grupo propôs a criação de alguns indicadores, que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz, a fim de se verificar se atendem aos requisitos de qualidade de indicadores, a saber: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade.

Estes indicadores estão em fase de análise pelas áreas da Matriz e se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais. Os indicadores em estudo se referem aos itens 3.3, 4.3, 5.3, 6.4, 7.4 e 11.5.7.

Os indicadores de desempenho relativos à Sustentação de Renda que estão sendo propostos e analisados são:

Quadro IX – Indicador da Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA
Tipo: Eficácia
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; PEP=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA

Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

**Quadro X – Indicador da Execução das operações de subvenção
Pepro demandadas pelo MAPA**

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção Pepro demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; Pepro=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

**Quadro XI – Indicador da Evolução da quantidade de produtos oriundos do
PAA comercializados pelas Centrais de Negócios**

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: Sureg				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				

Quadro XII – Indicador do Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep)*100$ onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta com sua atividade				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 – Análise das Principais Ações Ligadas à Venda de Produtos

As vendas de produtos estocados no Estado de Minas Gerais se restringiram aos estoques de aquisições realizadas em exercícios anteriores, haja vista a inexistência de produtos de safras recentes.

As vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Coube aqui à Conab, especialmente à Superintendência Regional de Minas Gerais, fazer cumprir seu papel de reguladora de mercado, oferecendo os produtos em quantidades compatíveis com as necessidades do mercado.

Coube ainda à Superintendência Regional da Conab de Minas Gerais administrar a operacionalização das vendas de seus estoques, acompanhando a realização dos leilões públicos de cujos estoques era a gestora, conferir a documentação apresentada pelas Bolsas de Mercadorias, Cereais e/ou Futuros, bem como a distribuição dos documentos gerados por essa Bolsas, para as diversas áreas da Companhia, acompanhar o cumprimento das obrigações inerentes à aquisição pelos adquirentes e emissão de notas fiscais de venda.

4.1.1 Relação dos Produtos que foram objeto de intervenção no mercado:

No Estado de Minas Gerais foram ofertados produtos somente para venda de estoques geridos pela Superintendência Regional de Minas Gerais.

Foram negociados os seguintes produtos:

Quadro XIII - Produtos vendidos no Estado de Minas Gerais

PRODUTO	QUANTIDADE (kg)
Milho	227.465.982
Café	23.073.476
Trigo	1.809.000

Fonte: Sureg MG

4.1.2 – Critérios Adotados para Intervenção no Mercado e Escolha do Instrumento

As intervenções no Mercado são feitas através de leilões públicos, com ou sem subvenção. São realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Sugof - Superintendência de Gestão da Oferta, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções, cabendo à Superintendência Regional de Minas Gerais, acompanhar a realização desses leilões, distribuindo os documentos que confirmam a operação, providenciando o pagamento de comissão pela realização dos leilões devidas às Bolsas de Mercadorias do Estado.

No caso de aquisições através de AGF, a Superintendência Regional identifica, no mercado local, a demanda para os produtos que necessitam da presença governamental, quando os preços praticados no mercado estão abaixo dos preços mínimos, normalmente ocasionados por excesso de oferta dos produtos. As aquisições são realizadas diretamente do produtor rural ou de sua Cooperativa.

As vendas podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no MOC - Manual de Operações da Conab (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o PEP – Prêmio de Escoamento de Produto e o Pepro – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo MF – Ministério da Fazenda, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nestas operações cabe à Superintendência Regional o acompanhamento da realização dos leilões junto às Bolsas de Mercadorias sob sua jurisdição, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o comando do pagamento das subvenções à Superintendência Financeira.

4.2 – Vendas dos Estoques Públicos

4.2.1 – Vendas em Leilões Públicos

Os leilões públicos de produtos agrícolas se dão através das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros. O leilão é realizado por meio do SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, onde todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas.

As vendas realizadas através dos leilões públicos visam suplementar a oferta de produtos e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

Dos estoques armazenados no Estado de Minas Gerais, foram comercializados produtos conforme abaixo discriminado:

Quadro XIV – Demonstrativo dos quantitativos vendidos, por instrumento, no Estado de Minas Gerais

Instrumento	Produto	Quantidade (kg)	Valor da Operação (R\$)
AGF	Milho	58.384.502	23.386.615,55
Opção	Milho	169.081.480	74.909.497,55
Funcafé	Café	22.174.338	93.334.915,91
Opção	Café	899.138	7.107.820,06

Opção	Trigo	1.809.000	1.072.963,80
TOTAL		252.348.458	199.811.812,87

Fonte: Suope/Gecom

4.2.2 – VEP – Venda Para Escoamento do Produto

Nesta modalidade de venda é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Foram ofertadas 10.000 t de milho em grãos estocadas no Estado de Minas Gerais, sendo o produto destinado aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, sendo pago um prêmio de R\$1.457.213,11, conforme quadro abaixo.

Quadro XV - Demonstrativo de quantidades vendidas – VEP milho

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Ofertada	Negociada			Vendida	Comprovada	Previsto	Pago
MG	10.000	10.000	1.713.000,00	AL	1.012	1.012	173.304,21	173.304,21
				BA	1.271	1.271	217.722,30	217.722,30
				CE	300	300	51.390,00	51.390,00
				PB	637	637	109.203,75	109.203,75
				PE	4.652	4.652	796.887,60	796.817,35
				RN	635	635	108.775,50	108.775,50
				SE	1.493	0	255.716,64	0,00
TOTAL	10.000	10.000	1.713.000,00	-	10.000	8.507	1.713.000,00	1.457.213,11

Fonte: Suope/Gecom

4.2.3 – Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/1991), o Governo Federal demonstrou de maneira contundente a sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o art. 3.º da referida Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance a tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos, sob a gestão administrativa do Governo Federal, a uma clientela específica e com um perfil predefinido. Tal permissão pode ser vislumbrada no art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria

Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, da qual se extrai que “excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão” (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É notório o elevado grau de dificuldade encontrado pelos pequenos criadores para suprir a demanda por insumos destinados à composição da ração para a alimentação de seus rebanhos, agravado pela falta de acesso, em vista de escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em bolsas de mercadorias.

Portanto, para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras realizadas por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o restrito acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado.

Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessíveis a um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal são limitadas por produto e região, a saber:

- Milho em grãos: 14 toneladas nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas Regiões Sul e Sudeste;
- Arroz em casca: 100 toneladas;
- Trigo em grãos: 50 toneladas;
- Castanha de caju: 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- O preço praticado não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no Estado onde for realizada a venda em balcão;
- O preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- No caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;

- No cálculo do preço de venda podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- Não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços por meio da “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/Peppo”;
- Quando nenhuma das condições anteriores for aplicável neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- O produto é retirado pelo comprador no próprio local de armazenamento, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Ressalte-se que os preços de venda, a área de abrangência, o perfil da clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros relativos ao Programa se encontram definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do MOC – Manual de Operações da Conab.

Em 2011, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 Estados mais o Distrito Federal a comercialização de 228.272 toneladas de produtos, sendo 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

No Estado de Minas Gerais, o produto tradicionalmente ofertado pelo Programa de Vendas em Balcão tem sido o milho em grãos, o qual se constitui como um dos principais insumos utilizados na composição de ração animal. No ano de 2011 foram vendidas 5.635 t de milho, com a geração de uma receita de R\$ 2.796.247,12 e o atendimento a 2.594 adquirentes.

Sua comercialização é realizada por meio das Unidades Armazenadoras de Juiz de Fora e Montes Claros, estrategicamente instaladas nas Regiões da Zona da Mata e Norte de Minas. Ressalte-se que a escolha pelos citados locais de venda se justifica, sobretudo, por essas regiões não apresentarem condições edafoclimáticas favoráveis à produção de milho.

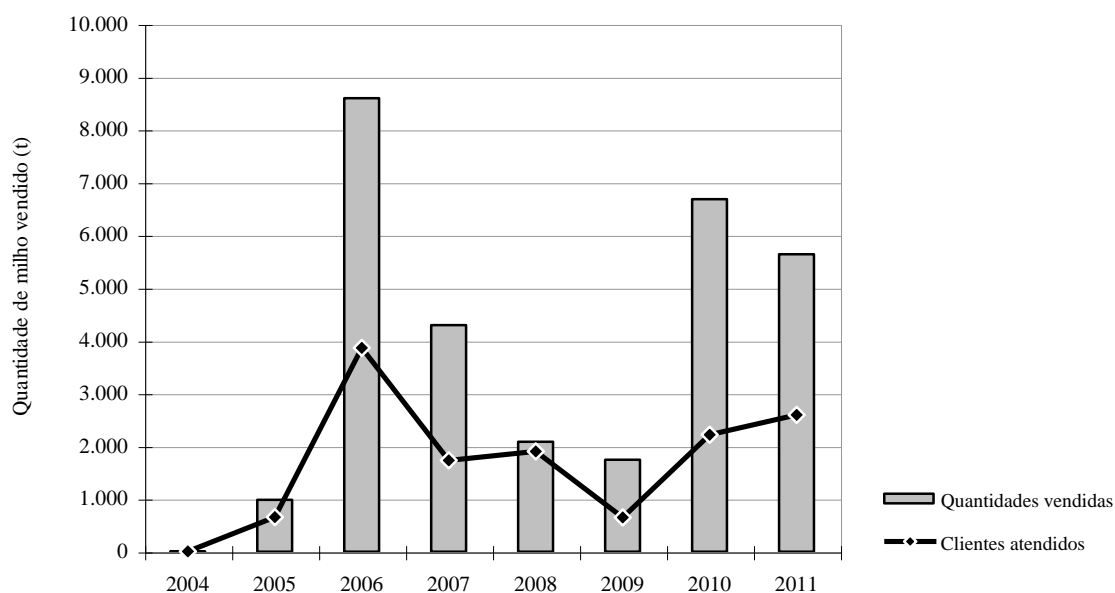
Se por um lado a Zona da Mata é marcada por um relevo acidentado, com pouca disponibilidade de áreas cultiváveis, o que restringe sobremaneira o uso da mecanização no cultivo das lavouras e penaliza os produtores com a elevação dos custos de produção em razão da necessidade de maior contratação de mão de obra, provocando consequentemente a redução da competitividade frente a outras regiões com maior aptidão agrícola. Por outro lado, a Região Norte de Minas, situada no semi-árido mineiro, tem a produção de milho prejudicada por condições climáticas adversas, pois historicamente são registrados índices pluviométricos abaixo dos ideais, bem como uma média elevada de temperatura ambiente. Destaca-se que o déficit hídrico da Região é o responsável direto por repetidas perdas e pela menor produtividade do Estado. Por essas razões, tanto a Zona da Mata quanto a Região Norte de Minas acabam sacrificadas pela necessidade da importação de milho oriundo de outras regiões do Estado, o que gera o aumento do custo para os pequenos produtores que precisam adquirir o produto para o arraçoamento de suas criações.

No que se refere à operacionalização do Programa de Vendas em Balcão, são demandadas, em observância ao disposto no MOC – Manual de Operações da Conab – Título 22, as seguintes ações por parte da Sureg MG:

- Acompanhar a posição dos estoques de milho em grãos disponibilizados para comercialização pelo Programa;

- Elaborar nota técnica fundamentando eventual necessidade de remoção do produto para recomposição dos estoques;
- Efetuar quinzenalmente pesquisa de preços do produto no mercado local para fins de elaboração do pedido de liberação de estoques públicos para a comercialização do produto em balcão;
- Realizar o cadastramento e o controle do rol de clientes;
- Proceder a venda à vista do produto, observando a quota máxima de comercialização quinzenal por unidade armazenadora, bem como a quota máxima de venda mensal por cliente com base no seu perfil de consumo;
- Emitir, conferir e arquivar toda a documentação financeira e fiscal relativa às vendas de milho em balcão;
- Enviar quinzenalmente à Matriz o registro das disponibilizações, vendas e estoques do Programa de Vendas em Balcão;
- Realizar a fiscalização e a apuração de denúncias ou fatos que caracterizem desvio dos objetivos do Programa;
- Solicitar à Matriz a aplicação das penalidades previstas nos casos de suspeita ou confirmação de irregularidade de participação ou uso do Programa.

Figura X – Evolução do Programa de Vendas em Balcão



Fonte: Supab/Gepab

De acordo com a Figura X, percebe-se que o quantitativo de 8,5 toneladas comercializado em 2006 representou o melhor desempenho alcançado pelas vendas de milho realizadas pelo Programa de Vendas em Balcão desde 2004. Contudo, a partir daquele ano, pode-se constatar uma tendência de queda acentuada na comercialização referente ao período de 2006 a 2009.

A queda refletida na posição das vendas ocorridas em 2007 se justifica principalmente em virtude da indisponibilidade de estoques para atendimento aos clientes do Programa de Vendas em Balcão nos meses de janeiro a julho do referido ano. À época, registrou-se também o aumento dos preços do produto, sendo que, no âmbito nacional, a substancial redução dos estoques públicos teve influência significativa na queda dos níveis de comercialização do produto no ano de 2008.

Em 2009, devido à baixa dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo assim os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto.

Em 2010, com a recomposição dos estoques, realizou-se a comercialização de mais de 6,6 toneladas do produto pelo Programa de Vendas em Balcão em Minas Gerais, sinalizando para uma extraordinária recuperação, tendo em vista que o volume comercializado naquele ano superou ao do ano anterior em aproximadamente 384%.

No entanto, no ano de 2011, sobretudo em razão da indisponibilidade de estoque na UA Montes Claros, especificamente nos meses de fevereiro a junho, houve uma queda de 15,70% em relação ao quantitativo comercializado em 2010, frustrando a expectativa de crescimento nas vendas. Todavia, registrou-se um aumento de 17,11% no comparativo do mesmo período no tocante ao número de clientes atendidos.

4.2.4 – Doação de Produtos Alimentícios

No âmbito da Sureg MG, a doação de produtos alimentícios visa atender demandas específicas de famílias ou grupos populacionais em situação de risco ou de insegurança alimentar e nutricional, cujo rol de beneficiários pode ser, em síntese, dividido da seguinte forma:

- Grupos populacionais específicos;
- População em situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- Entidades públicas e de interesse social.

a) Doação de produtos alimentícios a grupos populacionais específicos

Para a execução desta ação, a Conab tem firmado com o MDS, desde 2003, parceria estabelecendo o repasse de recursos orçamentário/financeiros por parte do Ministério para a aquisição de produtos alimentícios e custeio de despesas correlatas. Nessa parceria, a Conab figura como responsável direta pela execução, disponibilizando, para tanto, a sua estrutura operacional e administrativa.

A ação orçamentária intitulada “Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do MDS, visa a distribuição de cestas de alimentos para fins de atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar e nutricional de grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, comunidades atingidas por construções de barragens e comunidades de terreiros.

Destaca-se que a coordenação desses trabalhos se encontra sob a responsabilidade da Sesan – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, que, em articulação com a FUNAI, Funasa, INCRA, OAN/MDA, Seppir, Seape, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64 para a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos em âmbito nacional.

Frisa-se que a aquisição dos alimentos destinados a compor as referidas cestas é realizada pela Matriz por meio de leilões eletrônicos, sendo que a entrega é efetuada nos locais previamente definidos, com base nos avisos de compra e nas relações de cadastro de lotes, objetivando compor o Estoque Estratégico.

Importante ressaltar que, desde a publicação dos avisos de compra, a Sureg MG passa a ter uma atuação direta nas etapas subsequentes do processo, que vão desde a confirmação da compra à efetiva entrega das cestas de alimentos ao público beneficiário.

Em suma, essas etapas demandam as seguintes ações por parte da Sureg MG:

- Acompanhar o resultado do leilão com base no aviso de compra publicado no DOU – Diário Oficial da União e disponibilizado na internet, no portal da Conab;
- Observar os prazos e as demais condições para recebimento do produto, conforme dispõem o aviso de compra, o comunicado de compra e os padrões de especificação do produto;
- Executar os procedimentos de controle de qualidade no recebimento do produto, os quais abrangem a inspeção de qualidade no recebimento, o controle de peso e volume líquidos, a coleta de amostras, a realização da classificação vegetal ou o encaminhamento para análise laboratorial (físico-química e/ou microbiológica, conforme o produto) e a realização de re-análise e/ou arbitragem nos termos da Instrução Normativa MA/SARC n.º 006, de 16/05/2001 (quando o produto não se enquadrar nos padrões de especificação), conforme dispõem as Normas da Organização – Código 30.504 – Controle de Qualidade;
- Emitir a ficha de controle e aceitabilidade, se aprovado pelo controle de qualidade, ou exarar a sentença arbitral, se reprovado;
- Solicitar à Matriz a devolução da caução (garantia) ao fornecedor, se aprovado pelo controle de qualidade, ou providenciar a devolução do produto, se reprovado;
- Emitir a guia de pagamento, se aprovado pelo controle de qualidade;
- Solicitar a descentralização de recursos orçamentários e financeiros e emitir nota de empenho, nota de lançamento e ordem de pagamento;
- Zelar pela guarda e pela adequada condição higiênico-sanitária do produto;
- Emitir as notas fiscais de doação, observando necessariamente a demanda dos segmentos a serem beneficiados em conformidade com o disposto no Termo de Cooperação Técnica;
- Enviar quinzenalmente à Matriz o demonstrativo das doações realizadas, por segmento/grupo populacional específico;
- Zelar pela guarda da documentação fiscal relativa às doações realizadas.

A retirada das cestas de alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias, salvo exceções, é de responsabilidade dos representantes indicados pelo INCRA, Funai, Fundação Cultural Palmares, Seppir e MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar produtos oriundos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para a composição das cestas de alimentos.

Em 2011, foram entregues 1.738.726 cestas de alimentos a 396.769 famílias, perfazendo uma distribuição total de 42.419 toneladas de alimentos em atendimento a 26 Estados mais o Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior, verifica-se, em âmbito nacional, uma redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de cestas entregues e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstra o seguinte quadro:

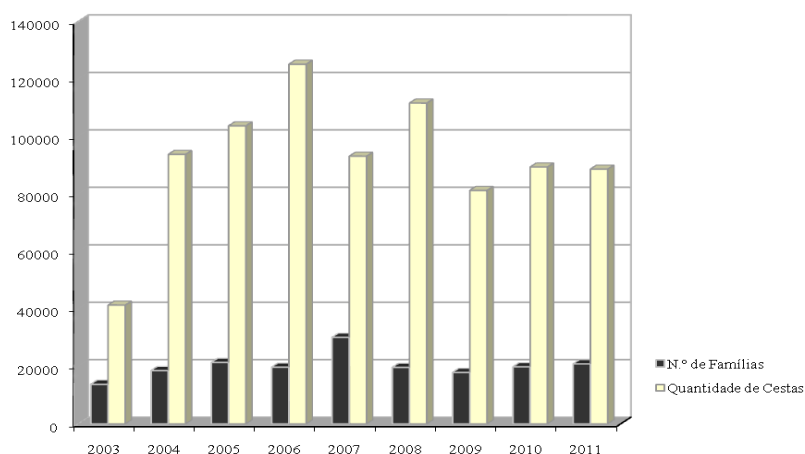
Quadro XVI – Comparativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)
2003	254.911	13.777	5,40	715.435	41.331	5,78	16.607	1.409	8,48
2004	447.764	18.547	4,14	1.620.828	93.811	5,79	38.077	2.239	5,88
2005	505.375	21.355	4,23	1.950.914	103.733	5,32	47.956	2.460	5,13
2006	343.452	19.735	5,75	1.820.792	125.189	6,88	40.943	2.758	6,74
2007	402.726	30.097	7,47	2.097.153	93.154	4,44	49.590	2.173	4,38
2008	354.218	19.654	5,55	1.439.256	111.671	7,76	32.552	2.436	7,48
2009	338.446	17.922	5,30	1.427.275	81.270	5,69	32.636	1.811	5,55
2010	446.363	19.851	4,45	1.946.543	89.404	4,59	46.299	2.069	4,47
2011	396.769	20.864	5,25	1.738.726	88.684	5,10	42.419	2.148	5,06

Fonte: Supab/Gepab

Conforme citado anteriormente, na área de atuação da Sureg MG, são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as comunidades atingidas por barragens e as de comunidades de terreiros. Eventualmente são realizados também atendimentos especiais. Ao todo, a quantidade de cestas distribuídas em 2011 no Estado de Minas Gerais representou 5,10% da quantidade total distribuída pela Conab em todo o território nacional. Já o número de famílias atendidas e a quantidade de produto distribuído representaram, respectivamente, 5,25% e 5,06%.

Figura XI. – Evolução do Número de Famílias Atendidas e da Quantidade de Cestas Distribuídas – MDS



Fonte: Supab/Gepab

Com base nos resultados apresentados no período de 2003 a 2011, pode-se apurar as médias de 5,28%, 5,70% e 5,90%, respectivamente, em relação à participação da Sureg MG no tocante ao número de famílias atendidas, à quantidade de cestas distribuídas e à quantidade de produtos distribuídos pela Conab em todo o Brasil. Conclui-se, portanto, que os percentuais de participação da Sureg MG em 2011 se mantiveram muito próximos das médias obtidas nos últimos 9 anos, o que revela pouca oscilação nos referidos índices de atendimento.

Quadro XVII – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total
		Acampados	Quilombolas	Com. de Terreiros	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas	
2003	N.º Famílias	12.426	1.351	–	–	–	–	13.777
	Quant. Cestas	37.278	4.053	–	–	–	–	41.331
	Quant. Produtos(t)	1.309	100	–	–	–	–	1.409
2004	N.º Famílias	10.616	2.555	–	4.112	382	882	18.547
	Quant. Cestas	80.798	3.621	–	4.112	1.492	3.788	93.811
	Quant. Produtos(t)	1.920	90	–	100	37	92	2.239
2005	N.º Famílias	13.234	2.289	800	2.000	532	2.500	21.355
	Quant. Cestas	72.802	10.309	3.200	2.000	2.878	12.544	103.733
	Quant. Produtos(t)	1.723	243	75	44	68	307	2.460
2006	N.º Famílias	13.533	2.289	800	81	532	2.500	19.735
	Quant. Cestas	86.612	14.364	4.800	81	2.892	16.440	125.189
	Quant. Produtos(t)	1.890	314	107	1	63	383	2.758
2007	N.º Famílias	13.533	2.612	800	10.120	532	2.500	30.097
	Quant. Cestas	52.334	12.110	3.773	10.120	2.540	12.277	93.154
	Quant. Produtos(t)	1.116	253	83	259	53	409	2.173
2008	N.º Famílias	13.533	2.289	800	–	532	2.500	19.654
	Quant. Cestas	71.819	14.734	4.800	–	3.192	17.126	111.671
	Quant. Produtos(t)	1.515	327	106	–	70	418	2.436
2009	N.º Famílias	10.198	2.151	1.600	–	1.303	2.670	17.922
	Quant. Cestas	50.617	9.004	4.800	–	4.406	12.443	81.270
	Quant. Produtos(t)	1.126	205	107	–	99	274	1.811
2010	N.º Famílias	10.300	2.151	1.600	1.100	1.505	3.195	19.851
	Quant. Cestas	51.293	9.672	4.800	6.100	5.209	12.330	89.404
	Quant. Produtos(t)	1.186	227	114	128	129	285	2.069
2011	N.º Famílias	10.300	2.879	1.600	1.385	1.505	3.195	20.864
	Quant. Cestas	46.115	11.027	6.400	1.585	6.680	16.877	88.684
	Quant. Produtos(t)	1.087	272	163	69	155	402	2.148

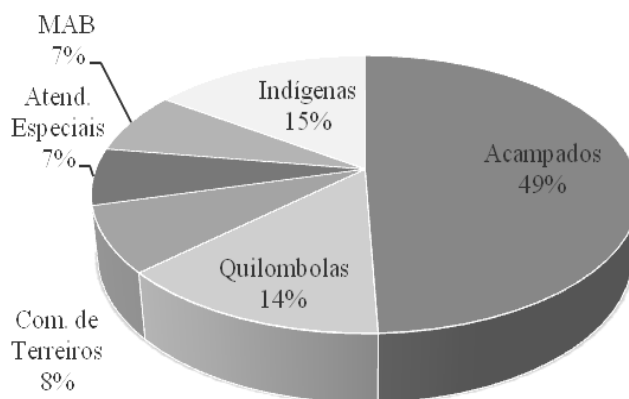
Fonte: Supab/Gepab

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens¹

Dentre os grupos populacionais específicos, o segmento constituído por trabalhadores rurais acampados continua figurando como o maior grupo atendido. Em 2011, foram 10.300 famílias de acampados que representaram 49% do número total de famílias beneficiadas com a distribuição de cestas de alimentos no Estado. Em seguida, destacaram-se as comunidades indígenas com 3.195 famílias representando 15%, quilombolas com 2.879 famílias representando 14%, comunidades de

terreiros com 1.600 famílias representando 8% e MAB com 1.505 famílias e atendimentos especiais com 1.385 famílias, ambas representando 7%.

Figura XII – Famílias Beneficiadas com a Distribuição de Cestas de Alimentos – MDS



Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza

Ação orçamentária intitulada “Socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres”, do Programa “Respostas aos desastres”, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento de Estados e municípios, sobretudo quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

No intuito de dar continuidade às ações de distribuição de alimentos, a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil para fins de aquisição de gêneros alimentícios destinados à formação e manutenção de estoque estratégico que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastre de qualquer natureza, que esteja classificado na Codar – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos.

De acordo com o Termo de Cooperação Técnica, competiu à Conab a aquisição, por meio de leilões eletrônicos, dos diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó), incluindo embalagens para fardo, com o objetivo de formar um estoque estratégico de cestas de alimentos, que são depositadas nas unidades armazenadoras próprias estabelecidas em locais estratégicos.

Foi previsto também que na composição das cestas, a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competiu fornecer as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto como a indicação das localidades quanto o público-alvo.

Para tanto, em 2011, a Conab distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias, correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Na área de atuação da Sureg MG foram realizados apenas atendimentos emergenciais, de acordo com as orientações da Defesa Civil. No ano de 2011, a quantidade de cestas de alimentos distribuída representou 1,36% da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro XVIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos – Defesa Civil

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)
2006	264.417	12.015	4,54	280.919	12.015	4,28	3.720	309	8,31
2007	174.209	5.095	2,92	174.209	5.095	2,92	4.100	117	2,85
2008	294.312	35.081	11,92	296.317	35.081	11,84	6.999	799	11,42
2009	702.238	11.545	1,64	712.752	11.545	1,62	16.743	261	1,56
2010	139.452	4.790	3,43	142.286	4.790	3,37	3.766	110	2,92
2011	119.579	1.630	1,36	119.579	1.630	1,36	2.954	57	1,92

Fonte: Supab/Gepab

c) Suplementação da oferta de alimentos a entidades públicas e de interesse social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Sureg MG, em 2011, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou 240 toneladas de produtos alimentícios, o que representou, conforme demonstrado a seguir, 1,69% do quantitativo total doado pela Conab.

Quadro XIX – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																						Total				
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Conservas	Doce de Frutas	Farinha			Feijão	Flocos de Milho	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja	Polpa de Frutas	Polvilho		Sementes	Suco de Fruta	Trigo em Grãos	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca				de Mandioca	de Milho	de Trigo					Empó	Integral											
AL	13	2	-	-	-	-	-	-	1.665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.667
AM	1	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
BA	138	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	880	-	-	-	6	-	-	-	-	-	451	-	2.601	-	-	-	3.981
CE	32	-	-	-	-	-	-	9	74	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	92
ES	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
GO	3	1	-	39	6	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
MA	4	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	27	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	56
MG	64	-	-	-	-	-	-	46	1	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	13	19	155	-	-	-	-	240
MS	7	-	-	11	-	-	-	-	250	-	-	50	-	32	-	12	-	6	-	-	19	-	-	-	-	-	-	380
MT	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PE	14	-	-	15	-	-	-	-	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280
PI	20	-	-	-	-	-	-	15	163	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208
PR	37	-	90	149	-	-	-	3	52	1	-	714	-	25	-	9	-	2	-	-	-	-	-	21	-	-	-	1.066
RJ	7	13	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230
RN	17	-	-	179	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	-	21	-	-	45	-	-	-	-	-	-	-	-	281
RS	36	-	5	532	-	-	3	139	-	42	28	847	-	-	12	1.142	44	37	-	-	-	-	-	-	37	-	-	2.868
SC	5	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	399	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420
SP	57	-	-	-	-	-	-	44	50	-	-	521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	251	866
TO	75	1	-	1.460	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1.467
Total	532	17	101	2.428	13	10	3	258	2.562	43	28	3.443	9	57	12	1.248	273	45	45	13	33	471	155	2.622	37	251	14.177	

d) Doação de feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13/10/2009, a Conab foi autorizada a doar aos programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício de 2011, foram doadas pela Sureg MG 4.920 toneladas de feijão, representando 23,19% das 21.212 toneladas distribuídas pela Conab em âmbito nacional.

4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme explicitado nos itens 1.2.1 e 3.3, a Conab criou um grupo de trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico da Companhia e este grupo de trabalho deu início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais.

Os indicadores de desempenho relativos à Promoção do Abastecimento que estão sendo propostos e analisados são:

Quadro XX – Indicador da Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA.				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Quadro XXI – Indicador das Recomendações Técnicas da Conab para Operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp \times 100$ onde, Qnt = Quantidade de produtos em Nota Técnica e				

Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.

Fonte dos dados: Sugof/Suoqe

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				

Quadro XXII – Indicador da Efetividade das Intervenções no Mercado

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com Prop, COV, AGF, PEP e Peppo em cada mês e subtraí-los do volume de Vendas do mês correspondente [(Prop+COV+AGF+PEP+Peppo)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x i= Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y i= Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r =1:perfeita /forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3:fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de “r” estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_1 - \bar{x})(y_1 - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_1 - \bar{x})^2 \sum (y_1 - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), Statistical power analysis for the behavioral sciences. Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Acima de 0,30				

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

5.1 – Prohort

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Portaria n.º 171, de 24/03/2005, instituiu o Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, no âmbito da Conab, tendo como objetivos estimular e coordenar a captação de dados relativos ao processo de comercialização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros e a integração dos seus respectivos bancos de dados, universalizando as informações; favorecer melhorias nos processos de gestão técnico-operacional e administrativa dos mercados atacadistas; agregar inteligência e conhecimentos tecnológicos gerados pelo desenvolvimento do setor, em âmbito nacional e internacional, para transferência à cadeia produtiva, orientados às necessidades e exigências de mercado; prestar assessorias e consultorias em infraestrutura física, tecnológica e ambiental aos mercados atacadistas, resguardada a existência de suporte requerido e estimular a interação do setor com as universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e às políticas públicas de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional.

Ressalte-se que, no tocante a geração e difusão de informações no âmbito do Prohort, a Sureg MG não registrou ações de participação direta em 2011. Importante esclarecer que a geração de tais informações se encontra sob a coordenação da Matriz, sendo que a difusão tem sido realizada preponderantemente por meio eletrônico, através do portal www.ceasa.gov.br, no qual são disponibilizadas a posição diária de oferta e preço dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasa, além de informações institucionais sobre o Prohort e as Ceasa, trabalhos técnicos e normativos, estatísticas e dados de conjuntura agrícola, legislação, agroqualidade etc.

5.2 – Refap

A Sureg MG não executa quaisquer atividades relacionadas ao funcionamento e à operacionalização da Refap – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos, tendo em vista que abrangência da Rede alcança apenas os Estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Maranhão.

5.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme explicitado nos itens 1.2.1 e 3.3, a Conab criou um grupo de trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico da Companhia e este grupo de trabalho deu início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais.

Dado que a Sureg MG não executa quaisquer atividades relativas ao Refap, o indicador de desempenho relativo à Articulação e Organização do Abastecimento que está sendo proposto e analisado se refere aos mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasa e outros) integrados à base de dados da Conab:

**Quadro XXIII – Indicador dos Mercados atacadistas de hortigranjeiros
Integrados à base de dados da Conab**

Nome do Indicador:				
Objetivo do Indicador: Analisar a capacidade de integração dos mercados atacadistas hortigranjeiros à base de dados da Conab/Prohort.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab/Gehor				
Fórmula de cálculo e método de medição: Número de mercados integrados à base de dados da Conab/Prohort. A base de dados da Conab/Prohort compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados				
Fonte dos dados: Mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasas) - Gehor?				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A Conab dispõe sob a jurisdição da Sureg MG de 10 unidades armazenadoras estrategicamente localizadas nas regiões agrícolas do Estado de Minas Gerais, sendo que 9 operam na modalidade de armazenagem em ambiente natural e uma opera em ambiente artificial (temperatura controlada até 3°C).

A capacidade estática da rede Conab no Estado atualmente é de 371.200 t, sendo 241.600 t para produtos a granel, representando 65,08% do espaço total, 127.200 para produtos ensacados e/ou industrializados, equivalente a 34,26% da capacidade existente e 2.400 t para produtos frigoríficos ou 0,64% da capacidade total.

As unidades armazenadoras convencionais, que estão aptas para o recebimento de produtos ensacados e em ambiente natural, especialmente café beneficiado cru, estão localizadas nos municípios de Varginha, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões, Campos Altos e Juiz de Fora, consideradas como unidades coletoras.

Na região do Triângulo Mineiro estão localizadas duas outras unidades armazenadoras em ambiente natural, sendo uma no município de Uberaba, para estocagem de produtos a granel, também considerada coletora, e outra em Uberlândia/MG, unidade mista para armazenagem de produtos a granel e convencional, classificada como intermediária.

Na região Norte encontra-se uma unidade armazenadora em ambiente natural, localizada no município de Montes Claros, apta a estocagem de produtos ensacados. Essa unidade atende aos programas sociais operacionalizados pela Conab, além de prestar serviço de armazenagem para terceiros.

No município de Passa Quatro/MG, localizado na região sul do Estado, a Conab possui uma unidade que opera em ambiente controlado, com capacidade para estocagem de 2.400 t, específica para armazenagem de produtos como batata semente, alho, frutas e ovos. A unidade encontra-se com as atividades momentaneamente paralisadas, para a realização de obras e serviços de manutenção.

Quadro XXIV – Unidades Armazenadoras da Conab em Minas Gerais

Unidade	Endereço	Modalidade
UA – Passa Quatro	Av. Dr. Paulo Nogueira de Luca, 97 – Passa Quatro – MG	Frigorífico
UA – Uberlândia	Rua Geraldo Moreira e Silva, n.º 2.630 – Uberlândia – MG	Convencional/Granel
UA – Uberaba	Rua 04, n.º 315, Quadra 01, Lote 05 – Uberaba – MG	Granel

UA – Varginha	Alameda do Café, n.º 1.000, Jardim Andere – Varginha – MG	Convencional
UA – São Sebastião do Paraíso	Rua Delmira Andrade Figueredo Westin, s/n.º – São Sebastião do Paraíso – MG	Convencional
UA – Perdões	Rod. BR 381 Fernão Dias, km. 665 – Perdões – MG	Convencional
UA – Montes Claros	Rua Francisco Peres de Souza, n.º 381 – Montes Claros – MG	Convencional
UA – Juiz de Fora	Rua Bruno Simili, n.º 47 – Juiz de Fora – MG	Convencional

Fonte: Geope / Seope

Quadro XXV - Estoque e Faturamento Operacional Sureg MG

Estoque e Faturamento Operacional Sureg MG			
Ano	Média Mensal		Total
	Estoque (kg)		Fat. oper.
	Gov	Terc	R\$
2007	984.100.439	374.335.157	2.479.107,00
2008	22.487.875	35.981.973	3.846.135,77
2009	69.214.263	30.991.135	2.903.755,22
2010	16.446.026	191.988.342	1.146.172,08
2011	112.527.456	26.697.857	2.512.048,97

Fonte: Geope / Seope

No exercício de 2011 o estoque médio de produtos de terceiros armazenados nas unidades próprias da Conab no Estado de Minas Gerais era de 26.697,85 toneladas.

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e seguro dos produtos armazenados, foi de R\$ 2.512.048,97, com incremento de 45,6% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado no quadro anterior. Esse aumento de receita teve como motivo principal o aumento do volume da prestação de serviços de secagem e pré limpeza em 2011.

Quanto ao volume físico armazenado, os estoques públicos tiveram aumento de 85,38%, crescendo dos 16.446.026 Kg armazenados em 2010 para 112.527.456 Kg em 2011. Os estoques de terceiros por outro lado tiveram uma redução de 86,09%, caindo de 191.988.342 Kg em 2010 para 26.697.857 Kg.

6.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

A Conab disponibiliza, para os clientes que tenham interesse na comercialização de seus produtos, através de leilões, o seu SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização, pelo qual o cliente oferta seus produtos, cabendo à Conab a condução dos leilões, oferecendo os meios técnicos e operacionais necessários, fazendo jus à remuneração pela prestação de serviços, conforme contrato com as Bolsas de Mercadorias.

No ano de 2011, a Conab procedeu à venda dos estoques de café sob a gestão do Funcafé – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, transferidos em consignação, em atendimento ao contido na Portaria MAPA nº 760, de 14/9/10.

Do total ofertado no estado de Minas Gerais, foram comercializados 22.174.338kg do produto, gerando uma receita bruta de R\$93.334.915,91, conforme quadro abaixo.

Quadro XXVI – Comercialização de Café em Minas Gerais

UF	Quantidade kg		Valor da Operação	
	Ofertada	Negociada	s/ICMS	c/ICMS
ES	2.686.241	2.686.241	9.902.063,81	9.909.240,65
MG	28.023.971	22.174.338	87.161.182,00	93.334.915,91
SP	3.973.740	3.973.740	16.054.250,04	16.519.439,32
Total	34.683.952	28.834.319	113.117.495,84	119.763.595,88

Fonte: Geope / Secom

6.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

A Sureg MG possui funcionando em sua sede um posto de classificação de produtos agrícolas, credenciado junto ao MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para a classificação de milho, feijão e arroz.

O posto vem sendo utilizado para fins de controle de qualidade de produtos, bem como para realização do controle dos serviços prestados por empresas credenciadas e contratadas pela Conab para a realização da classificação de produtos nas operações de compra, venda ou doação do Poder Público realizadas pela Companhia.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme explicitado nos itens 1.2.1 e 3.3, a Conab criou um grupo de trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico da Companhia e este grupo de trabalho deu início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais.

Os indicadores de desempenho relativos à Prestação de Serviços que estão sendo propostos e analisados são:

Quadro XXVII – Indicador da Evolução da Receita operacional Obtida com serviços de armazenagem – em R\$

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem
Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				

**Quadro XXVIII – Indicador da Evolução da Receita operacional
Obtida com serviços de armazenagem – Em %**

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(R_t/R_{t-1}) \cdot 100$ onde: R_t =Receita no ano atual e R_{t-1} =Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				

**Quadro XXIX – Indicador da Participação de produtos do governo no estoque,
em Unidades Armazenadoras Próprias**

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(P_g/E) \cdot 100$ onde P_g =Produtos do governo e E =Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1 – Rede Armazenadora

A Rede Armazenadora Própria da Conab é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 Estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

7.1.1 – Rede Armazenadora Própria

Em Minas Gerais a Rede Armazenadora Própria é constituída por 16 armazéns, agrupados em 10 unidades armazenadoras, com capacidade estática para 371.200 t, em ambientes natural e artificial.

A Rede Própria em Minas Gerais encontra-se em estado regular de conservação, sendo constituída por estruturas construídas há mais de 20 anos, necessitando de constante manutenção nas coberturas e instalações existentes (civis e elétrica). Quanto aos equipamentos eletromecânicos e instalações encontram-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, exigindo assim permanente manutenção.

A Conab estabeleceu um cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, duas em Minas Gerais. Assim, as obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções visando à certificação dessas unidades, foi realizado pela Matriz, em conjunto com a Sureg MG. Após levantamento detalhado dos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados, com base na Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011, chegou-se a estimativa de custos totais no valor de R\$ 6.841.000,00 até 2015, conforme quadros detalhados a seguir.

**Quadro XXX - Obras e serviços necessários a Certificação,
Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2012**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2012			
UBERLÂNDIA – MG			
Capacidade estática: 264.328	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária	
Obras			Custos
Aeração			200.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			20.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			260.000,00
TOTAL			528.000,00
UBERABA – MG			
Capacidade estática: 25.800	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora	
Obras			Custos

Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	40.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
TOTAL	88.000,00
TOTAL 2012	616.000,00

**Quadro XXXI – Obras e serviços necessários a Certificação,
Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2013**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013		
MONTES CLAROS – MG		
Capacidade estática: 9.898	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras	Custos	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	3.000,00	
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00	
TOTAL	68.000,00	
TOTAL 2013	68.000,00	

**Quadro XXXII – Obras e serviços necessários a Certificação,
Estimativa de custos das Unidades Armazenadoras – Cronograma para 2015**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015		
CAMPOS ALTOS – MG		
Capacidade estática: 10.003	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		370.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		472.000,00
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE – MG		
Capacidade estática: 19.202	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		527.000,00

JUIZ DE FORA – MG		
Capacidade estática: 24.421	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		527.000,00
PERDÕES – MG		
Capacidade estática: 10.003	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		325.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		427.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG		
Capacidade estática: 10.297	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		102.000,00
VARGINHA – MG		
Capacidade estática: 24.559	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		102.000,00
TOTAL 2015		2.157.000,00

7.1.1.1 – Posição dos Estoques

No fim do exercício, os estoques de produtos agrícolas depositados nas unidades armazenadoras próprias somavam 85.875 t de produtos de governamentais e 14.622 t de produtos de terceiros.

**Quadro XXXIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Armazenados
Em Unidades Próprias no fim do Exercício 2011- Sureg MG**

Unidades armazenadoras Sureg MG	Estoque (t)		
	Governo t	Terceiros t	Total t
CAMPOS ALTOS	572	1.326	1.898
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	12.914	1	12.915
JUIZ DE FORA	9.841	81	9.922
MONTES CLAROS	4.484	803	5286
PASSA QUATRO	0	0	0
PERDÕES	5.696	178	5.874
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	10.769	7	10.776
UBERABA	351	252	603
UBERLÂNDIA (TOTAL)	18.413	9.800	28.213
VARGINHA	22.837	2.174	25.011
TOTAL Sureg MG	85.875	14.622	100.498

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.1.2 – Serviços de Manutenção

A Sureg MG, da mesma maneira que as outras Superintendências Regionais da Conab, tem dificuldade para elaboração de projetos, especificações de serviços e demais instrumentos necessários para compor editais de contratação de serviços e obras, em razão do seu reduzido quadro de pessoal técnico qualificado nesta área. Esta dificuldade na elaboração das especificações de serviços, dos projetos básicos e planilhas orçamentárias detalhadas para compor os editais de licitação, ocorre desde a constituição da Conab em razão do seu quadro de técnicos, em especial os empregados envolvidos com obras e serviços de manutenção, ou seja, engenheiros – civis, eletricitistas e mecânicos, ter sido sempre reduzido, insuficientes para atender a demanda de elaboração de projetos.

A maioria das superintendências regionais não possui nenhum destes profissionais em seu quadro de lotação, e isto gera dependência e onera sobremaneira a Gerap – Gerência de Armazéns Próprios, subordinada à Suarm – Superintendência de Armazenagem, na Matriz, onde são centralizadas as decisões relativas às contratações de obras e serviços e onde é lotada a maioria dos profissionais destas áreas. Na ocasião do único concurso ocorrido nos quase vinte anos de existência da Conab, não foi contemplada a contratação destas classes de engenheiros, sendo dada ênfase à contratação de profissionais da área de agronomia.

Em anos anteriores a Sureg MG contou com o auxílio de engenheiros lotados na Gerap, que neste ano não tiveram condições de auxiliar a Regional na elaboração das vistorias e demais documentos técnicos para que se pudessem ultimar as contratações, tendo em vista o acúmulo de serviços que foram ali centralizados.

Do orçamento liberado para o ano de 2011, a maior parte do recurso financeiro se referia a uma obra de conclusão do sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico para a UA Uberlândia, serviços estes que foram inicialmente especificados por engenheiro lotado na Suarm/Gerap, que não pode estar disponível para a continuidade destes serviços, no período.

Outro serviço constante do orçamento de 2011 se referia à elaboração de projetos de recuperação e adaptação do Armazém n.º 04, também da UA Uberlândia, serviços estes que demandavam a participação de um engenheiro mecânico para a elaboração de projeto e especificações de serviços, sendo que somente existe no quadro da Conab um técnico desta natureza, também lotado na Suarm/Gerap, que também devido ao acúmulo de outras tarefas, não pode colaborar na execução dos documentos necessários à contratação dos serviços.

A respeito desta deficiência de pessoal, já constou em Relatório de Auditoria elaborado pela CGU a recomendação de alteração de procedimento existente na Conab, que consiste no fato de um só empregado, no caso, um engenheiro, ser o responsável pela elaboração das especificações dos serviços, do orçamento da obra, do edital e da licitação e, posteriormente, também vir a compor a equipe de fiscalização dos serviços e aprovação das medições, com a consequente liberação dos pagamentos à empresa contratada.

Propõe-se agora, já a partir do ano de 2012, para sanar esta deficiência a contratação de empresas especializadas na elaboração de vistorias e dos demais documentos necessários à instrução de um certame licitatório, em especial as peças orçamentárias detalhadas, com os requisitos impostos pela Lei n.º 12.017, súmulas TCU 253 e 258/2010, TC 025.990/2008-2 e Nota Técnica 3.2009 – SCI – STF.

7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

A Sureg MG possui uma rede armazenadora apta a operar com os estoques governamentais. A rede contratada contava em 2011 com 59 armazéns de empresas privadas e 29 armazéns da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais, em todas as regiões do Estado de Minas Gerais.

No total, Minas Gerais conta com uma rede contratada com capacidade estática de 236.838 t para armazenagem convencional e 1.575.489 t a granel.

A rede contratada atua como apoio logístico, notadamente na Movimentação dos Estoques Públicos, permitindo abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para recebimento de nova safra, além de auxiliar no posicionar estratégico dos estoques governamentais.

No fim do exercício de 2011, haviam 1200 armazéns cadastrados no Estado de Minas Gerais. Desses, apenas 05 unidades, com capacidade estática para 88.904 t, estavam credenciadas para operar com estoques dos programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou ainda, por constarem como inadimplentes no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme detalhado no Quadro XXXIV.

Quadro XXXIV – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais

Sureg	Situação	2010		2011					
		N.º UA	Capac. (t)	Convencional		Granel		Total	
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
MG	Credenciados	5	89.045	36	236.838	52	1.338.651	88	1.575.489
	Descredenciados	43	305.476	34	202.421	7	104.605	41	307.026
	Aptos s/ Contrato	19	320.510	-	-	5	88.904	5	88.904
	Impedidos	885	4.474.769	566	1.958.998	323	2.365.334	889	4.202.474
	Impedidos no SICAF	229	2.895.072	102	492.158	75	1.093.184	177	1.707.200
	Cadastrados	1.181	8.084.872	738	2.890.415	462	4.990.678	1.200	7.881.093

Fonte: Suarm/Gecad

No exercício, a Sureg MG credenciou 06 unidades armazenadoras, correspondendo a 18 armazéns e capacidade estática de 329.863 t. Nos últimos dois anos ocorreu um aumento no índice de armazéns credenciados no Estado de Minas Gerais devido principalmente a aquisições de produtos agropecuários através dos programas AGF e Contrato de Opção, que requerem que os produtos sejam depositados em armazém credenciado (próprio ou de terceiros).

7.1.2.1 – Posição dos Estoques

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades credenciadas de terceiros era de 20.457 t, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso	Valor
				(Em kg)	(Em R\$)
MG	Terceiros	Público	Feijão	316.446	497.771,97
MG	Terceiros	Público	Milho	20.140.681	10.564.061,51
Total				20.457.127	11.061.833,48

Fonte: Sufis/Gefoc

7.1.3 – Oferta Nacional de Armazenagem

Por um longo período de tempo, praticamente não ocorreram investimentos no setor armazenador, e com as crescentes taxas de produção da agricultura brasileira nos últimos anos tem ocorrido dificuldades regionais em termos de logística (disponibilidade de armazenagem, transporte de grãos e portos).

A infraestrutura de armazenagem do país não tem acompanhado o ritmo de crescimento da produção agrícola. Em 2011 enquanto a capacidade estática para armazenagem era de 142.451

milhões de toneladas, o setor agrícola produziu cerca de 154 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

A capacidade estática para armazenagem de grãos no Brasil em 2011 estava dividida da seguinte forma: 81,95 % para armazenagem a granel e 18,04 % para produto ensacado.

Esses percentuais demonstram uma modificação do perfil da armazenagem brasileira, que há dez anos possuía extremo equilíbrio entre as modalidades de armazenamento existentes. O crescimento dos investimentos e a tendência atual para a maior utilização de graneleiros encontra justificativa no próprio mercado, pois mais de 85% da produção nacional é estocada a granel. Além disso, a operacionalização dessa forma representa custos menores, aumentando a competitividade dos produtos.

A maior concentração da capacidade estática de armazenagem nacional está relacionada às instalações de propriedade do setor privado com 107 milhões toneladas em 14.264 unidades, representando 75,40 % do total nacional.

Contudo, um dos maiores entraves existentes está relacionado com a capacidade de estocagem das Cooperativas. O segmento cooperativista com 3.170 unidades e capacidade de armazenagem para 29,07 milhões de toneladas representa 20,41% da capacidade nacional que é insuficiente para armazenar toda a produção de seus cooperados.

Atualmente a rede de armazenagem oficial representa somente 4,19% da capacidade brasileira com 523 armazéns, e uma capacidade estática de 5,95 milhões de toneladas.

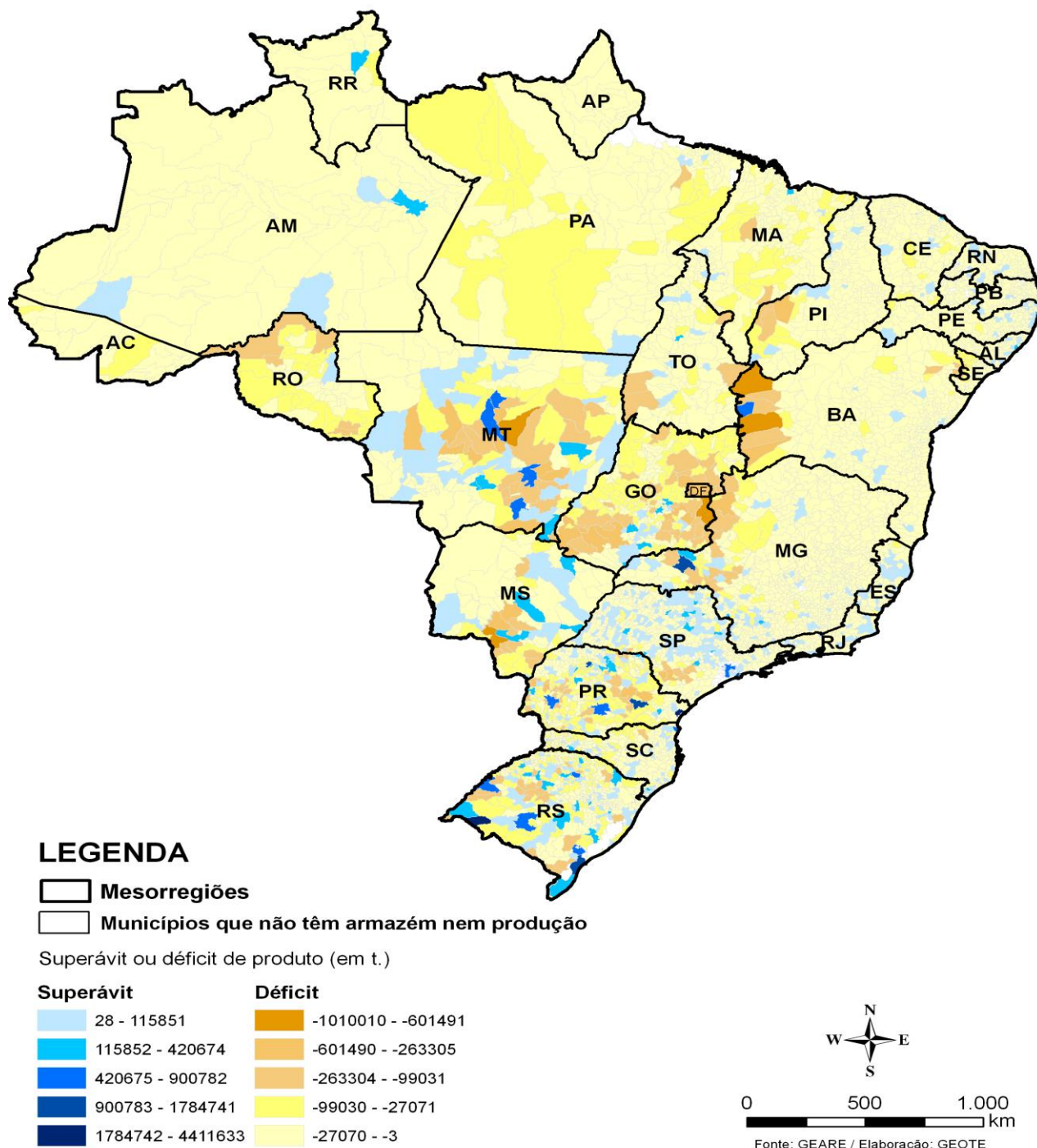
Apenas 13,63% da capacidade armazenadora total está localizada nas unidades de produção, sobrecarregando substancialmente a rede coletora (intermediária) e comprometendo a rede terminal (portos).

Por outro lado, não preocupa somente o déficit na capacidade de armazenamento existente no Brasil, a infra-estrutura de armazenagem necessita ser modernizada, principalmente em regiões agrícolas tradicionais.

A qualificação da mão-de-obra que atua na área, também é de importância equivalente, pois não basta a modernização dos armazéns ou a construção de novas unidades se não houver difusão da nova tecnologia com treinamento adequado para a sua melhor utilização.

As figuras a seguir demonstram a relação de produção agrícola x capacidade estática de armazenagem, no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

Figura XIII – Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem - Brasil

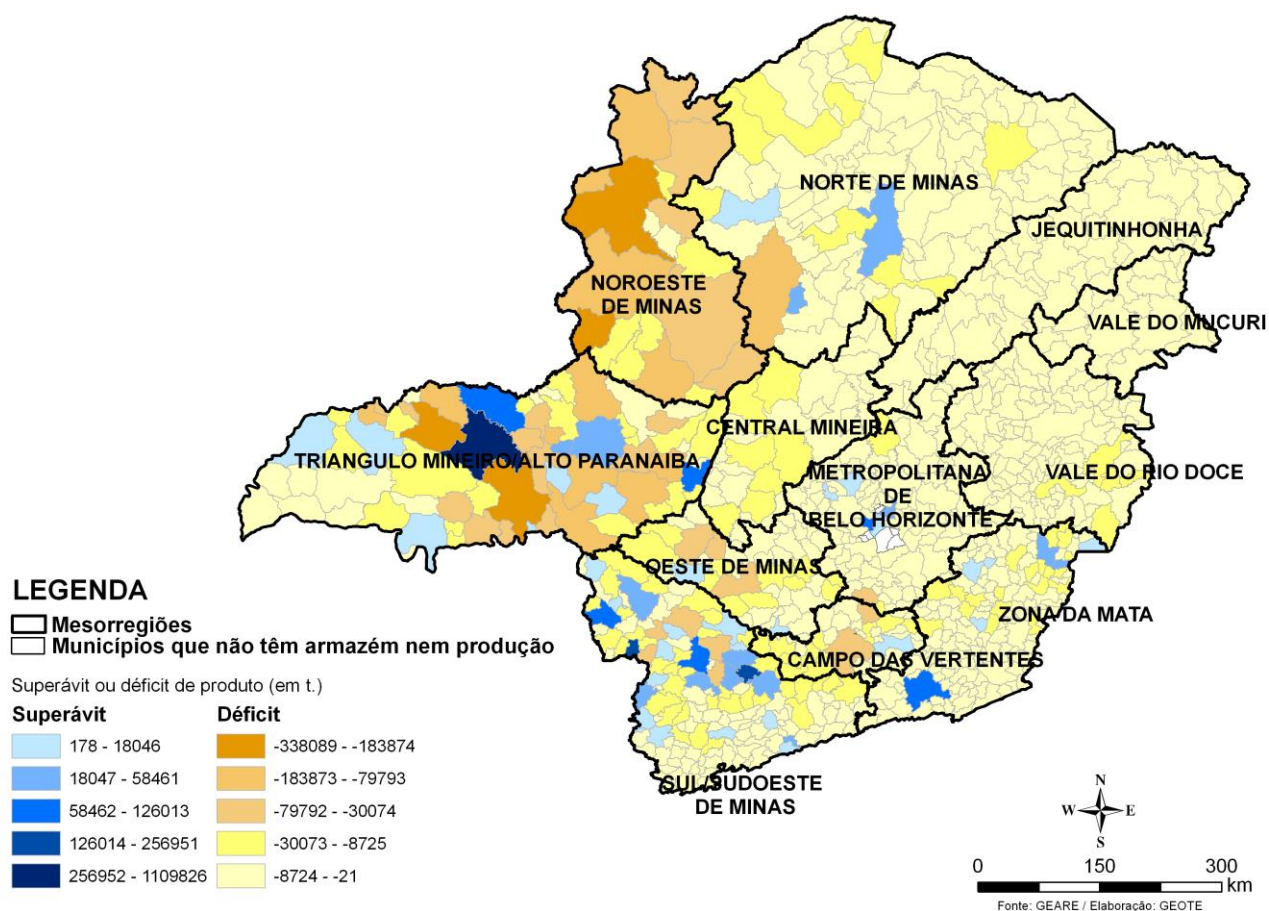


Fonte: IBGE e Conab

Do total de 5.564 municípios existentes no Brasil foram registrados superávits de armazenagem em apenas 608 em decorrência da maior produção agrícola ou de se caracterizarem como polos de atração dos fluxos de produtos devido a ocorrência de agroindústrias ou em apoio às exportações.

De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) os maiores superávits registrados nos municípios de Quaraí-RS (4.411.633 t), Paranaguá-PR (2.859.193 t), Santos-SP (1.784.741 t), Ponta Grossa-PR (1.690.127 t), Maringá (1.316.451 t), Rio Grande-RS (1.209.556 t), Uberlândia-MG (1.109.826 t), Pelotas-RS (900.782 t), Rondonópolis-MT (853.784 t), Primavera do Leste-MT (812.375 t), Sinop-MT (790.801 t) e São Paulo-SP (705.139 t). Por outro lado, os maiores déficits foram registrados em áreas de grande produção, tais como: São Desidério-BA (1.010.010 t), Formosa do Rio Preto-BA (974.768 t), Cristalina-GO (912.138 t), Nova Ubiratã-MT (692.751 t), Ponta Porã-MT (601.491 t) e Diamantino-MT (479.280 t)

Figura XIV – Demonstrativo da Relação entre a Produção Agrícola X Capacidade Estática de Armazenagem – Minas Gerais



Fonte: IBGE e Conab

Do total dos 853 municípios mineiros foi registrado déficit de armazenagem em 793.

De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit em 53 municípios, destacando-se Uberlândia (1.109.826 t), Varginha (256.951 t), Guaxupé (180.297 t), Araguaí (126.013 t) e Contagem (107.602 t).

Por outro lado, os maiores déficits ocorrem nos municípios de Perdizes (162.993 t), Monte Alegre de Minas (183.874 t), Guarda-Mor (188.364 t), Uberaba (239.346 t) e Unaí (338.089 t).

7.1.4 – Capacitação de Mão de obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

7.2 – Fiscalização dos Estoques

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder ao registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Sufis – Superintendência de Fiscalização e Estoques que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, acompanham as operações de remoção etc. O quadro de fiscais na Sureg MG é composto por 09 fiscais que atuam na fiscalização dos armazéns.

Em 2011 no Estado de Minas Gerais foram realizadas 149 fiscalizações relacionadas aos estoques públicos e 80 fiscalizações ligadas às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1 – Quadro de Fiscais

O fiscal da Conab é um empregado, com função compatível na estrutura organizacional, formalmente capacitado para executar as atividades de fiscalização, de acordo com orientação superior e normativos existentes.

Para desempenhar a função de fiscal o empregado deve possuir conhecimento específico de armazenagem, ter noções de classificação, de cálculos e de métodos de cubagem. Deverá, ainda, saber elaborar o mapeamento de armazéns, saber interpretar os normativos e aplicar o Manual de Fiscalização, fazer observar as condições estabelecidas no Contrato de Depósito formalizado com as empresas prestadoras de serviços de armazenagem.

Para formação e reciclagem de Fiscais, a Conab realiza periodicamente treinamentos específicos, conforme a situação.

O quadro de fiscais da Sureg MG em 2011 era composto de 9 empregados para acompanhamento e avaliação da integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras contratadas. Além disso, os fiscais realizam também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Quadro XXXVI - Quadro dos fiscais da Sureg MG em 2011

	NOME
01	Elias José Silveira Gomes
02	Geraldo Antônio Dias
03	Hudson Antônio Lacerda
04	Marcelo Augusto Sabará
05	Paula Cristina da Silva
06	Dirceu Arquilau Ferreira
07	Hilton Martins Abreu
08	Joaquim Naves
09	Marcelo Marques Dias

Fonte: Sufis/Sureg MG

7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias. Em relação ao exercício de 2010, quando foram fiscalizadas 40.179.925 t, houve redução de 40,18% na quantidade fiscalizada.

No exercício foram vistoriados em Minas Gerais 149 armazéns e 870.802 t, de produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Programa Fome Zero, Terceiros e Varreduras). Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 47,38% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Quadro XXXVII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais Nos Exercícios de 2010 e 211.

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	179.348	179.348	93.742	93.517
Contrato de Opção	1.416.678	1.415.912	662.139	660.878

Agricultura Familiar	3.136	3.136	3.837	3.837
Fome Zero	5.382	5.382	3.186	3.186
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	816	816	109.101	109.101
Terceiros	50.422	50.422	283	283
Total	1.655.782	1.655.016	872.288	870.802

Fonte: Gefis

Quando constatada perdas qualitativas ou quantitativas nas operações realizadas as diferenças apuradas são registradas nos TVN - Termos de Vistoria e Notificação e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pela Sureg, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVN, à Suope – Superintendência de Operações (para abertura do processo administrativo), Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Sufin – Superintendência de Finanças (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

7.2.2.1 – Perdas

Nas operações de fiscalização realizadas nos armazéns do Estado de Minas Gerais foram registradas perdas em armazenagem de 1.416 t de milho vinculado às operações de Contratos de Opção, e de 68 t de feijão vinculado à PGPM, armazenados na empresa PROAGE – Armazéns da Produção Ltda., e na Casemg – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, respectivamente. O valor referente a indenização dos produtos foi quitado tão logo detectadas as perdas.

7.2.2.2 – Desvios

No exercício não foram registradas perdas de produto armazenado por motivo de desvio.

7.2.2.3 – Produtos Abaixo do Padrão

No exercício foi registrada a perda qualitativa de produto classificado como abaixo do padrão devido a ataque de insetos de 351 t de trigo vinculado ao Contrato de Opção na Unidade Própria de Uberaba, não sendo constatado dolo/culpa por parte dos envolvidos na armazenagem.

A Conab solicitou autorização ao Ministério da Agricultura para a venda do produto através de leilão do produto, conforme prevê o Art. 7 do Regulamento Técnico de Classificação do Trigo, aprovado pela Instrução Normativa MAPA nº38/2010.

7.2.2.4 – Produtos Desclassificados

No exercício não foram registradas perdas de produto armazenado por motivo de desclassificação.

7.2.2.5 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

A partir de 2011 a fiscalização além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, passou a avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias de estoques públicos e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto à situação cadastral das unidades armazenadoras registradas nos TVN, em casos de requisitos obrigatórios para a habilitação técnica.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 145 irregularidades nos armazéns vistoriados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVIII – Levantamento das Irregularidades Ocorridas em 2011

Irregularidades/etapas	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
Animais/aves no pátio e interior do armazém		7		3						10
Insetos vivos		10		1		2			4	17
Goteiras		9		5		8		9	9	40
Falta passarela		1								1
Infiltração		1						1		2
Falta corrimão		1								1
Higienização		6		2		1		1	5	15
Termometria com problemas		3							1	4
Conservação de produtos estocados		1								1
Pilhas desmoronadas		1				3				4
Ruas e travessas obstruídas		1								1
Pilhas com topo irregular		1								1
Pilhas/blocos sem identificação		3		1		1		2	6	13
Fezes no interior de armazém		2				1				3
Pilha inclinada				1		1				2
Pilha desmoronada				1				1		2
Produto derramado				1		3		1		5
Animais no pátio				1						1
Armazém destelhado						1				1
Sacaria danificada						2			1	3
Pássaros dentro do armazém						1		1	1	3
Elevador com vazamento								1		1
Ave morta sobre pilha								1		1
Roedores dentro do armazém								1		1
Falta tela contra pássaros								1		1
Avaria no teto (parte destelhada)								1	1	2
Falta mapeamento								1	1	2

Embalagens vazias sobre pilhas									1	1
Determinador de umidade vencido									2	2
Balança rodoviária aferição Vencida									1	1
Porta em más condições									2	2
CDA sem identificação									1	1
Total		47		16		24		22	36	145

Fonte: Sufis

7.2.2.6 – Descredenciamento de Armazéns

Em Minas Geras constam 41 armazéns descredenciados, pertencentes a uma única empresa. O motivo do descredenciamento foi devido a constatação de irregularidades na operação de Pepro em 2007.

7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo CGSR – Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Para o cumprimento do Plano de Trabalho 2011, as operações foram realizadas nos meses de agosto e novembro de 2011.

Quadro XXXIX – Demonstrativo do Número de Apólices Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Propostas de Seguro Rural	38	135	190	80
Total	38	135	190	80

Fonte: Sufis/Gevep

No exercício, em Minas Gerais, foram fiscalizadas 80 (oitenta) apólices de seguro rural escolhidas pelo MAPA, uma redução de 57,89% em relação a 2010.

7.2.4 – Serviços de Cobrança e Recebimentos

O serviço de cobrança e recebimento encontra-se centralizado na Matriz.

7.3 – Remoção de Produtos

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do MOC – Manual de Operações da Conab, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Os estoques de milho transferidos do Estado do Mato Grosso para Minas Gerais no exercício, teve o intuito de liberar espaço para recebimento da safra agrícola, e formação de estoques reguladores em Minas Gerais.

A Sureg MG recebeu em 2011 produtos transferidos do Estado do Rio Grande do Sul destinados a formação dos estoques reguladores, como açúcar, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, e que foram armazenados em unidades próprias para posterior distribuição aos programas governamentais de combate a fome.

Também foram contratados serviços de transporte para remoção de cestas básicas (mercadorias diversas) para doações a famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, coordenado diretamente pela Defesa Civil do Estado de Minas Gerais.

7.3.1 Remoção de Produtos de Estoques Públicos

Foi contratado o transporte para remoção de 7.000 t de milho, vinculado à PGPM, de Mato Grosso para Minas Gerais, sendo que efetivamente foram transportadas 6.000 t, representando 85,72% da quantidade contratada, sendo depositados nas unidades armazenadoras próprias da Conab em Minas Gerais, localizadas nos municípios de Juiz de Fora e Uberlândia.

Para remoção de 380 t de feijão armazenados na Unidade da Casemg localizada no município de Paracatu – MG foi contratado o transporte para remoção de 380 t de feijão para Unidades da Conab em Minas Gerais localizadas nos municípios de Montes Claros e Uberlândia, sendo que efetivamente foram transportadas 382,5 t representando 100,65% da quantidade contratada.

7.3.2 Remoção de produtos do PAA

Foi contratado o transporte para remoção de 59,80 t de cestas básicas, armazenados na UA Montes Claros MG para os municípios de Ituaeta e Belo Horizonte MG, visando atender aos grupos em risco de segurança alimentar.

Para atender a demanda de produtos destinados a compor cestas básicas foi contratado transporte para remoção de 127 t leite em pó, 1.288 t de arroz, 124 t de farinha de mandioca, sendo que efetivamente foram transportadas 1.072,90 t, representando 69% da quantidade contratada, sendo depositados nas unidades armazenadoras próprias da Conab em Minas Gerais, localizadas em Montes Claros e Uberlândia. O saldo remanescente de 466 t tem previsão de ser removido no exercício de 2012.

7.3.3 Remoção de Produtos MI, MDA e MDS

Para remoção de produtos do Estoque Estratégico vinculados ao MDS foi contratado o transporte para remoção de 150 t de cestas básicas, sendo que efetivamente foram transportadas 100% do estoque previsto, para atender aos grupos em risco de segurança alimentar.

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme explicitado nos itens 1.2.1 e 3.3, a Conab criou um grupo de trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico da Companhia e este grupo de trabalho deu início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais.

Os indicadores de desempenho relativos à Administração de Estoques Públicos que estão sendo propostos e analisados são:

**Quadro XL – Indicador do Custo de Cadastramento de
Unidade Armazenadora**

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC , onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLI – Indicador do Número de Armazéns Cadastrados por Equipe

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE , onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLII – Indicador do Deságio em leilões de frete

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gemov				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] \times 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				

Quadro XLIII – Indicador da Relação entre quantidades contratada e removida

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gemov				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) \times 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada. O indicador reflete as condições em que as Unidade armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				

Quadro XLIV – Indicador da Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Uaf/F onde: $Uaf=N^{\circ}$ de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e $F=n^{\circ}$ de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLV – Indicador da Quantidade de produtos fiscalizados

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf =quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec =total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X =Sufis/Gefis $Y = XFac$				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLVI – Indicador da Evolução do Custo da Fiscalização

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt =Despesas no ano corrente (R\$) e $Dt-1$ =Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLVII – Indicador da Evolução do Custo da Fiscalização

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (toneladas). O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros)				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Quadro XLVIII – Indicador da Economia potencial gerada pela fiscalização

Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $PD \cdot Pme/Df$ onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (toneladas) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

Embora a Gestão Tecnológica esteja centralizada na Matriz, a Sureg Minas Gerais executa várias ações específicas e inovadoras nesta área, sempre em consonância com as diretrizes básicas emanadas da Matriz, porém, com direcionamento especial e singular ao seu conjunto de equipamentos e dados computacionais.

De forma pioneira no âmbito da Conab, a Sureg MG implantou um sistema de backup de dados e documentos que vem funcionando desde 1999.

O sistema de backup idealizado, elaborado, implantado e administrado na Sureg MG é executado por meio de um software instalado em cada estação de trabalho que sincroniza e atualiza os arquivos produzidos pelos empregados armazenando-os em um Servidor de Backup, que fica instalado na sala dos servidores da Sureg MG.

Para cada estação de trabalho foi criada uma pasta no servidor de backup, contendo três subpastas, com níveis diferentes de tratamento e armazenamento de arquivos, em razão de sua utilização ou necessidade de consulta e utilização.

Além deste primeiro nível de backup (arquivos atualizados no servidor de backup) é efetuado o armazenamento e a atualização diária destas pastas em mídia removível, sendo utilizado um conjunto de 04 HD, que comportam um montante de cinco cópias de todos os arquivos de trabalho produzidos na Sureg MG (cada um deles).

Com esta sistemática, todos os arquivos de trabalho são copiados para o Servidor de Backup, atualizados diariamente ao final do expediente e, ainda, são efetuadas cópias em HD removível, a cada dia.

Desta forma são armazenadas, por mês, quatro cópias de cada dia da semana. Portanto todos os documentos gerados no âmbito da Sureg MG possuem, além do original na estação de trabalho do empregado, uma cópia atualizada no servidor de backup e mais vinte cópias de suas últimas edições, em HD removível. Ao final de quatro semanas os arquivos vão sendo paulatinamente sobrepostos.

Ao final de cada semana, como proteção adicional, o encarregado do Sedem leva consigo uma cópia de todos os documentos e arquivos de trabalho (também em mídia removível), visando minimizar as perdas decorrentes de um eventual sinistro com perda total dos servidores da Sureg MG.

Este sistema de backup, de forma simplificada, mas também de maneira a assegurar a proteção dos dados gerados nas Unidades Armazenadoras subordinadas à Sureg MG, foi replicado e está em funcionamento em todas as unidades.

A contratação e o acompanhamento da manutenção dos equipamentos de informática é efetuada pela Sureg MG, o que, necessariamente, demanda um controle rigoroso do seu parque de informática, incluindo não só o controle de hardwares, mas também o controle de softwares, com o intuito, não só de preservar seu patrimônio, mas também o cumprimento da legislação no que diz respeito ao direito de propriedade intelectual.

Neste sentido, além do sistema de backup, a Sureg Minas Gerais elaborou e implantou, também, um sistema de help desk, que possibilita uma melhor organização do trabalho de apoio ao usuário de informática e, ao mesmo tempo, auxilia na administração do contrato firmado com empresa especializada na assistência técnica para microcomputadores, notebooks, impressoras e monitores de vídeo.

Em virtude da distância entre a Sede da Sureg MG e as Unidades Armazenadoras, e ainda o reduzido número de equipamentos de informática nelas instalados, o que não justifica a contratação de empresa especializada, é prestado atendimento, por telefone ou por software de acesso remoto. No mesmo sentido é empreendida, anualmente, pelo menos uma visita técnica a estas unidades, ocasião em que se executa a manutenção técnica dos equipamentos de informática e da rede local, bem como o controle de hardware e software.

Para o apoio aos empregados que trabalham na Unidade Armazenadora de Uberlândia é adotada sistemática diversa com a contratação de empresa especializada, em função do número de equipamentos de informática instalados ser bastante superior ao das demais unidades.

A assistência técnica prestada à Unidade Armazenadora de Uberaba, menor que a Unidade Armazenadora de Uberlândia, porém maior que as outras unidades, é efetuada por um convênio firmado com a Fureu – Fundação Rádio Educativa de Uberaba.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1 – Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Conab

Não foi registrada ocorrência durante o exercício.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1 – Levantamento de Safras

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecerem a produção mineira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativas e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola mineira, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do Estado de Minas Gerais, consultando-se produtores rurais e informantes que atuam junto ao setor agrícola, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas de levantamento de Safra de Grãos, sendo seis de campo intercaladas com outras seis realizadas à distância,

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2011, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras do Estado de Minas Gerais, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc., complementando os levantamentos.

A Tabela I, a seguir, contém os levantamentos efetuados em campo, pelos técnicos da Sureg MG, e respectivas periodicidades:

Tabela I – Levantamentos de Safras em Minas Gerais

Tipo	Frequência/ Periodicidade	Responsável Pela Demanda
Levantamento de Safra de Café	3 vezes ao ano	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Grãos (*)	06 vezes ao ano em campo	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Grãos (*)	06 vezes ao ano por telefone	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Cana-de-açúcar	03 vezes ao ano	Suinf/Geasa
Levantamento de Safra de Laranja	03 vezes ao ano	Suinf/Geasa
Participações em Reuniões com IBGE (GCEA/nivelamento)	Mensal	Suinf/Geasa
Organizar e participar de Reuniões para levantamento de custos de produção	Eventual	Suinf/Gecup
Participar de Reuniões das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Política Agrícola	Eventual	Conselho estadual de política agrícola
Participar de Reuniões Técnicas do MAPA	Eventual	Mapa/MG
Pesquisa de Preços Pagos pelos Produtores – digitação SIAGRO	Semanal	Suinf/Gecup
Pesquisas de preços de insumos da avicultura e suinocultura	Mensal	Suinf/Gecup
Pesquisa de Insumos da Agricultura empresarial	Mensal	Suinf/Gecup
Pesquisa de Preços Referenciais do Varejo	Mensal	Suinf/Gepri
Pesquisa de Insumos do Café em 04 praças	Mensal	Suinf/Gecup
Pesquisa de Insumos da Laranja	Mensal	Suinf/Gecup
Pesquisa de preços do Café para subsidiar o seguro de armazenagem	Mensal	Geope MG
Emissão de conjunturas e pareceres diversos	Eventual	Diversos
Divulgação dos levantamentos de safra para os parceiros e informantes	Mensal	Suinf/Geasa

a. Levantamento da Safra de Grãos

São realizados anualmente 06 levantamentos de campo, ocasião em que são visitados 65 municípios distribuídos em 07 roteiros, abrangendo todo o Estado de Minas Gerais. Intercalando cada levantamento de campo, são realizados por via telefônica mais 06 levantamentos para atualização e acompanhamento. Os dados obtidos são trabalhados em modelo estatístico desenvolvido pela Sureg MG e compatibilizados mensalmente com o IBGE antes do encaminhamento para a Conab Matriz para análise final e posterior divulgação.

As pesquisas realizadas apontaram que a safra de grãos 2010/11 foi de 10.663,6 mil toneladas, superior à safra anterior em 5,1%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2011/12, a área a ser cultivada com as principais culturas em Minas Gerais está estimada em 2.886,5 mil hectares, superior à da safra anterior (2010/11) em 1,1% (31,6 mil hectares).

Algodão

Refletindo as excelentes cotações do produto nos últimos meses, e a perspectiva de que o mercado se mantenha aquecido no período de safra, verifica-se incremento significativo no plantio de algodão no Estado, notadamente nas regiões do Noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo. O presente levantamento confirma um aumento de 110,7% na área de cultivo de algodão no Estado em

comparação com a safra passada, passando de 15 mil ha para 31,6 mil ha. Um dos fatores que concorreram para o aumento da área cultivada foi o crescimento da “safrinha” de algodão, com plantios distribuídos entre a segunda quinzena de janeiro e os meses de fevereiro e março, em sequência à colheita das lavouras de soja precoce. O plantio da safra de verão de algodão iniciou-se na segunda quinzena de novembro e se estendeu até o mês de dezembro.

A produtividade média estimada para o Estado é de 3.663 kg/ha, 1,5% menor do que a da safra anterior, face ao aumento de lavouras na região do Norte de Minas, que historicamente apresentam menor produtividade quando comparadas com as demais áreas produtoras do Estado, e também em decorrência do período de estiagem.

A produção está estimada em 115,8 mil toneladas, sendo 45,4 mil t de pluma e 70,4 mil ha de caroço de algodão.

Arroz

Em Minas Gerais a rizicultura se encontra em franco declínio, refletindo o desânimo dos agricultores frente à baixa remuneração da cultura. Nesta safra (2010/2011) houve uma redução de 23,3% na área cultivada em comparação com a safra anterior, e a produção foi de 83,3 mil t. Predomina o cultivo de subsistência, conduzido por produtores tradicionais que geralmente empregam baixo nível de tecnologia.

Feijão 1ª Safra

A produção do Estado, estimada em 224,2 mil t, apresentou um incremento de 5,0% quando comparada com a safra anterior. Em alguns municípios das regiões Leste e Zona da Mata, as chuvas foram consideradas excessivas no mês de janeiro, com relatos pontuais de perda de produtividade, e principalmente de qualidade do feijão colhido. Predomina, no Estado, o plantio de feijão cariocinha, mas na região Central e da Zona da Mata é bastante expressivo o cultivo do feijão vermelho e do feijão preto.

Feijão 2ª Safra

Os levantamentos apontaram para uma redução da área plantada da ordem de 11,5% em relação à safra passada, em razão dos baixos preços praticados pelo mercado a partir da colheita do feijão 1ª safra e da estiagem ocorrida a partir do terço final do mês de janeiro em algumas regiões, dificultando o cultivo por parte dos pequenos produtores. A produção foi estimada em 177,0 mil toneladas.

Feijão 3ª Safra

Os levantamentos de campo apontaram um aumento de 0,9% na área cultivada, em relação à safra anterior, e uma produção estimada em 200,7 mil t.

Milho 1ª Safra

Houve uma ligeira queda no plantio de milho, de 1,5% em comparação com a safra passada. Por outro lado, a constante melhoria dos pacotes tecnológicos e a expectativa de incremento do uso de variedades transgênicas, que deve ficar em torno de 50% na presente safra, concorreram para um crescimento de 6,2% na produtividade média do Estado, estimada em 5.399 kg/ha. A produção cresceu 4,7% em comparação com a safra anterior, totalizando 6.198 mil t.

Milho 2º Safra

Em que pese tratar-se de lavoura de elevado risco no Estado, face às características climáticas usuais durante o seu desenvolvimento, a área de plantio na presente safra somou 57,4 mil ha, representando um crescimento de 109,5% em comparação com a anterior, devido basicamente aos bons preços praticados no mercado. Condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura permitiram uma produtividade para as lavouras de 5.726 kg/ha. A produção está estimada em 328,7 mil toneladas.

Soja

Houve um incremento 0,5% no plantio de soja, quando comparado com a safra anterior, motivado pela recuperação dos preços de mercado, pelo menor custo de produção comparativamente ao milho, bem como pela maior liquidez e facilidade de financiamento. Lavouras colhidas. A utilização de sementes transgênicas foi estimada em 85% da presente safra e foi utilizado plantio direto em 98% da área. A produtividade média do Estado ficou em torno de 2.845 kg/ha, 1,0% acima da safra anterior, mas inferior às estimativas iniciais projetadas para a presente safra, em decorrência de perdas causadas por adversidades climáticas, como a ocorrência de veranico de meados de janeiro ao final do mês de fevereiro, e o excesso de chuvas observado nas principais regiões produtoras a partir do final do mês de fevereiro, que acabou prejudicando a colheita da soja precoce. A produção deve totalizar 2.913,9 mil toneladas, superando em 1,5% a colheita da safra 2009/2010.

Trigo

Conforme previsto, acabou acontecendo uma reversão da expectativa inicial de queda na área de plantio. A área de plantio foi estimada em 22,8 mil ha, significando um aumento de 1,3% em relação à safra anterior. A produtividade média do trigo de sequeiro atinge a 1.500 kg/ha e o trigo irrigado se aproxima de 5.000 kg/ha. Como as condições climáticas foram favoráveis ao desenvolvimento das lavouras, projetou-se um incremento de 4,0% na produtividade média das lavouras, estimada em 3.943 kg/ha, e um aumento de 5,4% na produção, estimada em 89,9 mil t.

Quadro XLIX - Quadro Comparativo de Área, Produção e Produtividade em Minas Gerais Safras 2009/2010 e 2010/2011

PRODUTOS AGRÍCOLAS	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	SAFRA 09/10 (a)	SAFRA 10/11 (b)	VAR % (b/a)	SAFRA 09/10 (c)	SAFRA 10/11 (d)	VAR % (d/c)	SAFRA 09/10 (e)	SAFRA 10/11 (f)	VAR % (f/e)
Algodão em caroço (1)	15,0	31,6	110,7	3.720	3.663	(1,5)	55,8	115,8	107,5
Caroço de algodão				2.262	2.227	(1,5)	33,9	70,4	107,7
Algodão em pluma				1.458	1.436	(1,5)	21,9	45,4	107,3
Amendoim 1ª safra	3,2	3,0	(6,3)	2.969	2.700	(9,1)	9,5	8,1	(14,7)
Arroz	53,2	40,8	(23,3)	2.164	2.042	(5,6)	115,1	83,3	(27,6)
Feijão total	419,6	405,1	(3,5)	1.486	1.486	(0,0)	623,7	601,9	(3,5)
Feijão 1ª safra	189,4	192,1	1,4	1.128	1.167	3,5	213,6	224,2	5,0
Feijão 2ª safra	155,0	137,1	(11,5)	1.381	1.291	(6,5)	214,1	177,0	(17,3)
Feijão 3ª safra	75,2	75,9	0,9	2.606	2.644	1,5	196,0	200,7	2,4

Mamona	8,5	7,2	(15,3)	1.059	889	(16,1)	9,0	6,4	(28,9)
Milho total	1.192,3	1.205,4	1,1	5.102	5.415	6,1	6.083,6	6.526,8	7,3
Milho 1ª safra	1.164,9	1.148,0	(1,5)	5.082	5.399	6,2	5.920,0	6.198,1	4,7
Milho 2ª safra	27,4	57,4	109,5	5.971	5.726	(4,1)	163,6	328,7	100,9
Soja	1.019,0	1.024,1	0,5	2.818	2.845	1,0	2.871,5	2.913,6	1,5
Sorgo	101,3	126,8	25,2	3.009	2.901	(3,6)	304,8	367,8	20,7
Trigo (2)	22,8	22,5	(1,3)	4.303	3.790	(11,9)	98,1	85,3	(13,0)
Total (1)	2.834,9	2.866,5	1,1				10.149,2	10.663,6	5,1

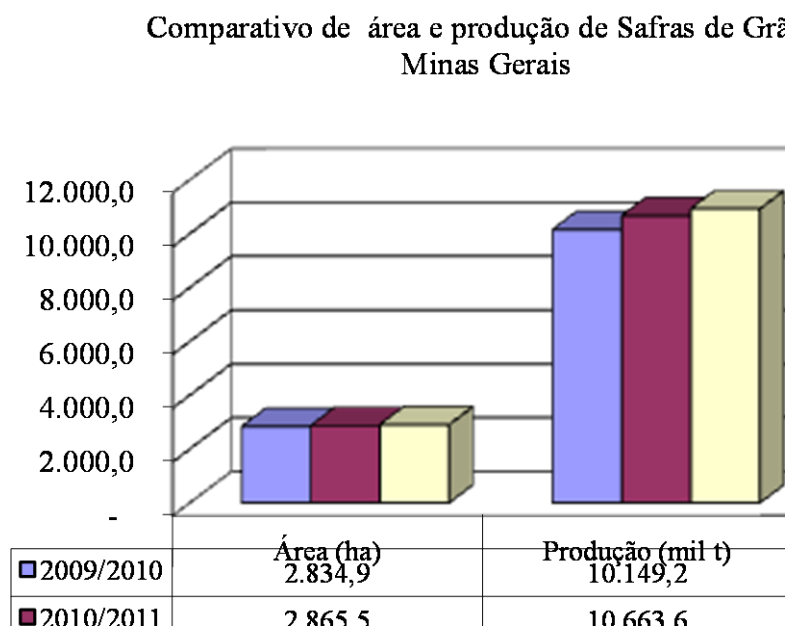
Fonte: Conab

(1) Considerando apenas produção de caroço de algodão (60,8% nas safras 09/10 e 10/11)

(2) Dados comparativos das safras comerciais 2010 e 2011. Estimativa safra 2012: 22,8 mil ha, 3.943 kg/ha, 89,9 mil t

Levantamento: realizado em agosto/2011 e divulgado em setembro/2011

**Figura XV – Gráfico comparativo de área e produção de safras de grãos
Em Minas Gerais – de 2009 a 2011**

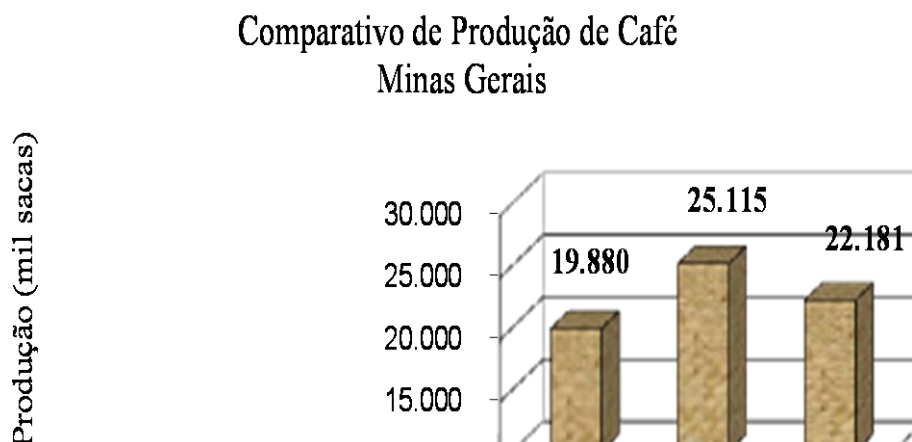


De forma semelhante, a Conab procedeu à elaboração de estimativas da produção de café, laranja e da cana-de-açúcar.

b. Levantamento da Safra de Café

Para a safra de café de 2011, a produção de Minas Gerais está estimada em 22.181.826 sacas de café, com variação percentual de 3,37% para mais ou para menos. A produtividade média do Estado atingiu 22,16 sacas de café por hectare. Em comparação com a safra anterior, a estimativa sinaliza uma redução da produção cafeeira em 11,82%. Este decréscimo se deve basicamente à bialidade negativa da cultura, em que pese a tendência de inversão da bialidade fisiológica dos cafezais nas regiões da Zona da Mata, Centro Sul e Serra da Mantiqueira, refletindo a frustração da produção na safra 2010, em razão das adversidades climáticas ocorridas ao longo da fase produtiva das lavouras.

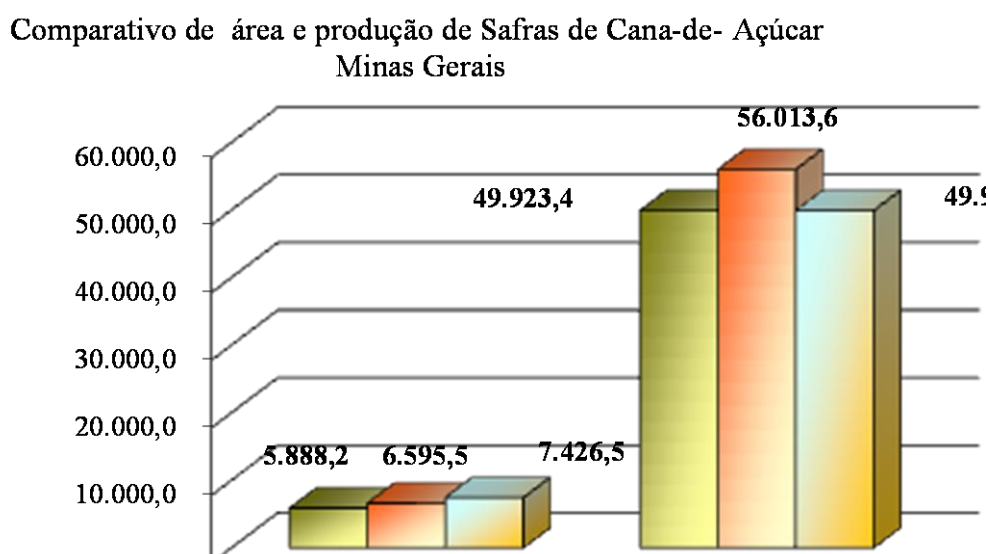
**Figura XVI – Gráfico comparativo da Produção de Café
Em Minas Gerais – de 2009 a 2011**



c. Levantamento da Safra de Cana-de-açúcar

A safra de cana-de-açúcar 2011/12 ressenete-se da grave crise financeira de 2008, que prejudicou a renovação do canavial, além do clima seco do ano passado e da forte estiagem deste ano. Isso provocou uma redução significativa na produção mineira para cerca de 49 milhões de toneladas. Potencialmente, Minas Gerais teria condições de moer cerca de 58 milhões de toneladas este ano. Em algumas regiões, a produtividade da cana apresenta quedas superiores a 20%. Outro fator que tem afetado a produtividade agrícola é o florescimento da planta que vem ocorrendo em várias regiões do Estado. Esse aspecto reduz a produtividade agrícola e a concentração de açúcares no colmo. Com a redução da cana moída e também da sua qualidade, o Estado produzirá menos açúcar e etanol que o previsto no início da safra. O mix estimado está em 49,5% para a produção de açúcar e 50,5% para etanol. A previsão é de uma produção de 3,22 milhões de toneladas de açúcar. Já a produção de etanol está estimada em 2,03 bilhões de litros.

**Figura XVII – Gráfico comparativo de área e produção de safras de Cana-de-açúcar
Em Minas Gerais – de 2009 a 2011**



Depois de mais de 10 anos de contínuo crescimento da produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais, a safra 2011/12 apresentará redução de 10,14%, sem contar também com a inauguração de destilarias e quatro fábricas de açúcar. A última redução da produção mineira havia ocorrido na safra de 2000, quando a moagem caiu de 13,5 para 10,6 milhões de toneladas.

d. Levantamento da Safra de Laranja

O primeiro levantamento da safra de laranja em Minas Gerais realizou-se em novembro/2011. Os resultados foram extraídos pela aplicação dos questionários validados em campo nas mesorregiões de Frutal, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia do Triângulo Mineiro foram utilizadas técnicas de imputação para dar consistência às estimativas dos resultados finais.

A tabela, abaixo retrata as estimativas calculadas em 21,1 mil hectares de área total com plantio de laranja representou 98% da área em produção. A produtividade média nesta safra é de 711 cx. 40,8 kg por hectares, ou seja, 14,7 milhões de caixas produzidas em 20,7 mil hectares.

**Tabela II – Estimativa da Safra de Laranja no Triângulo Mineiro
Novembro/2011**

Item	Unidade	2011/2012
Área Total com Laranja	1.000 ha	21,1
Área em Produção	1.000 ha	20,7
Produção Comercial	cx 40,8 kg	14,7
Produtividade Média	cx 40,8kg/ha	711

Fonte: Conab/IEA/CATI

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

e. Outras atividades relativas à Disseminação de Conhecimento

e.1 – Canal direto com o IBGE

A Sureg MG mantém um canal direto com o IBGE na área do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária, através de reuniões constantes para discussão e acerto de eventuais distorções na área de safras agrícolas, além de participar do Gecea MG – Grupo de Coordenação Estatística Aplicada do IBGE.

e.2 – Representação no Conselho Estadual de Política Agrícola

A Sureg MG participa nas câmaras técnicas setoriais da Avicultura, Arroz e Feijão, Bovinocultura de Leite, Cachaça, Café, Fruticultura, Grãos, Suinocultura, Seguro e Crédito Rural, Algodão e Trigo, coordenadas pela Secretaria de Agricultura.

e.3 – Participação de Comissões Técnicas do MAPA

A Sureg MG participa, também, da Comissão de Sementes e Mudanças de MG, da Subcomissão Técnica de Milho e da Subcomissão Técnica de Arroz e Trigo.

10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

a. Pesquisa de preços

São realizadas pesquisas de coleta de preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos no nível do produtor, do atacado e do varejo, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz; além de atender demandas locais. A Sureg MG efetua pesquisa de preços de insumos mensalmente visando a atualização de custos de produção de diversos produtos, além de pesquisar semanalmente os preços recebidos pelos produtores na comercialização de sua produção, sendo que diariamente se faz a prospecção dos preços de milho nas regiões do triângulo e do noroeste mineiro atendendo determinação do setor de custo de produção na Matriz. Também procede à coleta de preços de atacado de produtos agropecuários (frango, leite, grãos, produtos regionais como o pequi, farinha de mandioca etc.).

Atendendo demanda da área de armazenagem na Matriz, a Sureg MG informa nas quinzenas e no final de cada mês, o preço do café visando a averbação do seguro relativo às nossas unidades armazenadoras.

b. Siagro – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento

O Siagro é um sistema de informações de preços implantado pela Conab para atingir os seguintes objetivos:

- “ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento”;
- Desenvolvimento de um conjunto de aplicações que contemplam informações coletadas e geradas por diversas áreas da Conab (Suinf, Sugof, Suope, Supab, Suarm e Sureg);

Semanalmente, a Sureg MG alimenta o Siagro com os preços coletados mantendo a devida atualização.

c. Custo de Produção da Agricultura Familiar e Comercial, além da PGPM BIO

A Sureg MG organiza reuniões para formação do custo de produção dos produtos solicitados, agenda a participação de produtores, representantes de associações, representantes de cooperativas e técnicos, além de acompanhar o pessoal do Gecup durante os deslocamentos a campo.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propicia ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

10.3 – Geosafras

O projeto Geosafras é uma iniciativa multi-institucional (Conab, INPE e PNUD), sob a coordenação da Conab, que visa o aprimoramento das estimativas de safras no Brasil com o suporte de geotecnologias como o sensoriamento remoto, GPS, sistema de informações geográficas, e também de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo. A Sureg MG utiliza o “Cafesat” como instrumento complementar, nos levantamentos da safra de café.

10.4 – SigaBrasil

O SigaBrasil é um sistema desenvolvido pela Conab considerando que as geotecnologias podem contribuir como suporte para a comunidade do agronegócio, além de subsidiar decisões governamentais quanto a eventuais intervenções e tratamento de questões logísticas localizadas. As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram o universo de informações espacializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geoespaço.

A logística do agronegócio apresenta uma estrutura complexa com informações variadas, que necessitam ser trabalhadas de forma integrada. A Sureg MG utiliza os dados disponibilizados pelo SigaBrasil no planejamento macro de seus levantamentos e realimenta o sistema com os resultados das previsões de safra que realiza.

As ações do SigaBrasil são centralizadas na Matriz, onde são compilados e tratados todos os dados levantados nas Superintendências Regionais.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2011 foram editadas portarias, anistiando mais 08 empregados na Sureg MG.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 04 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Sureg.

11.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc.). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de 13 a 16 de dezembro de 2011, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários, após o preenchimento pelos empregados, foram tabulados pelo responsável pela elaboração da pesquisa. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados e definição do formulário;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão dos resultados.

A implementação do plano de ações será executada no exercício de 2012.

11.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Digep - Diretoria de Gestão de Pessoas), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu PEC - Plano de Educação Corporativa, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o LNT - Levantamento de Necessidades de Treinamento, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para aturem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a. Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro L – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	115	1.196	10,4
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	4	128	31,88
Financeira	2	12	6
Gerencial	0	0	-
Informática	3	88	29,33
Jurídica	0	0	-
Operacional	23	787	34,22
Planejamento	20	225	11,25
Qualidade	0	0	-
Total	167	2.436	14,58

Fonte: Sumoc/Gecap

Quadro LI – Treinamento - Execução Física e Orçamentária

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	203	153	-24,63	75.000,00	36.000,00	-52,00
Execução	216	167	-22,69	74.400,57	16.242,51	-78,17
Percentual de Execução	106,4	109,15	-	99,20	45,12	-
Gasto per capita (R\$)				344,45	97,26	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Em 2011 foram realizados 167 treinamentos na Sureg MG com decréscimo de aproximadamente 22,69% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número

de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação.

11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Dest – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

11.5.1 – Composição do Quadro de Pessoal Ativo

No fim do exercício, a Sureg MG contava com 259 empregados.

Quadro LII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

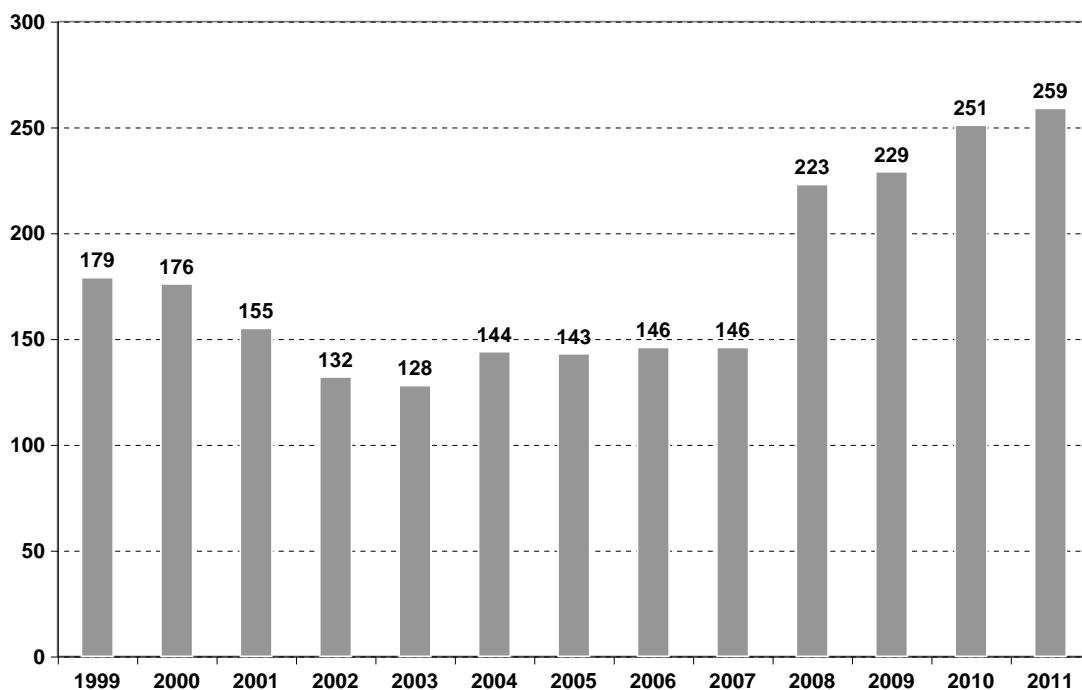
Discriminação	Quantidade de Empregados		
	MG		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	182	195	13
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	6	3	(3)
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	61	59	(2)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	1	0	(1)
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	1	2	1
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	251	259	8

Fonte: Dirad/Sureh

Nota: Aposentados pela Previdência: 62 empregados.

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 102,34% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XVIII – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 141 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 54,44% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro LIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg MG		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	118	118	-
Reintegrado (Transitado)	10	10	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	2	2	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-

Anistiado (Lei 8878/94)	121	129	8
Total	251	259	8

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 13,13% do total da força de trabalho e apresentou uma redução de 82,35% sobre o de 2010 (62) e os de nível médio de 103,64%, reduzindo de 112 para 55 empregados.

Quadro LIV – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	51	36	31	0	118
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	6	2	2	0	10
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	2	0	0	0	2
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	111	17	1	0	129
Total	170	55	34	0	259

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 63 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro LV – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	44	37	94	31	13	3	0	0	222
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			28	21	69	30	13	3			164
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			16	16	25	1					58
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	3	2	16	8	7	1	0	0	37
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas			3	2	16	8	7	1			37
3. Total	0	0	47	39	110	39	20	4	0	0	259
LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior;											

7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado;
 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total 24,71% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	59
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	59
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	5
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	3
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	2
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	64

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo se verifica a existência de 71 empregados (27,41% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro LVII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	5	2	0	0	0	0	0	0	0	7	2,70
36 a 40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
41 a 45	4	0	0	0	2	1	0	0	0	7	2,70
46 a 50	19	1	0	0	2	12	1	0	0	35	13,51
51 a 55	40	9	0	0	1	29	19	1	0	99	38,22

56 a 60	29	5	0	1	0	18	17	1	0	71	27,41
61 a 65	13	4	0	1	0	2	3	7	1	31	16,97
66 a 70	6	1	0	0	0	0	0	0	1	8	3,09
Mais de 70	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,39
Total	117	22	0	2	5	62	40	9	2	259	-

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 7 admissões e 1 demissão. Além desses foram recebidos em transferências 2 empregados (TO-1, DF-1), e aprovada a transferência de 4 empregados no âmbito desta Regional.

Quadro LVIII – Demonstrativo de Admissões, Demissões e Transferências

Sureg	MG
Admissão	7
Demissão	1
Transferências Externas Recebidas	2
Transferências Externas Enviadas	0
Transferências Internas	4

Fonte: Sutin/Gesof

11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Sureg MG contava com 08 estagiários de nível superior e 09 de nível médio, com custo anual de R\$176.654,51 (salário e auxílio transporte).

Quadro LIX – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	19	16	15	8	30	17	176.654,51
Área Fim	15	12	10	6			
Área Meio	4	4	5	2			

Nível Médio	7	7	8	9			
Área Fim	2	3	4	5			
Área Meio	5	4	4	4			
Total	26	23	23	17	30	17	176.654,51

Fonte: Gefad/Sereh

11.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg MG foi de R\$20.943.001,20, com participação de 5.085% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 10,26% sobre o valor de 2010.

Quadro LX – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	15.444.485,28	18.993.816,81	20.943.001,20
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	10.469.543,13	13.019.948,43	14.368.193,76
331901101 Vencimentos e salários	5.943.291,61	7.374.390,48	7.945.842,31
331901105 Incorporações	24.961,62	65.455,67	155.337,08
331901104 Adicional noturno	184,59	0	0
331901109 Adicional de periculosidade	33.104,76	34.025,80	36.491,28
331901110 Adicional de insalubridade	9.394,00	0	0
331901131 Gratificação p/exercício de cargos	225.000,00	2.000,00	0
331901133 Gratificação por exercício de funções	980.417,16	1.141.000,03	1.427.985,87
331901137 Gratificação por tempo de serviço	1.164.532,79	1.343.604,96	1.599.280,00
331901143 13 salário	1.145.385,91	1.409.849,31	1.651.024,34
331901144 Férias - abono pecuniário	259.946,87	308.923,30	361.861,93
331901145 Férias - abono constitucional	236.729,72	297.936,41	339.070,17
331901146 Férias - pagamento antecipado	329.505,65	423.020,48	478.721,95
331901147 Licença-prêmio	116.704,78	519.710,95	313.827,77
523170203 Créditos p/acerto financ. c/ex-servidores	215.724,66	201.293,27	232.208,94
623170203 (-) Créditos p/acerto financ.c/ex-servidores	-203.362,40	-196.345,25	-260.221,35
523310701 Provisão para décimo terceiro salário	709.549,76	851.718,86	946.458,18
623310701 (-) Provisão para décimo terceiro salário	-709.549,76	-851.718,86	-946.458,18
523310702 Provisão para férias	1.323.967,06	1.666.870,72	1.839.679,13
623310702 (-) Provisão para férias	-1.194.735,13	-1.379.286,25	-1.653.279,27
523170502 Adiantamentos concedidos - não financeiros	673.979,67	831.072,62	978.533,54
613120500 (-) Adiantamentos concedidos	-815.190,19	-1.023.574,07	-1.078.169,93
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.599.582,95	4.803.751,63	5.578.131,01
331901301 F.G.T.S.	722.475,89	1.013.397,75	1.271.697,19
331911304 Contribuição de salário educação	263.197,06	318.126,44	356.903,81
523310708 Encargos sociais sobre provisões	618.096,36	916.307,28	1.014.744,05

623310708 (-) Encargos sociais sobre provisões	-573.123,65	-775.608,63	-943.994,67
331911302 Contribuições previdenciárias - INSS	2.453.962,21	2.968.570,20	3.326.632,51
331911309 Seguros de acidentes do trabalho	114.975,08	362.958,59	552.148,12
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	679.646,28	856.126,07	853.899,00
331909401 Indenizações e restituições trab.-ativo civil	2.128,87	0	11.595,54
331901632 Substituições	60.051,35	58.583,17	77.025,19
331919401 Indenizações trabalhistas ativo civil	0	0	1.709,33
331909201 Desp. exercícios anteriores-ativo civil	0	0	5.231,08
331901644 Serviços extraordinários	98.465,12	218.360,85	134.948,78
333904901 Indenização auxílio-transporte	369.340,94	429.229,30	471.265,23
331900801 Auxílio funeral ativo civil	33.450,00	23.416,50	37.185,00
333900850 Auxílio escola-acordo coletivo	29.760,00	24.800,00	27.500,00
333900849 Auxílio deficiente - acordo coletivo	32.130,00	45.095,05	53.579,65
333900855 Auxílio creche	54.320,00	56.641,20	33.859,20
SENTENÇAS JUDICIÁRIAS E DEP. COMPULSÓRIOS	695.712,92	313.990,68	142.777,43
331906702 depósitos judiciais	0	0	19.003,79
331909132 Sent.judic.trans.julg.car.unico-ativo civil	690.526,64	294.966,89	127.980,28
331906703 Depósitos para recursos	164.419,50	256.816,54	916.357,43
331919132 Sent.judic.trans.julg.cart.unico-ativo civil	0	0	8.253,34
523170602 Recursos vinculados	5.186,28	7.779,98	17.787,62
613120300 (-) Depósitos realizáveis vinculados	-164.419,50	-245.572,73	-946.605,03

Fonte: DRE – Demonstrativo do Resultado do Exercício

11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta detalhadamente a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro LXI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2011	V	O		07.534.224/0001-22	01/01/12	01/01/13	-	-	-	17	-	-	A	-	17
2011	L	O		11.098.462/0001-00	14/03/12	14/03/13	-	-	-	3	-	-	A	-	3
2012	L	O		05.935.466/0001-00	03/01/12	03/01/13	-	-	-	1	-	-	A	-	1
2012	L	O		04.712.320/0001-25	08/05/11	08/05/12	-	-	-	3	-	-	A	-	3
2011	L	O		05.296.914/0001-65	10/02/12	10/02/13	-	-	-	1	-	-	A	-	1
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/ (E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

11.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais

Conforme explicitado nos itens 1.2.1 e 3.3, a Conab criou um grupo de trabalho para a retomada do Planejamento Estratégico da Companhia e este grupo de trabalho deu início a um trabalho de criação de novos indicadores de desempenho que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Superintendências Regionais.

Os indicadores de desempenho relativos à Gestão de Pessoas que estão sendo propostos e analisados são:

Quadro LXII – Indicador de Rotatividade ou Turnover total

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				

Quadro LXIII – Indicador da Taxa de Integração de concursados

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde De=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				

Quadro LXIV – Indicador do Percentual de realização de exames médicos periódicos

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Quadro LXV – Indicador do Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				

11.6 – Cibrius

Toda a movimentação relativa ao Cibrius é centralizada na Conab Matriz.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL**12.1 – Análise da Execução Orçamentária****Tabela III – Relação das UG com Execução Orçamentária em 2011**

	RELAÇÃO DAS UG QUE EFETUARAM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011
135182	CONAB SEDE SUREG MINAS GERAIS
135183	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/MG
135184	NÚCLEO ESTOQUE REGULADOR /MG
135185	UNIDADE ARMAZENADORA DE UBERABA
135186	UNIDADE ARMAZENADORA DE UBERLÂNDIA
135187	UNIDADE ARMAZENADORA DE PASSA QUATRO
135431	UNIDADE MERCADO DE OPÇÕES/MG
135474	UNIDADE ARMAZENADORA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
135475	UNIDADE ARMAZENADORA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
135482	UNIDADE ARMAZENADORA DE JUIZ DE FORA
135483	UNIDADE ARMAZENADORA DE VARGINHA
135491	UNIDADE ARMAZENADORA DE PERDÕES
135492	UNIDADE ARMAZENADORA DE CAMPOS ALTOS
135494	UNIDADE ARMAZENADORA DE MONTES CLAROS
135562	UNIDADE CONAB PAA/MG

Quadro LXVI – Movimentação de Créditos

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135605	20122035222720000	581.748,72	0,00	0,00	0,00	581.748,72
		135100	135605	20.122.0352.2272.0001	0,00	285.299,69	3.849,00	0,00	289.148,69
		135100	135605	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.511,79	0,00	0,00	6.511,79
		135100	135605	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.550,00	0,00	0,00	1.550,00
		135100	135605	20.301.0352.2004.0001	0,00	17.201,20	0,00	0,00	17.201,20
		135100	135605	20.301.0352.20CW.0001	0,00	6.605,79	0,00	0,00	6.605,79
		135100	135605	203060352.2012.0001	0,00	132.259,20	0,00	0,00	132.259,20
		135100	135605	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	216.515,02	216.515,02
		135100	135605	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.647,68	0,00	0,00	2.647,68
		135100	135605	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.734,00	0,00	0,00	1.734,00
		135347	135605	08.244.1049.2792.0001	0,00	19.029,41	0,00	0,00	19.029,41
		135347	135605	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.425,00	0,00	0,00	26.425,00
		135347	135605	21.122.0351.2B83.0001	0,00	294,00	0,00	0,00	294,00
		135347	135605	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.999.500,00	1.999.500,00
		135347	135605	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.452.235,40	0,00	0,00	1.452.235,40
		135348	135605	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.310,00	5.310,00
	Enviado	135605	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.375,00	3.375,00
		135605	135100	20122035222720000	18.647,38	0,00	0,00	0,00	18.647,38
		135605	135100	203060352.2012.0001	0,00	2.322,80	0,00	0,00	2.322,80
		135605	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	29.157,03	10,00	0,00	29.167,03
		135605	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.443,09	0,00	0,00	4.443,09
		135605	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.550,00	0,00	0,00	1.550,00
		135605	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.734,00	0,00	0,00	1.734,00
		135605	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	146,74	0,00	0,00	146,74
		135605	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	3.635,97	0,00	0,00	3.635,97
		135605	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	196,85	0,00	0,00	196,85
		135605	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	8.820,48	0,00	0,00	8.820,48
		135605	135347	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1,50	1,50
		135605	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	599.500,25	0,00	0,00	599.500,25
		135605	135348	20.605.0352.2130.0001	0,00	5.329,84	0,00	0,00	5.329,84

Fonte: Siafi

12.1.1 - Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

12.1.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Alimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (Pesoja) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).
 - c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) **Margem de Disponibilidade de Trigo:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.
 - f) **Margem de Disponibilidade de Milho:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.
 - g) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos – PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções – BB Garantia de Preços)].
 - h) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

12.1.1.2 – (0360) Programa da Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento,

a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola–SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

12.1.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

12.1.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

12.1.2.1 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Tabela IV – Resultados da Ação (0022)

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001			
PTRES = 001687			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	750.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	750.000,00	4,02
Execução Orçamentária	17.353.314,98	722.287,37	4,16
Índice	92,99	96,30	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg MG era de R\$ 750.000,00, sendo liquidado no exercício o valor de R\$ 722.287,37 (96,30%), com depósitos compulsórios (R\$ 586.053,75) e cumprimento de sentenças (R\$ 136.233,62).

Houve um expressivo aumento na quantidade de reclamações trabalhistas, que se iniciou nos últimos dois meses de 2010 e perdurou pelo menos durante o primeiro semestre de 2011, gerando diversas condenações de primeiro e segundo grau, as quais a CONAB impugna pela interposição de recursos ordinários e de revista, respectivamente, recursos esses que trazem como pressuposto extrínseco de admissibilidade, além do pagamento das custas processuais (artigo 789, § 1º, da CLT),

o recolhimento de depósitos recursais, que têm seu valor fixado, anualmente, pelo Tribunal Superior do Trabalho, com fulcro no artigo 899, §§ 1º, 2º e 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esse incremento no valor dos depósitos compulsórios foi previsto, o que permitiu a integral absorção da demanda pela dotação orçamentária inicial da Sureg MG.

A maior parte das ações trabalhistas citadas trouxe pleito de empregados que almejavam a concessão de promoções por merecimento, com diferenças salariais e reflexos daí decorrentes, sendo que os recursos de revista que vêm sendo interpostos nesse caso têm sido, quase em sua totalidade, admitidos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, gerando a remessa dos processos ao Tribunal Superior do Trabalho.

Há perspectiva de redução da demanda de depósitos compulsórios. Porém, só o desfecho do assunto no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, sem prejuízo, se cabível, de recurso ao Supremo Tribunal Federal, permitirá afirmar que o incremento no valor dos depósitos compulsórios experimentado no exercício 2011 será ou não transportado para os exercícios seguintes, desta feita incidindo sobre o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado. Atualmente a maioria das turmas do TST vêm confirmando as condenações da CONAB em sede de promoções por merecimento, porém duas turmas já proferiram decisões favoráveis à CONAB, restando aguardar qual tese jurídica prevalecerá.

Registra-se, ainda, que os depósitos compulsórios correspondentes a depósitos recursais trabalhistas, por terem natureza de garantia de cumprimento da decisão judicial, têm seu valor decotado por ocasião do cumprimento das decisões condenatórias, ou, pelo menos, havendo reforma ou após a quitação destas, retornam aos cofres públicos.

Quadro LXVII – Indicador Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				90,46
2008				86,53
2009				99,88
2010				99,72
2011	Meta:	100,00	Realizado	96,30

É relevante observar que, em relação aos dois últimos exercícios, houve um decréscimo no percentual de execução financeira inerente ao cumprimento de sentenças, vez que, em 2009, esse percentual foi de 99,88%, enquanto, em 2010, foi de 99,72%.

Esse decréscimo é devido à harmonização do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho - TST acerca da interpretação da Lei nº 8.878/94 (Lei da Anistia), que conduziu ao provimento de recursos de revista aviados pela Companhia contra decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com a reforma, parcial ou integral, de algumas decisões desfavoráveis à CONAB, cujo cumprimento estava previsto para o exercício 2011.

É importante destacar que essa trajetória aparente de distanciamento da meta não se apresenta como um fator negativo. Isso porque, em primeiro lugar, não se pode perder de vista que a meta posta diz respeito ao cumprimento de decisões desfavoráveis, que oneram os cofres públicos, de modo que situação que sinaliza para a redução dessa meta deve ser recebida positivamente; em segundo lugar, porque, na estimativa dos gastos com cumprimento de sentenças judiciais relativa ao exercício 2012, os fatores que levaram ao atual distanciamento, por menor que seja (3,42% em relação ao exercício anterior), foram considerados, de modo que, não ocorrendo fatos imprevisíveis, será retomada a trilha que remete ao atingimento da meta no próximo exercício.

12.1.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela V – Resultados da Ação (20CW)

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001			
PTRES = 030856			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	70.500,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	754.740,00	70.500,00	9,34
Execução Orçamentária	753.997,08	70.431,60	9,34
Índice	99,90	99,90	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	243	5,80
Execução Física	2.488	223	8,96
Índice	59,34	91,77	-

Fonte: Geare e Gebem

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab, foi aprovada na LOA/2011 dotação orçamentária de R\$754.740,00, e para a Sureg MG foi descentralizado o crédito de R\$70.500,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$70.431,60, perfazendo 99,90% da dotação orçamentária.

No acumulado de 2011, a média mensal de empregados foi de 223, isto é, 91,77% da meta física mensal de 243 empregados.

**Quadro LXVIII – Indicador Percentual de Atendimento no
SAS – Serviço de Assistência à Saúde**

Nome: Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				86,47
2011	Meta:	100,00	Realizado	91,77

Em relação à meta estabelecida para 2011, houve uma redução de 8,23% no percentual de atendimento do Serviço de Assistência à Saúde – Periódicos, em decorrência das dificuldades encontradas por alguns empregados para realização dos exames, principalmente aqueles cedidos a outros órgãos da administração federal, localizados em municípios pequenos e distantes dos grandes centros urbanos, que não contam com estabelecimentos e profissionais de saúde (hospitais, clínicas e laboratórios). Ressalte-se ainda que, nestes casos, as despesas com o deslocamento e pagamento dos exames são custeadas pelo empregado, para posterior ressarcimento pela Companhia.

**Quadro LXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira do
SAS – Serviço de Assistência à Saúde**

Nome: Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				

Resultados:				
2010				99,93
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,90

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

12.1.2.3 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela VI – Resultados da Ação (2004)

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001			
PTRES = 024581			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	828.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	
Dotação Final	24.605.292,00	828.000,00	3,37
Execução Orçamentária	24.534.231,29	827.958,37	3,37
Índice	99,71	99,99	-
Meta Física	14.849	790	5,32
Execução Física	14.880	779	5,24
Índice	100,21	98,61	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011 dotação orçamentária inicial de R\$19.519.046,00 com suplementações de R\$ 3.000.000,00, conforme Decreto de 20.10.2011 e R\$ 2.086.246,00, conforme Decreto de 15.12.2011, totalizando dotação orçamentária de R\$24.605.292,00, sendo descentralizado à Sureg MG o crédito de R\$828.000,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$827.958,37, perfazendo 99,99% da meta financeira.

No acumulado de 2011, a média mensal de beneficiários foi de 779, isto é, 98,61% da meta física de 790 beneficiários mensais.

Quadro LXX – Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Atendimento no SAS – Serviço de Assistência à Saúde
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				63,70
2008				60,90
2009				100,28
2010				102,03
2011	Meta:	100,00	Realizado	98,61

Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador.

Comparativamente ao exercício de 2010, houve uma redução de 3,47% no percentual de atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde, em decorrência da exclusão de diversos dependentes que completaram a maior idade.

Quadro LXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Execução Financeira do SAS – Serviço de Assistência à Saúde	
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes	
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$	
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA	
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gesas	
Resultados:	
2007	99,85
2008	99,95

2009				99,91
2010				99,69
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,99

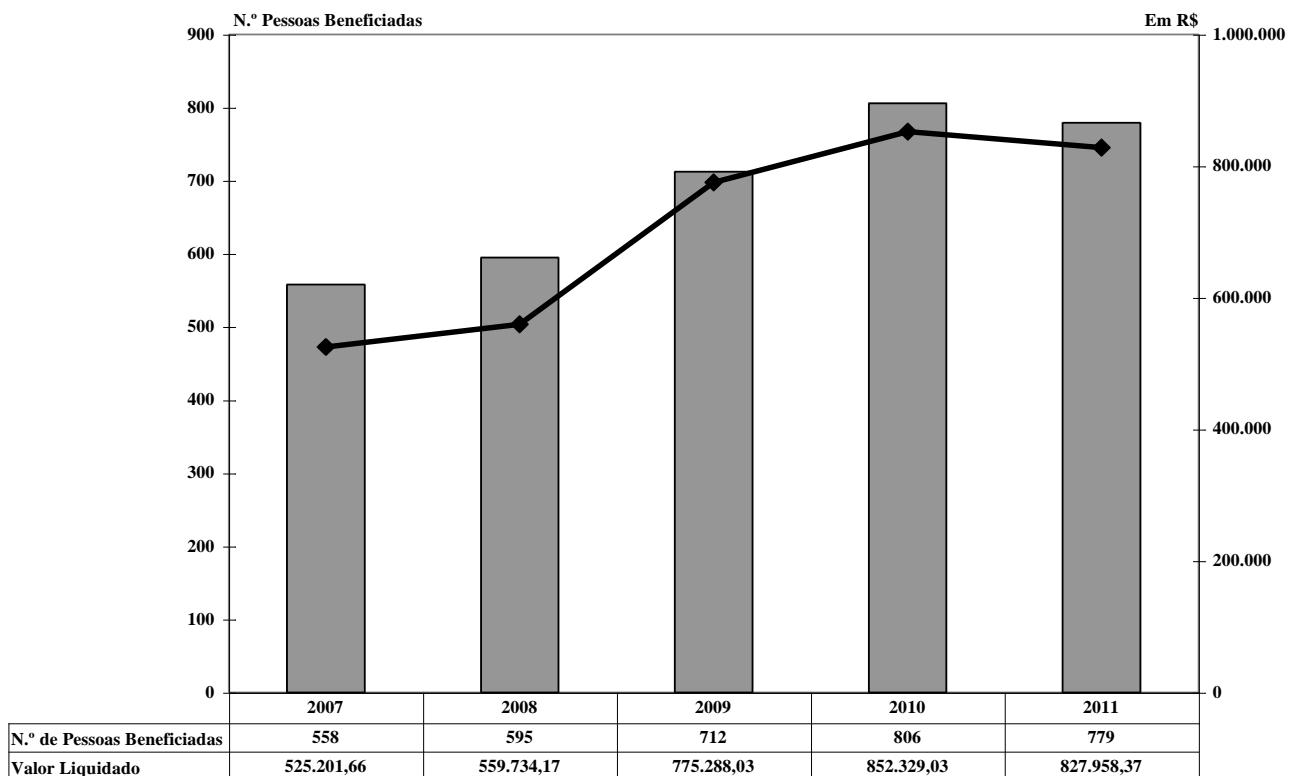
O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

Quadro LXXII – Indicador do Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Custo por Atendimento do SAS – Serviço de Assistência à Saúde				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				941,22
2008				940,73
2009				1.088,89
2010				1057,48
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.062,85

Comparativamente ao exercício de 2010, o percentual de atendimento apresentou uma variação de 0,5%, ficando dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

Figura XIX – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 - SAS



12.1.2.4 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela VII – Resultados da Ação (2011)

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001			
PTRES = 01685			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	8.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	8.000,00	0,11
Execução Orçamentária	7.352.073,59	478.465,23	6,51
Valor Liquidado na Sureg MG	0,00	7.200,00	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	471.265,23	98,50
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	188	5,73
Execução Física	4.286	235	5,48
Índice	130,59	125,00	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$6.931.122,00, acrescida das suplementações nos valores de R\$240.000,00 e R\$270.000,00, consoante Decretos de 08/09/2011 e 24/12/2011, respectivamente, totalizando R\$7.441.122,00, tendo sido descentralizado para a Sureg MG o montante de R\$ 8.000,00.

A Sureg MG teve como meta física atender 188 beneficiários/mês durante o ano de 2011, tendo sido beneficiados no mês de dezembro, 235 empregados, o que corresponde a 25% do previsto.

As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$ 7.200,00, representando 1,5%, e na Matriz R\$ 471.265,23, representando 98,5% da execução orçamentária de R\$ 478.465,23.

Quadro LXXIII – Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				94,52
2008				111,26
2009				119,41
2010				98,70
2011	Meta:	100	Realizado	125,00

Comparativamente à meta estabelecida, houve uma elevação de 25,00% no percentual de atendimento, em decorrência do aumento no número de empregados que retornaram pela Lei de Anistia, e outros que se encontravam afastados devido a licença médica.

Quadro LXXIV – Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				90,82
2008				94,59
2009				96,50
2010				84,33
2011	Meta:	100	Realizado	90,00

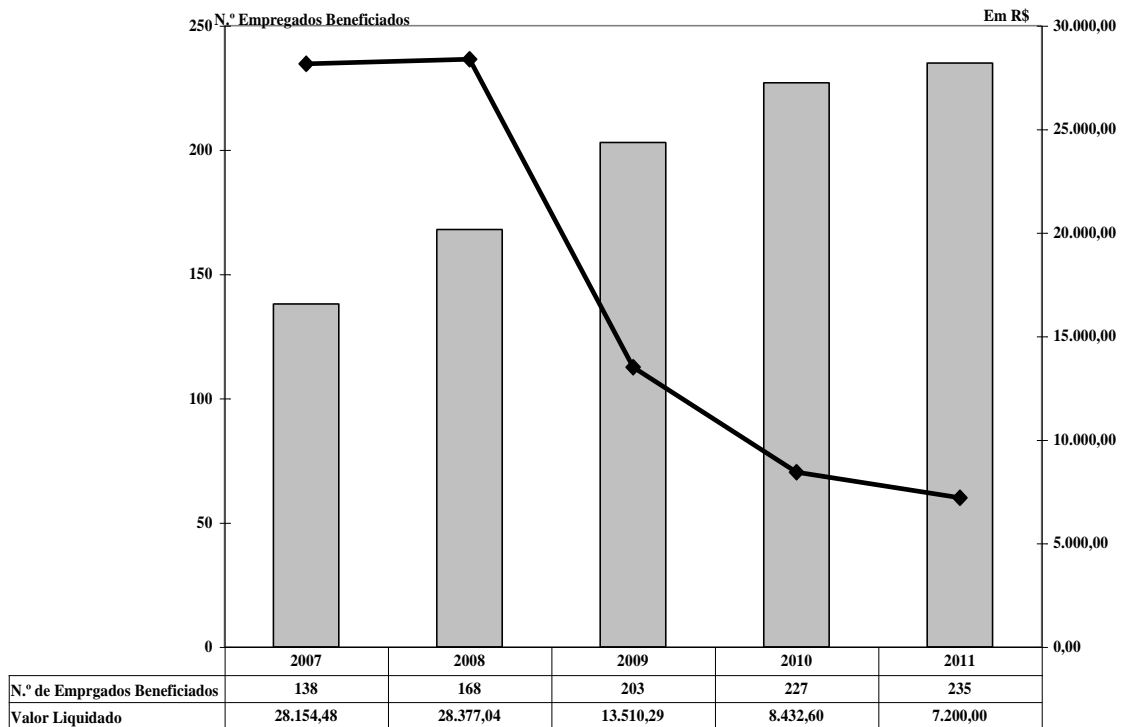
Comparativamente ao exercício de 2010, houve uma variação de 2,23% na execução financeira, em decorrência do aumento do valor das tarifas de transporte.

Quadro LXXV – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				204,02
2008				168,91
2009				66,55
2010				37,15
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	30,64

Comparativamente ao exercício de 2010, houve uma redução de 21,24% no custo por atendimento, em decorrência do afastamento de empregados para tratamento de saúde.

Figura XX – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Vale Transporte



12.1.2.5 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela VIII – Resultados da Ação (2212)

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001			
PTRES = 001684			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	1.400.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	1.400.000,00	6,29
Execução Orçamentária	21.662.047,14	1.384.158,40	6,39
Índice	97,37	98,87	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	240	5,72
Execução Física	4.334	252	5,81
Índice	103,36	105,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

No exercício de 2011 o crédito orçamentário inicial foi de R\$23.146.764,00, acrescido da suplementação no valor de R\$700.000,00, conforme Decreto 24/06/2011, e reduzido em virtude dos cancelamentos dos valores de R\$1.100.000,00, conforme Decreto de 20/10/2011 e R\$500.000,00, conforme Decreto de 15/12/2011, totalizando R\$22.246.764,00, dos quais foram descentralizados R\$1.400.000,00 para a Sureg MG.

A Sureg MG previa o atendimento a 240 empregados e beneficiou 252 (105,00% da meta). Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregados beneficiados com a Lei de anistia. Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$1.400.000,00 e executou R\$1.384.158,40 (98,87%), o que equivale a 6,39% da execução orçamentária nacional.

Quadro LXXVI – Indicador do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo Geral: acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,32
2008				111,04
2009				115,79
2010				105,53
2011	Meta:	100,00	Realizado	105,00

Em relação à meta estabelecida para 2011, houve uma variação de 5,00% no percentual de atendimento do Auxílio-Alimentação, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente o retorno dos anistiados.

Quadro LXXVII – Indicador do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados	
Objetivo Geral: acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,97
2008				98,56
2009				100,00
2010				99,91
2011	Meta:	100,00	Realizado	98,87

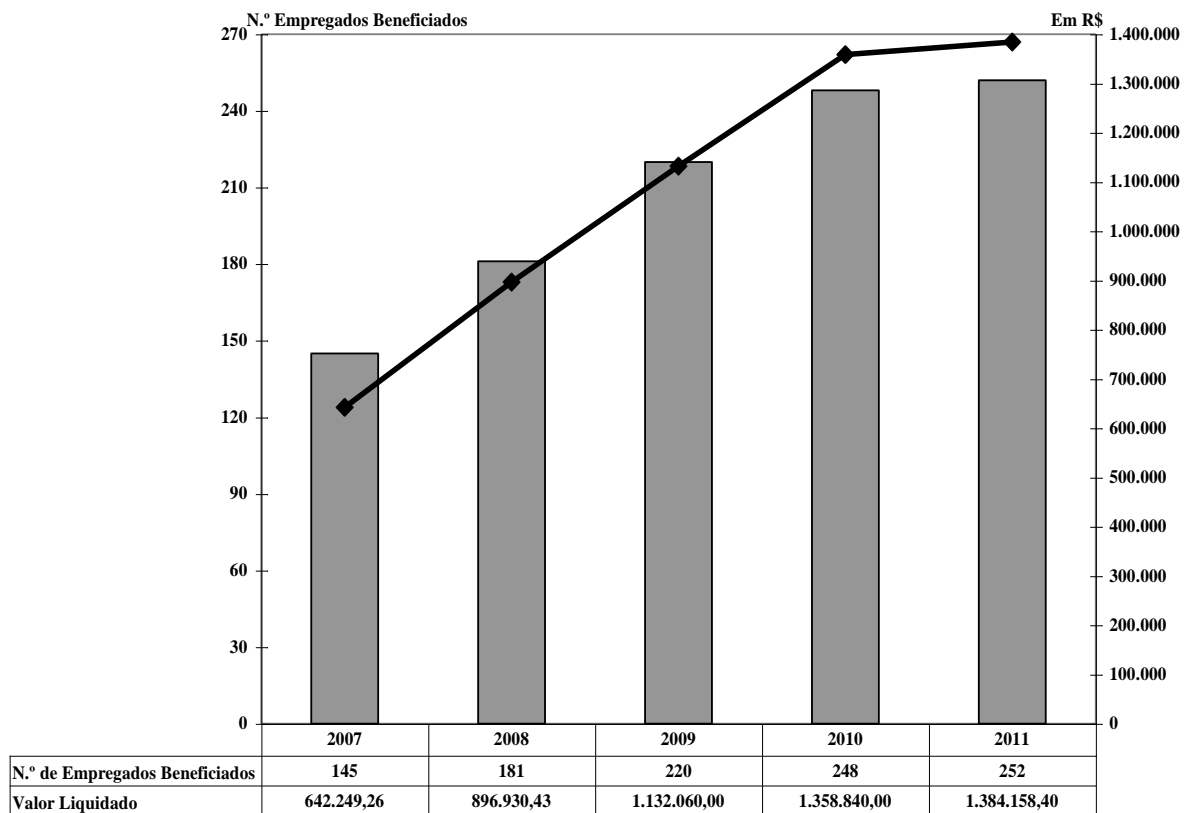
O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

Quadro LXXVIII – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo Geral: acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.429,62
2008				4.955,42
2009				5.145,73
2010				5.479,19
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.492,69

Em comparação ao exercício de 2010, houve uma variação de 0,24% no custo de atendimento do Auxílio-Alimentação, ficando dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

Figura XXI – Gráfico Demonstrativo do Número de Pessoas Beneficiadas e Valor Liquidado – de 2007 a 2011 – Auxílio Alimentação



12.1.2.6 – (2130) Formação de Estoques Públicos

Tabela IX – Resultados da Ação (2130)

(2130) Formação de Estoques Públicos			
Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001			
PTRES = 01678			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	90.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	90.000.000,00	4,15
Execução Orçamentária	918.235.408,22	32.252.404,20	3,51
Índice	42,32	35,84	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para aquisição de produtos, visando a formação de estoques públicos, foram disponibilizados, para o Estado de Minas Gerais o montante de R\$90.000.000,00, equivalente a 4,15% da dotação total da Conab.

Entretanto, em função dos preços praticados no mercado agrícola mineiro e dos principais produtos terem permanecido em patamares acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, em 2011 não houve demanda para intervenção governamental.

Foram utilizados, para pagamento de despesas, recursos da ordem de R\$32.252.404,20, correspondentes a 3,51% do total nacional e a 35,84% da meta estabelecida para a Superintendência Regional de Minas Gerais, cujo detalhamento encontra-se nos quadros a seguir:

Ressalte-se também, que foram adquiridas 30.000 unidades de embalagens de polipropileno para ensacar o milho destinado ao Programa de Venda em Balcão na UA Juiz de Fora/MG

Quadro LXXIX – Demonstrativo das Despesas Relativas a Formação de Estoques Públicos em Minas Gerais

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg MG	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	330.977,39	24,58
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	6.838,05	1,00
Aquisição de Embalagens	5.342.883,52	36.459,60	0,68
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	3.828.680,98	1,14
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	1.210.715,84	9,78
ICMS	47.485.159,88	25.318.129,63	53,32
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS - Produtor rural	60.667,59	6.452,19	10,64
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS - Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	8.172,86	3,04
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	1.505.977,66	2,81
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	32.252.404,20	3,51

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Quadro LXXX – Indicador Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				86,50
2010				44,31
2011	Meta:	100,00	Resultado:	0,00

A Superintendência Regional de Minas Gerais não adquiriu o quantitativo previsto na meta estabelecida na LOA – Lei Orçamentária Anual para o Estado de Minas Gerais.

A inexistência de aquisições no exercício de 2011 ocorreu em função dos altos preços dos produtos no mercado regional, que foram fatores importantes para redução dos índices de aquisições no Estado.

Quadro LXXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				

Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				16,62
2008				5,13
2009				80,90
2010				75,57
2011	Meta:	100,00	Resultado:	35,84

A Superintendência Regional de Minas Gerais utilizou 35,84% da previsão estabelecida inicialmente na LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011.

12.1.2.7 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Tabela X – Resultados da Ação (2137)

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares			
Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001			
PTRES = 01690			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 90.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 90.000,00	2,14
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 54.585,42	3,36
Índice	38,65	-	
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	140	2,55
Execução Física	6.030	149	2,47
Índice	109,64	106,43	

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2011 previa a fiscalização de 5.500 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$ 4.200.000,00.

Para a Sureg MG estava prevista dotação orçamentária de R\$ 90.000,00 e a realização de 140 fiscalizações. Durante o exercício foram realizadas 149 fiscalizações no Estado de Minas Gerais ao custo de R\$ 54.585,42.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido vistoriadas 6.030 unidades, localizadas em 25 unidades da federação e no Distrito Federal. Em Minas Gerais foram realizadas as 05 etapas previstas para o exercício e vistoriadas 149 unidades.

Quadro LXXXII – Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				209,23
2009				240,71
2010				159,67
2011	Meta:	100,00	Realizado:	106,43

O percentual de unidades armazenadoras fiscalizadas em Minas Gerais superou a meta prevista na LOA em 6,43%. Os resultados apurados demonstram que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2011.

Quadro LXXXIII – Indicador Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos	
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% do quantitativo programado	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$	
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada	
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis	
Base Geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Gerentes da Gefis	
Resultados:	
2007	475,10

2008				247,69
2009				179,63
2010				110,33
2011	Meta:	100,00	Realizado:	90,33

Foram fiscalizadas cumulativamente 24.033.440 t de produtos vinculados ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Programa Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,67% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização.

A meta física executada em 2011 representou 90,33 % da meta prevista. Tal resultado encontra justificativa na redução da ordem de 47% no quantitativo de produtos fiscalizados quando comparado ao ano anterior, em função da realização de venda dos estoques em leilões públicos durante o exercício. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Quadro LXXXIV – Indicador Índice de Perdas em Armazenagem

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,07
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,17

Nas operações de fiscalização realizadas nos armazéns do Estado de Minas Gerais foram registradas perdas em armazenagem de 1.484 t de produtos vinculados aos programas governamentais. O valor referente à indenização dos produtos foram quitados tão logo detectadas as perdas.

Quadro LXXXV – Indicador Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,05
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

No exercício de 2011 não foram observadas faltas de produtos vinculados às operações governamentais no Estado de Minas Gerais, consideradas como “desvios”, ou seja, falta de mercadorias/embalagens.

Quadro LXXXVI – Indicador Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00

2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,04

Nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram detectadas alterações de qualidade nos estoques sob responsabilidade da Sureg MG.

No ano de 2011 foi registrada a perda qualitativa de 351 t de trigo vinculado às operações de Contrato de Opção na Unidade Própria de Uberaba.

Quadro LXXXVII – Indicador Índice de ocorrência de produtos desclassificados

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Não foi constatada a presença de produtos considerados como desclassificados vinculados aos programas governamentais em Minas Gerais nos últimos quatro anos.

As ações de fiscalizações periódicas, as supervisões técnicas, o controle de qualidade realizado e a conscientização dos depositários quanto às boas práticas de armazenagem contribuíram para obtenção destes resultados.

Quadro LXXXVIII – Demonstrativo dos Elementos de Despesas com a Fiscalização dos Estoques Governamentais em Minas Gerais – ano 2011

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		
				Pes. Física	Pes. Jurídica	
2007	26.705,00	5.396,78	3.183,28	0,00	272,24	35.557,30
2008	30.912,50	6.500,69	9.842,79	0,00	52,88	47.308,86
2009	99.541,50	16.076,87	20.025,86	0,00	806,90	136.451,13
2010	80.207,00	12.379,49	25.005,69	476,95	0,00	118.069,13
2011	30.530,00	8.048,60	15.237,17	769,65	0,00	54.585,42

Fonte: Siafi

Na execução da Ação foram gastos R\$ 54.585,42, sendo R\$ 30.530,00 com diárias, e o restante, ou seja, R\$ 24.055,42 foram gastos com material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros (pessoa jurídica) no Estado de Minas Gerais. Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg MG representaram 3,36% do total.

Quadro LXXXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: anual				
Responsável: Gerente da Gefis e da Gesup				
Resultados				
2007				98,77
2008				78,85
2009				99,60
2010				84,34
2011	Meta:	0,00	Realizado:	60,65

No ano de 2011 a atividade de fiscalização em Minas Gerais realizou 60,65 % da meta estabelecida para execução da dotação orçamentária prevista na LOA. No exercício houve uma significativa redução da execução orçamentária, explicada pela diminuição dos estoques públicos em Unidades Armazenadoras contratadas em virtude da realização de leilões de venda, resultando em um período menor de fiscalização, quando comparado ao ano de 2010, embora tenham sido fiscalizados todos os estoques.

b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Quadro XC – Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização em Minas Gerais

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	1	0
AGF	-	-	-	0
Pepro	17	34	2	0
PEP	-	-	74	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	38	135	190	80
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	55	169	267	80

Fonte: Sufis

Durante o exercício foram realizadas 80 fiscalizações dos instrumentos de garantia, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção. Em relação ao exercício de 2010 houve uma redução de 70,03% nessas operações, conforme demonstrado no Quadro XC.

12.1.2.8 – (2272) Gestão e Administração do Programa

Tabela XI – Resultados da Ação (2272)

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
PTRES 001682/001688			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	8.720.000,00	1,79

Pessoal	391.071.326,00	6.810.000,00	1,74
Custeio	77.070.000,00	1.890.000,00	2,45
Investimentos	20.275.000,00	20.000,00	0,10
Execução Orçamentária	461.250.028,94	10.692.680,33	2,32
Pessoal	387.327.794,86	6.793.384,15	1,75
Custeio	73.477.389,40	3.885.038,18	5,29
Investimentos	444.844,68	14.258,00	3,21
Índice	94,44	122,62	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$488.416.326,00, sendo R\$391.071.326,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$77.070.000,00 para custeio e R\$20.275.000,00 para investimentos.

A dotação prevista para a Sureg MG foi de R\$8.720.000,00, sendo liquidado no período R\$10.692.680,33, representando 122,62% da dotação e 2,32% do gasto total.

Dentre os pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 63,54%, o custeio 36,33% e os investimentos 0,13%, conforme detalhado a seguir:

Quadro XCI – Demonstrativo das Despesas de Pessoal

Discriminação	MG				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	22.275,04	1.699.529,24	4.299.805,92	5.787.304,94	6.793.384,15
Outros benefícios assistenciais	1.988,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	201.152,13	739.766,81	885.594,26	923.390,18
Obrigações patronais	600,43	1.489.103,86	3.554.610,24	4.663.052,98	5.507.381,63
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	349.307,47
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	238.657,70	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	19.686,61	9.273,25	2.128,87	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	13.304,87
Custeio	3.022.126,89	3.446.389,09	3.694.225,91	3.758.674,95	3.885.038,18
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	100.017,90	155.926,43	224.778,99	436.385,65	133.859,00

Material de consumo	499.774,82	348.284,31	547.862,29	292.112,11	544.356,87
Passagens e Despesas com locomoção	45.647,40	69.090,62	48.992,61	41.114,41	15.501,11
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	55.203,37	53.955,93	78.256,23	95.606,60	112.783,32
Locação de mão-de-obra	658.722,36	662.569,03	639.451,46	854.943,92	941.968,99
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.451.467,73	1.774.832,20	1.981.087,04	0,00	1.987.471,07
Obrigações tributárias e contributivas	180.958,46	0,00	0,00	100.347,06	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	30.334,85	248.035,04	48.165,91	9.632,73	34.231,58
Material de consumo - Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros - Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.928.532,47	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	133.695,53	125.631,38	0,00	114.866,24
Investimentos	86.454,51	254.775,43	6.120,20	32.764,98	14.258,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	86.454,51	254.775,43	6.120,20	32.764,98	14.258,00
Total	3.130.856,44	5.400.693,76	8.000.152,03	9.578.744,87	10.692.680,33

Fonte: Supor e Siafi

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, de 2009 em relação aos exercícios anteriores, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nesta Regional eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada pela Regional.

Quadro XCII – Indicador Percentual de Execução Financeira nas Ações de apoio ao Programa

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				22,89
2008				33,73
2009				44,37
2011				99,94
2010	Meta:	100,00	Realizado	122,62

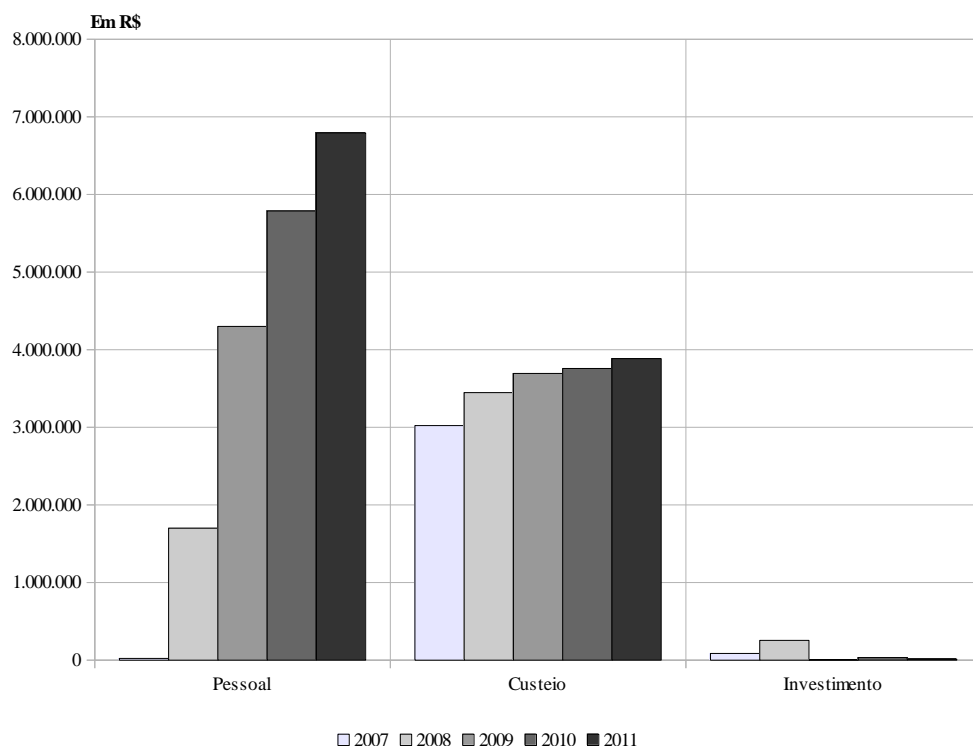
Comparativamente à meta estabelecida, houve uma elevação de 22,62% no percentual de execução financeira, em decorrência do aumento das despesas de custeio, correspondendo a 36,33% do total. Em relação ao exercício anterior, as despesas de pessoal representaram um acréscimo de 17,37% e a de custeio 3,36%.

Quadro XCIII – Demonstrativo da evolução das Despesas de Pessoal – de 2007 a2011

	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	22.275,04	1.699.529,24	4.299.805,92	5.787.304,94	6.793.384,15
Custeio	3.022.126,89	3.446.389,09	3.694.225,91	3.758.674,95	3.885.038,18
Investimento	86.454,51	254.775,43	6.120,20	32.764,98	14.258,00

Fonte: Supor e Siafi

Figura XXII – Gráfico Demonstrativo da evolução das Despesas de Pessoal – de 2007 a2011



Quadro XCIV – Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	6.100.430,67	7.515.671,52	6.100.430,67	7.515.671,52	0,00	0,00	5.723.862,18	6.952.619,53
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	885.594,26	923.390,18	885.594,26	923.390,18	0,00	0,00	817.978,17	850.489,22
Obrigações Patronais	4.663.052,98	5.507.381,63	4.663.052,98	5.507.381,63	0,00	0,00	4.354.100,58	5.017.230,60
Depósitos Compulsórios	256.816,54	935.361,22	256.816,54	935.361,22	0,00	0,00	256.816,54	935.361,22
Sentenças Judiciais	294.966,89	136.233,62	294.966,89	136.233,62	0,00	0,00	294.966,89	136.233,62
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	13.304,87	0,00	13.304,87	0,00	0,00	0,00	13.304,87
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	60.573.611,39	49.818.076,32	60.498.175,96	49.656.509,17	75.435,43	161.567,15	57.697.480,90	45.318.964,60
Diárias	786.291,15	370.691,33	786.291,15	370.691,33	0,00	0,00	786.291,15	370.691,33
Material de Consumo	434.136,13	0,00	434.136,13	0,00	0,00	0,00	387.850,93	0,00
Material de Distribuição Gratuita	53.530.176,00	42.502.212,28	53.465.856,00	42.502.212,28	64.320,00	0,00	51.093.492,95	38.670.618,66
Passagens e Despesas com Locomoção	165.574,80	87.163,82	165.574,80	87.163,82	0,00	0,00	163.203,18	87.163,82
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	233.841,73	296.850,31	233.841,73	296.850,31	0,00	0,00	219.545,36	270.683,94
Locação de Mão-de-Obra	854.943,92	941.968,99	854.943,92	941.968,99	0,00	0,00	769.394,71	859.593,67
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.368.274,32	5.360.496,03	4.357.788,07	5.217.370,60	10.486,25	143.125,43	4.085.589,91	4.823.706,85
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	189.495,72	224.039,88	188.866,54	205.598,16	629,18	18.441,72	181.235,09	201.852,65
Indenizações e Restituições	10.877,62	34.653,68	10.877,62	34.653,68	0,00	0,00	10.877,62	34.653,68
4 – Investimentos	114.655,00	19.608,00	78.258,63	19.608,00	36.396,37	0,00	72.538,63	14.258,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	55.734,65	0,00	36.617,65	0,00	19.117,00	0,00	36.617,65	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	58.920,35	19.608,00	41.640,98	19.608,00	17.279,37	0,00	35.920,98	14.258,00
5 – Inversões Financeira	303.697.225,01	44.012.481,79	302.281.071,20	33.168.846,30	1.416.153,81	10.843.635,49	298.151.388,65	33.159.867,41
Aquisição de produtos para Revenda	303.697.225,01	44.012.481,79	302.281.071,20	33.168.846,30	1.416.153,81	10.843.635,49	298.151.388,65	33.159.867,41
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	370.485.922,07	101.365.837,63	368.957.936,46	90.360.634,99	1.527.985,61	11.005.202,64	361.645.270,36	85.445.709,54

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 23,20%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do aumento de 264,2% no valor dos Depósitos Compulsórios que passou de R\$256.816,54 para R\$935.361,22.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$49.818.076,32, com redução de 17,76% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$53.530.176,00, em 2010, para R\$42.502.212,28, em 2011. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 82,902% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 85,51%, passando de R\$303.697.225,01 para R\$44.012.481,99. Em 2011 destacaram-se as despesas realizadas com o pagamento de ICMS no valor de R\$25.318.129,63.

12.1.2.9 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Tabela XII – Resultados da Ação (2829)

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
PTRES 1689			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	1.140.199,60	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	1.140.199,60	2,92
Despesas Correntes	5.000.000,00	116.000,00	2,32
Despesas de Capital	34.000.000,00	1.024.199,60	3,01
Execução Orçamentária	503.777,46	7.688,00	1,53
Despesas Correntes	250.594,84	2.338,00	0,93
Despesas de Capital	253.182,62	5.350,00	2,11
Índice	1,29	0,67	-
Meta Física – unidade modernizada	70	5	7,14
Execução Física	57	2	3,51
Índice	81,43	40,00	-

Fonte: Supor e Siafi

A aplicação dos recursos empenhados no ano de 2011 está discriminada no Quadro a seguir:

Quadro XCV – Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
MG	Uberlândia	Manutenção do sistema de termometria	1.505,00	0,00	0,00	0,00	1.505,00
		Manutenção corretiva no sistema eletroeletrônico	833,00	0,00	0,00	0,00	833,00
	Varginha	Aquisição de 1 kit de conversão eletrônico para a balança rodoviária	0,00	5.350,00	0,00	0,00	5.350,00
Total			2.338,00	5.350,00	0,00	0,00	7.688,00

Quadro XCVI – Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				180,00
2009				100,00
2010				112,50
2011	Meta:	100,00	Realizado	40,00

A meta inicial previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 5 unidades armazenadoras estabelecidas no Estado de Minas Gerais, sendo que somente foi possível a contratação e execução dos serviços em 2 das Unidades, devido à dificuldade na elaboração das especificações de serviços, dos projetos básicos e planilhas orçamentárias detalhadas para compor os editais de licitação, em razão da reduzida equipe de pessoal que compõe o quadro técnico da Sureg MG.

Quadro XCVII – Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA	
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$	
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto	
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gerap	
Resultados:	
2007	98,77
2008	92,44

2009				99,35
2010				94,31
2011	Meta:	100,00	Realizado	0,67

A meta inicial previa a aplicação de R\$1.140.199,60 no ano de 2011, mas em virtude da dificuldade na elaboração de projetos, sendo que o maior volume de recursos previstos dependia de elaboração de projetos e editais sob a responsabilidade da Suarm/Gerap, somente foram contratados e efetivamente liquidados R\$7.688,00 representando tão somente 0,67% do recurso disponibilizado.

Como uma ação de correção desta falha e dificuldade na elaboração de editais e contratação de serviços, pretende-se terceirizar este trabalho, com a contratação de empresas especializadas de engenharia, no ano de 2012.

12.1.2.10 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela XIII – Resultados da Ação (4572)

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação			
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001			
PTRES = 001694			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	4,41
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	16.242,51	4,36
Índice	24,35	45,12	
Meta Física	4.300	153	3,56
Execução Física	3.165	167	5,28
Índice	73,60	109,15	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Para a Sureg MG a meta previa o treinamento de 153 empregados com dotação orçamentária de R\$36.000,00, tendo sido capacitados 167 empregados, o que corresponde a 109,15% da meta estabelecida para a Sureg.

Quadro XCVIII – Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	115	1.196	10,4
Auditoria	0	0	-

Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	4	128	31,88
Financeira	2	12	6
Gerencial	0	0	-
Informática	3	88	29,33
Jurídica	0	0	-
Operacional	23	787	34,22
Planejamento	20	225	11,25
Qualidade	0	0	-
Total	167	2.436	14,58

Fonte: Gecap

Em 2011 foi dada ênfase a eventos nas áreas administrativas (115 treinandos), operacional (23 treinandos), planejamento/informática (23 treinandos), financeira (2 treinandos) e educação e desenvolvimento (4 treinandos).

Quadro XCIX – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária – 2010 e 2011

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	203	153	-24,63	75.000,00	36.000,00	-52,00
Execução	216	167	-22,69	74.400,57	16.242,51	-78,17
Percentual de Execução	106,4	109,15	-	99,20	45,12	-
Gasto per capita (R\$)				344,45	97,26	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro C – Demonstrativo do Elemento de Despesa – de 2007 a 2011

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	20.377,50	457,12	19.221,11	-	16.237,10	-		56.292,83
2008	9.082,50	82,96	5.009,71	-	23.160,40	-	-	37.335,57
2009	32.741,00	563,78	8.174,49	200,00	17.828,49	-	805,68	60.313,44
2010	33.635,00	552,53	10.526,55	-	28.441,60	-	1.244,89	74.400,57
2011	7.195,00	269,30	2.172,76	-	6.183,35	-	422,10	16.242,51

Fonte: Siafi

Quadro CI – Indicador Percentual de Atendimento da Demanda de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				53,55
2008				256,04
2009				530,00
2010				106,40
2011	Meta:	100,00	Realizado	109,15

Comparativamente à meta estabelecida, houve uma elevação de 9,15% no percentual de atendimento da demanda de capacitação, em decorrência da ênfase dada na área administrativa, correspondendo a 68,86% do número de treinandos.

Quadro CII – Indicador Percentual da Execução Financeira com Capacitação

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação	
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados	
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$	
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto	
Fonte: X = Siafi e Y=Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gecap	
Resultados:	
2007	98,76
2008	93,34
2009	97,28

2010				99,20
2011	Meta:	100,00	Realizado	45,12

Comparativamente ao exercício de 2010, houve uma redução de 54,18% no percentual de execução financeira.

Quadro CIII – Indicador do Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				678,23
2008				160,24
2009				568,99
2010				344,45
2011	Meta:	344,45	Realizado	97,26

Comparativamente ao exercício de 2010, houve uma redução de 254,15% no custo por empregado capacitado, tendo em vista que os treinamentos, na sua maioria, foram realizados dentro do próprio Estado, evitando assim gastos com diárias e passagens aéreas.

12.1.2.11 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Tabela XIV – Resultados da Ação (4702)

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001			
PTRES = 01692			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	-	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-

Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	-	0,00
Índice	12,19	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	45	2,38
Índice	41,98	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

A meta física nacional consolidada aprovada na LOA/2011 previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, sendo cadastrados/recadastrados 1.889 armazéns. Para a Sureg MG não foi definida meta física e dotação orçamentária.

Quadro CIV – Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sicarm – Sistema de Cadastro de Armazéns em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				9,50
2010				158,07
2011	Meta:	100,00	Realizado	-

Concomitante a outros programas desenvolvidos pela Sureg MG, tais como fiscalização de estoques públicos e privados, bem como supervisão de responsabilidade técnica foram executados 45 cadastros/recadastramentos, para atender as solicitações encaminhadas à Sureg MG pelo setor armazenador.

Em contrapartida, no ano de 2010 em função do Censo de Unidades Armazenadoras realizado em Minas Gerais, onde foram vistoriados todos os armazéns cadastrados, a atividade de cadastro de armazéns superou a meta inicialmente estabelecida na LOA em 58,07%.

Quadro CV – Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				95,89
2008				25,39
2009				19,63
2010				95,67
2011	Meta:	100,00	Realizado	-

A realização de cadastro/recadastramento de unidades armazenadoras concomitante a outros programas desenvolvidos pela Sureg MG, permitiram a realização dos cadastros em 2011, sem utilização da dotação orçamentária da ação.

Observa-se que em 2010 ocorreu um aumento da utilização da dotação estabelecida na LOA, comparado entre os anos de 2008 e 2009, sendo realizados 95,67% da meta estabelecida na LOA. O aumento nos gastos pode ser explicado em virtude da realização da operação do Censo das Unidades Armazenadoras, onde foram visitados todos os municípios com armazéns cadastrados.

Quadro CVI – Indicador de Custo por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada	
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada	
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras	
Tipo: Eficiência	
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento	
Meta:	
Fórmula de Cálculo: (X/Y)	
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos	
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	

Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				56,82
2008				8,76
2009				124,91
2010				51,88
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	0,00

Comparando os últimos 05 anos o custo unitário por unidade cadastrada possui uma variação relativamente grande entre si, podendo ser explicada devido aos cadastros/recadastramentos serem realizados pela Sureg MG a partir da solicitação dos armazenadores, e que essa demanda pode ser maior ou menor dependendo do ano.

No fim do exercício de 2011, haviam 1.200 armazéns cadastrados no estado de Minas Gerais. Desses, apenas 05 unidades, com capacidade estática para 88.904 t, estavam credenciadas para operar com estoques dos programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou ainda, por constarem como inadimplentes no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CVII – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada em Minas Gerais

Sureg	Situação	2010		2011					
		N.º UA	Capac. (t)	Convencional		Granel		Total	
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
MG	Credenciados	5	89.045	36	236.838	52	1.338.651	88	1.575.489
	Descredenciados	43	305.476	34	202.421	7	104.605	41	307.026
	Aptos s/ Contrato	19	320.510	-	-	5	88.904	5	88.904
	Impedidos	885	4.474.769	566	1.958.998	323	2.365.334	889	4.202.474
	Impedidos no SICAF	229	2.895.072	102	492.158	75	1.093.184	177	1.707.200
	Cadastrados	1.181	8.084.872	738	2.890.415	462	4.990.678	1.200	7.881.093

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gecad

No exercício, a Sureg MG credenciou 06 unidades armazenadoras, correspondendo a 18 armazéns e capacidade estática de 329.863 t. Nos últimos dois anos ocorreu um aumento no índice de armazéns credenciados no Estado de Minas Gerais devido principalmente a aquisições de produtos agropecuários através dos programas AGF e Contrato de Opção, que requerem que os produtos sejam depositados em armazém credenciado (próprio ou de terceiros).

12.1.2.12 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Tabela XV – Resultado da Ação (4711)

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
PTRES 1699			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	100.000,00	10,00
Execução Orçamentária	794.110,27	95.065,28	11,97
Índice	79,41	95,07	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid.)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2011 a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras foi de R\$1,0 milhão, e a Conab gastou, durante o exercício, R\$794.110,27, que representam 79,41% da dotação orçamentária.

Na Sureg MG foram gastos 95,07% dos R\$100.000,00 aprovados na dotação orçamentária para o levantamento da safra de grãos, ou seja, R\$95.065,28, sendo 57,3% com diárias, 18,2% com material de consumo, 24,1% com passagens e despesas com locomoção e 0,4% com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Quadro CVIII – Indicador Percentual de Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras	
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA	
Objetivo: Acompanhar o atendimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Igual ou superior a 100%	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$	
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas	
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Geasa	
Resultados:	
2007	150,00
2008	100,00

2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00

A meta física global prevista aprovada na LOA/2011 foi realizada através de pesquisas de safras: três levantamentos de café e cana-de-açúcar, um levantamento de laranja e doze levantamentos de grãos, em meses alternados com pesquisas de campo e por via telefônica, e-mail, abrangendo todo o estado de Minas para acompanhamento e atualizações dos dados.

Quadro CIX – Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				99,14
2008				61,92
2009				83,07
2010				92,31
2011	Meta:	100,00	Realizado	95,07

Considerando o pleno cumprimento das ações de levantamento das safras de café, cana-de-açúcar, grãos e laranja no Estado de Minas, conclui-se pela compatibilidade entre o orçamento e a realização dos gastos com pesquisas de safras na Sureg MG, durante o ano de 2011.

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro CX – Restos a Pagar – Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	43.220,33	0,00	43.220,33	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	61,05	0,00	61,05	0,00
2009	53.096,47	0,00	46.456,47	6.640,00
2010	4.554.295,79	-2.152,94	4.552.142,85	0,00

Quadro CXI – Restos a Pagar – Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	-0,29	30.775,16	0,00
2010	1.452.550,18	-551.510,10	899.533,86	1.506,22

12.2.2 – Análise Crítica

a. Exercício 2006

O montante de R\$ 43.220,33, refere-se às notas de empenhos nº 2006NE000345 da UG 135185, as 2006NE000074 e 2006NE000405 da UG 135186, para o fornecedor Alves e Bonfim Ltda. – CNPJ 02.870.850/0001-76, baixado pelos pagamentos através das Ordens Bancárias Judiciais nº: 803323, 803324, 803325 de 25/10/2011 UG 135182. Encontrava-se pendente, aguardando decisão da justiça, conforme Processo Administrativo nº 08.487/200. – Processo Judicial 2006.38.00.028896-8, na 5ª Vara Federal de Belo Horizonte.

b. Exercícios 2008, 2009 e 2010

Os valores relativos aos Restos a Pagar Processados, dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, referem-se, na sua maioria, a retenção de tributos federais na operação de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, e serão baixados através dos recolhimentos dos DARF, à medida que forem sendo emitidas as notas fiscais de entrega dos produtos pelos diversos fornecedores.

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

As transferências são recebidas de forma centralizada na Matriz, através da UG 135100.

12.4 – Transferências Mediante Convênios

Não foram firmados convênios em 2011.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6404/76

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011
Quadro CXII – Composição do Ativo

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97

ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Quadro CXIII – Composição do Passivo

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59

Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Quadro CXIV - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09

Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

Quadro CXV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUCRO A DESTINAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

Quadro CXVI - Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1. RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4. RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1	CONTEXTO OPERACIONAL
---------------	-----------------------------

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2	ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
---------------	--

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como

entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3	ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
---------------	--

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
---------------	---

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluindo o ICMS recuperável.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc.).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do Lalur.

NOTA 5	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS
---------------	-----------------------------

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Quadro CXVII – Demonstrativos dos Créditos Tributários

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO
---------------	--

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7	RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL
---------------	---

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Prodea – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos;
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8	DEVEDORES POR FORNECIMENTO
---------------	-----------------------------------

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9	CONTAS A RECEBER
---------------	-------------------------

O total de R\$364.922 mil representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional.

Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Quadro CXVIII – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Recber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Quadro CXIX – Demonstrativos dos Créditos Diversos a Recber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902

Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10	DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES
----------------	--

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Quadro CXX – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 – Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Quadro CXXI – Demonstrativos dos Devedores – Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11
RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12
BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006 para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPR Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Quadro CXXII – Demonstrativos Financeiro dos Estoques

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13	ENDIVIDAMENTO
----------------	----------------------

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS
----------------	--------------------------------------

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica, à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15	CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
----------------	--

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

=**Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria são representadas por pedidos de desvios de função, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

=**Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

=**Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28,

do Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Quadro CXXIII – Demonstrativo do Passivo Contingente - Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

=**Cíveis**: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas às cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

=**Trabalhistas**: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

=**Tributárias**: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Quadro CXXIV – Demonstrativo do Passivo Contingente - Possível

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Quadro CXXV – Demonstrativo do Ativo Contingente - Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16 OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Lalur – Livro de Apuração do Lucro Real, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação

de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO
----------------	--

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas à alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Quadro CXXVI – Demonstrativo do Saldo de Responsabilidade por Danos e Perdas

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34.997

NOTA 19	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS
----------------	---

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e

idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20	REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS
----------------	--

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Cgpar – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Quadro CXXVII – Demonstrativo da Maior Remuneração dos Dirigentes e Empregados

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
	Em R\$ mil	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29

Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Quadro CXXVIII – Demonstrativo do Salário Médio dos Dirigentes e Empregados

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Quadro CXXIX – Demonstrativo de Repasse de Recursos

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos Funcafé/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 – Composição dos Investimentos da Conab

Quadro CXXX – Composição Acionária do Capital Social da Conab – em 31/12/2011

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

a. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 – Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2011, a Superintendência Regional de Minas Gerais mantinha apenas um imóvel locado de terceiros, onde funciona a sua Sede, a saber:

Quadro CXXXI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2010	2011
Brasil	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – bairro de Lourdes– Belo Horizonte – MG	1	1
Total			1	1

Fonte: Supad/Gepas

b. Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ

Quadro CXXXII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135492	UA – Campos Altos	–	16	4	–	–	–	–	–
135475	UA – Conceição do	–	16	4	–	–	–	–	–

	Rio Verde								
135482	UA – Juiz de Fora	–	16	4	–	–	–	–	–
135491	UA – Perdões	–	16	4	–	–	–	–	–
135474	UA – São Sebastião do Paraíso	–	16	4	–	–	–	–	–
135483	UA – Varginha	–	16	4	–	–	–	–	–
Total Geral					–				

Fonte: Supad/Gepas

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto IBC - Instituto Brasileiro do Café deve-se ao fato de os mesmos terem sido repassados à Conab por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estarem em processo de regularização junto à SPU, já tendo sido publicada no Diário Oficial da União a Cessão dos mesmos para a Conab.

Entretanto, a transferência dos referidos imóveis se dará efetivamente após a assinatura dos respectivos contratos de cessão de uso gratuitos, o que se dará no primeiro semestre de 2012.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

12.8 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

Moore Stephens Vector Auditor Ltda é uma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, contabilidade e consultoria. A MSIL e suas firmas membros, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7



MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União – CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore & Stephens, Visão Atualizada, GTS é uma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas filiais membros, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

A Sureg MG não dispõe de estrutura própria de controle interno, estando centralizada na Matriz a Audin - Auditoria Interna.

A Auditoria Interna vem aprimorando e adequando as suas práticas e metodologias de trabalho às novas tendências da moderna Administração Pública, promovendo mudanças substanciais nos procedimentos de trabalho, inclusive com a implementação da Gerência de Riscos, responsável por identificar e avaliar pontos de fragilidade nos diversos processos da Companhia.

A Gerência de Riscos surgiu com um duplo propósito: a) prestar-se como suporte ativo e contínuo nos processos de gestão de riscos em toda a Companhia; b) pautar o planejamento da Audin em análise de riscos.

Desde então, a Gerência de Riscos encontra-se constantemente à procura da metodologia de trabalho que melhor se adapte às especificidades da empresa.

Atualmente, essa metodologia pauta-se na identificação dos riscos inerentes aos objetos de auditoria propostos para o exercício.

Assim sendo, após definidos os objetos de auditoria para o exercício, a Gerência de Riscos procede em campo uma análise para identificar e avaliar todos os riscos específicos concernentes aos objetivos auditados para focar os esforços da equipe de auditoria de campo nos aspectos de maior criticidade. Para tal, utiliza-se de “Questionário de Identificação e Avaliação de Riscos”, elaborado pela própria Gerência, realizando inclusive entrevistas com agentes participantes das atividades inerentes aos objetos em análise.

Ao final do exercício, além de servirem de subsídio aos próximos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna, os resultados dos trabalhos são apresentados a Alta Administração da Companhia para conhecimento de suas fragilidades e para implementação de medidas mitigadoras.

O resultado dos trabalhos de auditoria, aliado às ações de identificação e avaliação de riscos desempenhadas pela Gerência de Riscos e, ainda, às outras fontes de informações, tais como denúncias recebidas pela Ouvidoria e relatórios gerenciais, podem levar a adoção de ações mais direcionadas e profundas.

Estas ações têm como fontes principais a realização de entrevistas, aplicação de questionários, verificação in loco da atuação administrativa dos setores responsáveis pela atividade em análise, verificação de conformidade normativa, elaboração e validação dos mapas de processos das atividades desenvolvidas e, por fim, a identificação e avaliação dos riscos.

O resultado é apresentado através de Nota Técnica, composta pelo relato dos trabalhos e dos riscos mapeados, com suas respectivas sugestões de mitigação ou eliminação, e encaminhado aos gestores e à Alta Administração.

A Companhia conta ainda com a Ouvidoria – OUVIR, canal aberto para relato de denúncias, elogios, sugestões e reclamações, tanto por parte de empregados como de atores externos.

As manifestações recebidas por meio da internet são cadastradas automaticamente pelo sistema.

As recebidas por telefone, fax, e-mail e correspondências, ou feitas pessoalmente, são cadastradas no sistema pela equipe da Ouvidoria.

Após a leitura e análise do conteúdo das demandas, escolhe-se o encaminhamento mais adequado para as questões relatadas, enviando-as para as áreas responsáveis pelo assunto. Ao retornarem à Ouvidoria as respostas são analisadas sob o ponto de vista da consistência em relação ao conteúdo das questões formuladas e, caso necessário, lançadas no sistema para ciência do demandante.

Em relação aos meios de divulgação de informações e mudanças na legislação e normativos relevantes na organização, a Companhia dispõe da internet, intranet, informativo diário intitulado "Notícia do Dia", Publicidade Legal e Comunicação Interna.

A Companhia tem também um Código de Ética que prevê condutas desejáveis por parte dos empregados e administradores, paralelamente ao Regulamento de Pessoal que dispõe sobre os direitos e deveres de todos, bem como as infrações e punições correspondentes.

Em razão da Superintendência Regional não dispor de uma unidade de controle interno, as ações nesse sentido têm sido feitas de forma descentralizada por cada uma das gerências, dentro de sua área de atuação, mediante adoção de mecanismos que favoreçam o atingimento da eficiência operacional e obediência aos normativos, objetivando antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas e fraudes.

Entretanto, algumas dessas ações são realizadas para correção de fatos indesejáveis já ocorridos.

Dentre as limitações identificadas encontram-se as falhas humanas, notadamente as interpretações errôneas dos normativos. Destacamos ainda a necessidade de melhorias na qualificação dos empregados e de realização do rodízio de pessoal.

Dentre os procedimentos adotados podemos citar:

a) área operacional:

- implantação de uma sistemática e de um cronograma de supervisões aos diversos programas.

b) área administrativa:

- designação formal de dois agentes para fiscalização dos contratos, de forma que o acompanhamento não sofra solução de continuidade na ausência de um deles;
- estabelecimento de sistemática de controle de vencimento dos contratos, de tal forma que sejam adotadas as providências de renovação, se for o caso, previamente à data de vencimento;
- implantação de mecanismo que impeça o pagamento de despesas que excedam o valor do contrato;
- ampliação do número de treinandos, não obstante termos superado em 9,15% a meta estabelecida.

Quadro CXXXIII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Gerência de Finanças e Administração, da Gerência de Operações, da Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, da Procuradoria Regional, além do Assistente da Superintendência Regional, na qual os representantes apresentaram as avaliações correspondentes aos quesitos apresentados, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 – TCU

Não ocorreu no período.

13.2.2 – CGU

Não ocorreu no período.

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Quadro CXXXIV – Demonstrativo dos Tratamentos das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
19/2011 - (ACG) - Sureg MG/MG
Constatação
1110 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos encontramos as seguintes disfunções: 1) Constatou-se a divergência, a maior de R\$ 148.654,96, no saldo contabilizado na Conta 12123.00.00 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS, registrados no Siafi em confronto com a CONSULTA DE SALDO IS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF), base agosto/2011; 2) Verificou-se diversos registros de contas correntes (responsáveis) que não constam da relação extraída do agente financeiro, a exemplo: Superintendência Reg. do Trabalho e Emprego/MG, FNDE – Fundescola, Sindicato dos Empregados Emp. Seg. Vigilância, Realiza Telecomunicações e Informática e outros. 3) Não foram apropriados os valores de correção monetária e juros relativos a trimestres anteriores. A diferença

constatada no saldo da conta 12123.00.00 poderá gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 2011. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês. Considera-se muito frágil o documento utilizado - (PRF-Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos, por parte da Companhia, para depósito judicial. Não foi apresentada a ficha de análise com a depuração do saldo da conta contábil, em contraponto ao relatório emitido pela instituição financeira depositária, denotando assim que não há conciliação dos saldos. A rotina para esse fim está no aguardo do relatório conclusivo, do grupo de trabalho criado para efetuar o levantamento da situação dos depósitos para recurso. Verificou-se o conhecimento dessa impropriedade por parte da Administração da Sureg MG e da Prore/MG e foi explicado pela equipe de auditores que o assunto é recorrente e as implicações que dele advêm. Entende-se que norma de procedimento deveria ser editada pela matriz da Companhia no sentido de fornecer solução definitiva para o efetivo controle e contabilização dos depósitos recursais, essa envolvendo toda a rotina, fluxograma de tramitação e o mais relevante, a responsabilidade de cada setor/empregado no processo, uma vez que se trata de rotina que necessita de acompanhamento extensivo a vários exercícios financeiros e portanto passível de mudança dos empregados responsáveis. O Egrégio Tribunal de Contas da União, órgão de controle que vincula toda a Administração Pública, emitiu determinação publicada no DOU de 31.10.2008, a saber: - Assunto: CONTROLES INTERNOS. DOU de 31.10.2008, S. 1, p. 163. Ementa: determinação ao SENAR/PA para que realize levantamento das instruções de serviços em vigor, verifique a necessidade de atualizá-las e/ou criar instruções de serviço para as áreas descobertas de normatização, a fim de criar mecanismos de controles nas áreas deficientes, em especial, aquelas relatadas pela auditoria de gestão, nas áreas orçamentária, patrimonial, de recursos humanos e de suprimento de bens e serviços (item 1.7.1.10, TC-016.515/2006-0, Acórdão nº 3.646/2008-1ª Câmara).

Recomendação

1110.1 - Recomendamos à Sureg MG efetuar a análise dos depósitos consignados na Conta 12123.00.00, confrontando-os com o relatório emitido pela instituição financeira depositária e após a constatação daqueles divergentes, buscar os processos, verificar o aproveitamento ou não do valor depositado pelo Juízo e proceder a baixa contábil munidos de documentação que ateste a sua finalidade.

Tratamento das Recomendações

de cleide.laia em 20/01/2012 como Pendente

A conta encontra-se conciliada e as divergências já foram apuradas. Estamos solicitando os respectivos processos à Prore para adoção das providências complementares.

de osvaldo.pateiro em 14/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG, consideramos o item solucionado, com verificação em auditorias posteriores da implementação da recomendação.

Recomendação:

1110.2 - Recomendamos à Sureg MG fazer exposição de motivos à Dirad/Matriz citando, inclusive, as recomendações do Controle Interno sobre o assunto, solicitando que sejam editados pela área responsável, os procedimentos quanto ao processo de autorização, execução e controle dos depósitos recursais, visando a padronização.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 20/01/2012 como Pendente

Enviamos à Dirad a CI Sureg/Gefad Nº 331 de 20.01.2012, em atendimento ao recomendado.

de osvaldo.pateiro em 14/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1111 - Analisou-se os extratos dos cartões de pagamentos dos responsáveis nas unidades jurisdicionadas à Sureg MG e constatou-se que há compras indevidas com esse instrumento, como é o caso da aquisição de materiais de higiene e limpeza, café, açúcar e outros. Lembramos à Sureg MG que as compras realizadas com o CPGF têm caráter de excepcionalidade, não se prestando às despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender às despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto à não-realização de procedimento licitatório. Dessa forma, ficou estabelecido, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea "a" do Inciso II do art. 23, da Lei nº 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$ 200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício - para adequação ao referido limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF - placas de sinalização, fechaduras, mouses, mobiliário, etc. - pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de

subsidiá-los quanto a utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugerimos a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf>. Notou-se também, nos documentos de composição da prestação de contas dos supridos, a ausência do registro de apreciação da autoridade competente, em seguida a apresentação destas. Além das orientações descritas, recentes julgados do Tribunal de Contas da União já oferecem subsídios quanto a aplicação correta da sistemática de pagamento por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, como se segue: - Assuntos: CARTÃO CORPORATIVO e SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 07.05.2010, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Amapá para que: a) ao conceder suprimento de fundos, oriente os supridos para a correta aplicação dos valores disponibilizados, atentando para o período de aplicação previsto no ato concessório e, no caso da necessidade de alteração ou prorrogação do período inicialmente previsto, formalize a referida alteração, por meio de portaria devidamente publicada, fazendo-a constar no respectivo processo de concessão; b) faça constar da prestação de contas dos processos de concessão de suprimentos de fundos as justificativas para a utilização do cartão corporativo governamental, na modalidade saque, conforme estabelece o art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.355, de 25.01.2005; c) utilize suprimento de fundos apenas para despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, e do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986 (itens 9.6.2 a 9.6.4, TC-017.996/2008-1, Acórdão nº 1.842/2010-2ª Câmara). - Assunto: CARTÃO CORPORATIVO. DOU de 26.03.2010, S. 1, ps. 113 e 114. Ementa: determinação à Direção do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB/ MS), para adoção das seguintes medidas quanto ao uso do cartão corporativo, quais sejam: a) providenciar a capacitação dos responsáveis pela execução e controle do CPGF; b) realizar saques no valor das despesas a serem efetuadas (no caso de valores sacados em excesso, proceder à devolução do valor excedente, quando superior a R\$ 30,00, em até 3 dias úteis, por meio de Recolhimento à União); c) utilizar o saque apenas em caráter excepcional e registrar a justificativa na prestação de contas; d) realizar o pagamento das faturas decorrentes do uso do cartão corporativo na data de seu vencimento, abstendo-se de arcar com os encargos financeiros pelo atraso no seu pagamento; e) registrar a apreciação da autoridade competente sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma (item 1.5.1.1, TC-016.181/2008-0, Acórdão nº 1.374/2010-1ª Câmara). - Assunto: SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.04.2010, S. 1, p. 149. Ementa: alerta à CORE/FUNASA/AL no sentido de que: a) restrinja as despesas por meio de suprimento de fundos àquelas em que não haja possibilidade de execução pelo processo normal de aplicação, quais sejam: despesas eventuais que exijam pronto pagamento; despesas de pequeno vulto; ou de caráter sigiloso, nos termos da Lei nº 4.320/1964, art. 68 do Decreto-lei nº 200/1967, § 3º do art. 74, e Decreto nº 93.872/1986, art. 45; b) aprimore os controles sobre a utilização de suprimento de fundos, monitorando a utilização da modalidade de saque quanto às necessidades, prazos de aplicação e ressarcimento de saques não utilizados, mormente no que tange ao prazo máximo para devolução dos saques não utilizados, isto é, três dias úteis após o saque, conforme estabelece o item 6.6 da Macro função/Siafi 02.11.21 (itens 1.6.1 e 1.6.2, TC-015.772/2009-8, Acórdão nº 1.552/2010-2ª Câmara).

Recomendação:

1111.1 - Recomendamos à Sureg MG que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Foi expedida a CI Gefad nº 134/2012, endereçada a todos os supridos, ratificando as instruções anteriores relativas a utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. De igual forma foi expedido a CI Gefad nº 003/2012, endereçada ao Secof, solicitando àquele Setor imprimir maior controle nas prestações de contas dos supridos, de forma a inibir aquisições em desacordo com os normativos e com a legislação vigente.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1111.2 - Recomendamos à Sureg MG que registre de forma conclusiva a concordância da autoridade competente, que no caso dessa dependência é o ordenador de despesas, sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Informamos que, doravante, todas as prestações de contas dos supridos serão submetidas à concordância da Superintendência Regional, após conferência.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Constatação:

1112 - Verificou-se na análise do processo n.º 21208.0232/2010-91, de 16.3.2010, que a Sureg MG efetuou a contratação, por dispensa de licitação, de seguro para 1 caminhão e 2 caminhonetes na modalidade “automóvel cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo/furto) responsabilidade civil facultativa – danos materiais, danos corporais, danos morais e EPP acidentes pessoais de passageiros (morte/invalidez) e assistência 24”, sendo a vigência da apólice de 19.4.2010 a 19.4.2011. Antecipadamente à data de vencimento, a Sureg MG solicitou cotações no mercado local para a renovação da apólice mencionada. Após esse procedimento, remeteu os autos do processo à apreciação da Prore/MG que manifestou-se pela contratação via licitação, por entender que com o advento da renovação da prestação do mesmo serviço, dentro do prazo prorrogável para contratações, estabelecido pelo inc. II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93 (60 meses) estaria caracterizado o fracionamento de despesas, prática proibida na Administração Pública. Nessa direção o TCU julgou e determinou à Administração Pública o seguinte: - Assunto: FRACIONAMENTO. DOU de 12.03.2010, S. 1, p. 175. Ementa: determinação ao INMETRO para que não fragmente despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para a dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993 (item 1.7, TC-019.276/2009-8, Acórdão n.º 809/2010-2ª Câmara). - Assunto: SERVIÇO CONTÍNUO. DOU de 27.07.2006, S. 1, p. 101. Ementa: o TCU determinou à CEAL que atentasse para a necessidade de escolher a modalidade de licitação, a ser realizada para a contratação de serviços a serem executados de forma contínua em que houver previsão de prorrogação de prazo na forma do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em função do valor estimado para o período total de prestação dos serviços, incluídas as prorrogações, de modo que não venham a ser extrapolados os limites estabelecidos no art. 23 daquela Lei (item 1.1.1.5, TC-018.116/2005- 7, Acórdão n.º 1.913/2006-TCU-2ª Câmara). Além da concordância com a d. Prore/MG, o Controle Interno tem a acrescentar o seguinte: - Em auditoria realizada em 2009 (item n.º 472.2 do RA n.º 21/2009) foi recomendado que a Administração da Companhia, no atendimento aos preceitos insculpidos no art. 37 da Constituição da República de 1988 e também os da economicidade e finalidade – onde é dever do Administrador Público buscar os resultados mais práticos e eficazes – verificasse a conveniência e oportunidade de efetuar a aquisição de apólice de seguro, de forma global, para os veículos que julgasse passíveis dessa cobertura. - Nossa opinião é a de que a concentração, nesse caso, é benéfica para a Administração Pública pela possibilidade de descontos maiores e coberturas mais abrangentes. - A Administração da Companhia teria a possibilidade de fornecer soluções centralizadas sobre a gestão de frota a exemplo da gestão de imóveis. Corroborando desse entendimento a Administração da Companhia solicitou à Sureg MG, no início do exercício de 2010, coleta de orçamentos para realizar a licitação centralizada na sede da Companhia em Brasília-DF. Assim, pelo que se depreende da CI Sureg MG n.º 2.501, enviada à Dirad/Matriz em 10.5.2011, e sem manifestação daquela diretoria até o encerramento dos trabalhos na Sureg MG, o processo de licitação não prosperou e com isso os veículos mencionados no parágrafo 1º e outros passíveis de serem segurados estão descobertos, e mais, o possível desconto de renovação (prática usual no mercado segurador para renovação de apólice de seguros sem ocorrência de sinistro) do seguro feito pela Sureg MG, perdeu a validade. A exemplo da segurança armada realizada em todos os imóveis da Companhia, no sentido de se preservar o patrimônio público, o seguro de veículos também é uma forma de preservar não só o patrimônio da Companhia, mas também a de assegurar a transferência dos riscos inerentes à operação de veículos em condições muitas vezes adversas e oferecer garantias às vidas humanas em caso de sinistros envolvendo terceiros e/ou empregados.

Recomendação:

1112.1 - Recomendamos à Sureg MG que para nova contratação de seguros de veículos automotores faça exposição de motivos à Dirad/Difin, no sentido de efetivar um contrato a nível nacional, para todos os veículos passíveis de seguro, alertando aquelas Diretorias, sobre o posicionamento do Controle Interno e da Prore/MG quanto a proibição do fracionamento de despesas e ainda sobre a economicidade em todo o processo licitatório, caso seja feito de forma centralizada.

Tratamento das Recomendações:
de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Informamos que quando da nova contratação de seguros de veículos, encaminharemos exposição de motivos à Dirad/Difin, no sentido de efetivar um contrato a nível nacional para todos os veículos passíveis de seguro, na forma recomendada.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Constatação:

1113 - Constatou-se a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de “Dispensa” ou “Inexigibilidade” de Licitação mormente quanto a regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal. A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União, emitiu várias ementas, dentre as quais destacamos as seguintes: - Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao

SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara).(Grifos do redator). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. - Assuntos: PAGAMENTO e REGULARIDADE FISCAL. DOU de 02.02.2011, S. 1, ps. 175 e 176. Ementa: alerta a uma secretaria municipal de saúde no sentido de que, a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, exija do contratado a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal e aos arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1.1, TC- 19.591/2010-1, Acórdão nº 119/2011-Plenário). - Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário).(Grifos do redator). Na mesma linha de conduta notou-se que a Sureg MG encontra-se com a sua regularidade fiscal vencida, e o Sicaf "Habilitação Parcial" com registros desatualizados, o que contraria, como fornecedores de bens e serviços à Administração Pública, a determinação da Egrégia Corte de Contas. Constatou-se ainda que as Unidades Armazenadoras subordinadas à Sureg MG não estão regularmente cadastradas no SICAF, o que contraria a IN nº 02, de 11/10/2010, do MPOG/SLTI, como transcrevemos: [...] Art. 3º § 1º Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento a fornecedor, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação. § 2º Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada. [...]

Recomendação:

1113.1 - Recomendamos à Sureg MG consultar o SICAF (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo a determinação do Tribunal de Contas da União.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Foi expedida a CI Gefad nº 141/2012, endereçada às UA's e Setad, solicitando o fiel cumprimento desta recomendação. Entretanto, gostaríamos de salientar que o subitem 1.3.1 da INSTRUÇÃO NORMATIVA MARE-GM Nº 05 de 21.07.1995 prevê uma exceção, que transcrevemos: "Considera-se exceção à regra a aquisição de bens e contratações de obras e serviços cujos valores sejam iguais ou menores do que os estabelecidos no art. 24, incisos I e II, e nas hipóteses previstas nos incisos III, IV, VIII, IX, XIV, XVI, e XVIII da Lei nº 8.666/93, devendo, contudo, ser comprovada pelas pessoas jurídicas a quitação com o INSS, FGTS e Fazenda Federal e, pelas pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal". Temos agido ao amparo desta exceção.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Pendente

A instrução normativa indicada foi revogada pela IN nº 02 de 11/10/2010 onde poderão comprovar que a verificação da regularidade fiscal em todos os níveis é obrigatória em qualquer modalidade de licitação ou suas exceções, bem assim os julgados do TCU, órgão que vincula TODA a administração pública já indica essa necessidade. Aguardaremos novo posicionamento da Sureg MG, após a leitura da Instrução aqui mencionada.

de cleide.laia em 23/01/2012 como Pendente

Em razão dos novos fatos expostos, informamos que já orientamos os setores responsáveis da Sureg MG no sentido do fiel cumprimento da recomendação em comento.

de osvaldo.pateiro em 14/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1113.2 - Recomendamos à Sureg MG que efetive, no SICAF, o cadastro das Unidades Armazenadoras jurisdicionadas no sentido de atender a Instrução Normativa apontada.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente

Através da CI Gefad nº 005/2012 o Secof foi orientado no sentido de efetuar o cadastramento das Unidades Armazenadoras. Entretanto, a Conab está com restrições junto à receita Federal o que tem impossibilitado a emissão da

certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos federais e à Dívida Ativa da União. Tão logo haja solução da pendência estaremos dando continuidade ao cadastramento. Esclarecemos que tal pendência já foi formalmente comunicada à Difin.

de osvaldo.pateiro em 14/02/2012 como Pendente

As restrições informadas não impedem o cadastramento no SICAF. A certidão de regularidade é que se encontra com restrição. Por favor efetuem o cadastramento de todas as Unidades jurisdicionadas a essa Sureg MG para que possamos solucionar a pendência.

Constatação:

1114 - Constatou-se que a Sureg MG não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08 é necessária a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Sureg MG em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [...] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [...] Foi informado, em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 007, “a contratação de estagiários é feita ao amparo de convênio firmado pela Matriz, em âmbito nacional, com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE” e no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato, e o CIEE no Distrito Federal não é o gestor de estagiários no Estado de Minas Gerais e desconhece-se que a Regional do CIEE tenha autoridade para celebrar contrato a nível nacional. Ademais, no Estado de Minas Gerais, existe a possibilidade de contratar outros organismos que tem o mesmo objetivo tais como o Instituto Evaldo Lodi – IEL e a Federação Nacional do Comércio – esta por meio de fundação específica – ou ainda, diretamente nas universidades/faculdades da região. Nesse diapasão o Egrégio Tribunal de Contas da União emitiu a seguinte ementa: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa: determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea “u”, item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara). A Sureg MG deve ainda, preocupar-se com a correta aplicação da mão de obra em regime de estágio, não permitindo a utilização dessa, fora dos normativos que regem esse tipo de contratação. Objetivando subsidiá-los transcrevemos os julgados do TCU quanto a matéria: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário). - Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente conveniente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Ainda, considerando-se os pilares da Administração Pública: Moralidade e Impessoalidade, deve a Sureg MG atentar para a impossibilidade de contratar estagiários que possuam vínculos familiares com empregados dessa Sureg MG e unidades subordinadas atendendo ao julgado: - Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Da análise do processo n.º 8-133/2007, de 28.10.2009, que trata da contratação de empresa de telefonia fixa, abrangendo as ligações originadas na sede da Sureg MG e nas Unidades Armazenadoras localizadas no Estado de Minas Gerais, constatou-se que o “Instrumento Particular de Contrato Para Prestação dos Serviços Telefônico Fixo Comutado – STFC, a serem

executados que entre si celebram a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e a Global Village Telecom Ltda.” (fls. 932/939), indica que a contratada foi a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (fls. 939) apesar do contrato ter em todas as suas vias, a chancela da Global Village Telecom Ltda. Verificou-se que a Sureg MG contratou a empresa Global Village Telecom Ltda., CNPJ 03420926/0001-24, com sede à Rua João Paulino Vieira Filho, 752, Maringá-PR e quem presta o serviço de telefonia fixa comutada é a empresa com CNPJ 03420926/0057-98, com sede à Rua Paraíba, 1000, 16º andar, sala n.º 1601, Belo Horizonte-MG. Com essa mesma impropriedade, a Sureg MG contratou a Telemar Norte Leste S/A, CNPJ 33000118/0001-79, com sede à Rua General Polidoro, n.º 99, Rio de Janeiro-RJ, e a prestadora de serviço é a empresa com CNPJ 33000118/0003-30, com sede à Avenida Afonso Pena, 4001, Belo Horizonte-MG. Note-se que, em ambos os casos, existem divergências no empenho, na guia de pagamento e na formalização do pagamento, uma vez que a Sureg MG, no caso da Global Village Telecom Ltda. extrai a certidão do SICAF da filial em Minas Gerais e efetiva o pagamento mesmo com a regularidade fiscal Estadual e Municipal vencida, e no caso da Telemar Norte Leste S/A o faz da matriz da prestadora no Rio de Janeiro, o que contraria as determinações do Tribunal de Contas da União, o que poderá ensejar penalização ao agente público. Para orientá-los segue o acórdão que aborda a matéria: - Assunto: PAGAMENTO. DOU de 18.09.2008, S. 1, p. 146. Ementa: Determinação à DRT/PB para que atente, quando do pagamento de despesa, sobre a conformidade entre o CNPJ do documento fiscal e o do consignado em instrumento contratual (ou documento equivalente), de fornecimento de bens e de prestação de serviços, mesmo quando o favorecido seja matriz, filial, sucursal ou agência (item 11.3.8, TC-013.682/2007-3, Acórdão nº 3.551/2008 – 2ª Câmara). Assim, tanto o pagamento quanto a extração da certificação da regularidade fiscal deverá obedecer ao que está regulado no contrato, portanto o pagamento efetuado a CNPJ distinto daquele constante do instrumento contratual, não atende a determinação da Corte de Contas.

Recomendação:

1114.1 - Recomendamos à Sureg MG que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Estamos iniciando a fase interna objetivando a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1114.2 - Recomendamos à Sureg MG que verifique se o contratado atende a determinação da contratação do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

O contratado contratou seguro de acidentes pessoais dos estagiários, estando em nosso poder cópia da apólice correspondente.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1114.3 - Recomendamos à Sureg MG que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados a essa dependência e efetive a determinação da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Está sendo observada nas contratações de estagiários a existência de vínculo familiar com empregados da Sureg MG. Informamos ainda que nenhum dos estagiários atualmente em atividade na Sureg MG possui vínculo familiar com qualquer empregado aqui lotado.

de cleide.laia em 14/01/2012 como Pendente

Exemplar da Lei nº 11.788 de 25.09.2008 foi disponibilizado ao Sereh, para conhecimento e eventuais consultas.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1114.4 - Recomendamos à Sureg MG regularizar a efetivação do pagamento das faturas mencionadas, revendo inclusive a licitação onde foi vencedora a empresa que não está autorizada a fornecer o serviço de telefonia fixa nas localidades da Sureg MG.

Tratamento das Recomendações:

de em 16/01/2012 como Pendente

Em relação às faturas mencionadas informamos que já solicitamos à GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT que, doravante emita as faturas com o CNPJ da Matriz, que foi a vencedora do certame. Quanto às faturas da TELEMAR NORTE LESTE S/A esclarecemos que os pagamentos sempre foram efetuados no CNPJ da Matriz, vencedora do certame. No que diz respeito às certidões, já nos adequamos, e por ocasião dos pagamentos estaremos retirando as certidões referentes ao CNPJ da Matriz.

de cleide.laia em 16/01/2012 como Pendente

Em relação ao contrato de fls. 932/939 do Processo nº 08-133/2007, cumpre-nos informar que às fls. 932 encontra-se identificada como CONTRATADA a empresa GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, inclusive com a nomeação de seus representantes legais, que foram os signatários às fls. 939. O que houve, no nosso entendimento foi a menção incorreta do nome da CONTRATADA às fls. 939, o que caracteriza erro material, já sanado com a formalização, em 30.10.2010, do Primeiro Aditivo ao Contrato.

de em 17/01/2012 como Pendente

A manifestação da Sureg MG não é conclusiva quanto ao prestador de serviços. A fatura não é o documento fiscal que habilita o fornecedor a receber sua contraprestação de serviços e sim a nota fiscal de serviços de telecomunicações. Estranhamos a possibilidade de empresa concessionária de serviços públicos de telecomunicações (que são distribuídos pelas unidades da federação, tendo o ICMS como sua maior fonte de renda e alíquotas diferentes em cada uma dessas) poder emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços de Telecomunicações em outro Estado. Assim, para melhor esclarecimentos do signatário, solicitamos remeter cópias das notas fiscais de fornecimento dos últimos três meses para avaliação e posterior posicionamento.

de cleide.laia em 23/01/2012 como Pendente

Estamos encaminhando através da CI Sureg MG nº 352 de 23.01.2012 cópias das notas fiscais solicitadas.

Recomendação:

1114.5 - Recomendamos à Sureg MG observância dos preceitos que regulam a contratação pela Administração Pública Federal, notadamente aqueles inseridos na Lei n.º 8.666/93 e subsidiariamente à Lei n.º 10.406/02.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 16/01/2012 como Pendente

Estamos sempre buscando a melhoria de nossos processos, de forma a que seja observado o que preceitua a legislação pertinente. Assim sendo, estaremos observando com maior rigor a legislação mencionada.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1114.6 - Recomendamos, também, que a Sureg MG estabeleça, como condição para agente 67 de todo e qualquer contrato firmado com a Companhia (Lei n.º 8.666/1993, Artigo n.º 67, caput), o conhecimento e o treinamento quanto às cláusulas gerais e particulares de cada fornecimento, sob pena de eleger empregado que não reúne as condições para o atesto da execução e dos pagamentos, podendo gerar prejuízos e responsabilizações.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 16/01/2012 como Pendente

Estamos submetendo à Sumoc/Gecap proposta de treinamento para todos os fiscais de contratos.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Constatação:

1115 - A Sureg MG deve preocupar-se com a transparência pública que, dentre outras ações, determina a divulgação de todas as compras efetuadas pela regional e suas unidades subordinadas como descrito no art. n.º 16, da Lei 8.666/93 e Acórdão do TCU, cujos teores descreve-se: Art.16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexistência de licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). - Assunto: LICITAÇÕES. DOU de 27.07.2006, S. 1, p. 101. Ementa: o TCU determinou à CEAL que procedesse ao exato cumprimento da lei, no que tange à

divulgação de avisos de licitação e contratos em quadro de fácil e amplo acesso público, preferencialmente no principal local de acesso do público, em conformidade com o art. 16, "caput", c/c § 3º, art. 22 da Lei nº 8.666/93 e jurisprudência do TCU (item 9.2.2 do Acórdão 1.330/2005-TCU -Plenário e item 9.3.14 do Acórdão 100/2004-TCU-2ª Câmara) (item 1.1.1.1, TC-018.116/2005-7, Acórdão nº 1.913/2006-TCU-2ª Câmara).

Recomendação:

1115.1 - Recomendamos à Sureg MG que adote as providências para a divulgação das compras como indicado na legislação pertinente e determinação do Órgão de Controle Externo (art. 16, Lei 8.666/93).

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 16/01/2012 como Pendente

O artigo 16 da Lei nº 8.666/93 estabelece que seja dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos. Considerando que todas as compras e contratações desta Sureg têm sido divulgadas através do Sidec - Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras, acreditamos que estamos cumprindo tal disposição.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Pendente

O Sidec é o sistema de divulgação anterior a contratação e o que a Lei indica é que deverão ser informados as compras efetuadas, fornecedores, valores e tipicidade. Aguardamos novo posicionamento dessa Sureg MG

de cleide.laia em 23/01/2012 como Pendente

Informamos que os registros das contratações efetivadas também são registrados para divulgação no comprasnet. Para comprovação estamos encaminhando através da CI Sureg MG nº 353 de 23.01.2012 algumas telas do siasgnet/comprasnet com os registros de compras realizadas pela Sureg MG, objetivando avaliação por parte dessa Auditoria.

Constatação:

1116 - Analisou-se os Mapas de Controle de Mercadorias – MIM e os Mapas de Controle de Faturamento das unidades jurisdicionadas à Sureg MG em contraponto aos registros extraídos do Siafi relativos às contas (19912.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito e 19911.18.00 – Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros) representativas dos estoques de mercadorias e constatou-se divergências relevantes quanto a contabilização e controle no sistema de estoque xFAC. As divergências estão consignadas nas Fichas de Conciliação Contábil apresentadas pela Sureg MG e denotam falta de providências imediatas por parte dos setores responsáveis na Matriz e na Sureg MG, visto que as diferenças são de longa data. A exemplo citamos as seguintes: UG 135184 – PGPM – UA Uberlândia/MG – Saldo do MIM R\$ 423.194,36 Saldo do Razão R\$ 103.164,42 Diferença R\$ (320.029,94) As diferenças são relativas à: - R\$ 35.310,80, R\$ 104.639,37 e R\$ 180.192,23 – FINAM's de 31.1.2011, 1º.2.2011 e 2.2.2011 referentes às despesas com remoção equalizadas, que foram agregadas em duplicidade ao sistema de estoque- xFAC. UG 135184 – PGPM – UA Juiz de Fora/MG – Saldo do MIM R\$ 644.774,81 Saldo do Razão R\$ 619.515,42 Diferença R\$ (25.259,39) As diferenças são relativas à: - R\$ 100.654,10 - FINAM de 18.11.2010 – lançamento de despesas com transporte (frete) não agregado ao custo no MIM. A diferença foi apontada por meio do chamado Sisgat (Sistema Gerencial de Atendimento) n.º 2.637 de 13/12/2010 comunicada aos responsáveis pelo atendimento na Matriz da Companhia, os quais ofereceram a solução em 14/12/2010, sem implementação por parte da Sureg MG até o mês de agosto/2011. - R\$ 61.528,04, R\$ 52.849,87 e R\$ 8.899,25 – FINAM's de 27.1.2011, 3.2.2011 e 4.2.2011 referentes às despesas com remoção equalizadas, agregadas em duplicidade ao Sistema de Estoques xFAC. Foi aberto o chamado Sisgat n.º 2834 em 8.2.2011 relatando o fato e até o encerramento dos trabalhos da equipe de Auditores não se constatou a solução para a correção dos lançamentos. - R\$ 2.636,33 – valor ajustado no mês de setembro/2011 relativo a acerto de arredondamento para compatibilização do saldo contábil e xFAC, relativo à divergências apontadas na FINAM de 19.7.2011. Neste caso a Sureg MG optou por efetuar lançamento no Siafi, ajustando o saldo contábil e com isso gerando uma receita a ser equalizada, em contraponto ao que foi indicado como solução pelo responsável no atendimento ao chamado Sisgat n.º 3225, de 22.7.2011. Apesar de evidenciado o controle nos saldos dos estoques, por meio das Fichas de Conciliação Contábil aqui mencionadas, entende-se que a Companhia deverá melhorar os controles internos, efetivar treinamento constante e integração das áreas operacional e contábil para possuir um sistema de estoque que represente de forma efetiva e consistente as mercadorias sob sua guarda e responsabilidade. Para esse fim, as providências deverão ser implementadas em caráter prioritário, tendo em vista a proporção dos valores envolvidos e a responsabilidade com a transparência dos estoques públicos que são administrados pela Companhia, compulsando os gestores ao crivo dos órgãos de controle externo. Por meio de pesquisas e documentos apresentados a esta Equipe de Auditores, constatou-se a remoção de estoque de milho (adquirido pelo instrumento Mercado de Opção), por meio do Aviso n.º 068/10 da localidade de Rio Verde/GO para Centralina/MG - cidade com população de 10.270 habitantes - (distância 226 km) em montante superior a 24.300.000 kg e que foram alocados em armazém privado, sendo que a Companhia (responsável pela administração dos estoques públicos e é remunerada para esse fim pelo Governo Federal) possui um complexo armazenador (UA Uberlândia - MG), onde efetuou pesados investimentos para aumento da capacidade estática, distante 337 km da mesma cidade de Rio Verde, ou seja a 111 km do local aonde foram armazenados os estoques de milho dessa operação. A UA Uberlândia encontra-se com sua capacidade ociosa em mais de 61,3% desde julho/2010 o que, a princípio, indica a possibilidade de armazenamento da quantidade acima informada em armazéns próprios de, pelo

menos, parte dessa quantidade o que reduziria o valor pago com armazenagem para particulares (R\$ 936.687,86 de ago/2010 a ago/2011).

Recomendação:

1116.1 - Recomendamos à Sureg MG informar sobre a implementação dos lançamentos de correção que estão pendentes de solução.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente

Informamos que as contas de estoque foram compatibilizadas com o MIM (posição de 31.12.2011).

Recomendação:

1116.2 - Recomendamos à Sumoc/Dirad identificar as necessidades e oferecer treinamentos constantes e ininterruptos a todos os empregados envolvidos na contabilização, apuração, controle, digitação e emissão dos documentos, relatórios, fichas de análise e outros relativos ao sistema de estoques xFAC e seus reflexos no Sistema Siafi.

Tratamento das Recomendações:

de thiago.lima em 17/01/2012 como Pendente

Informamos estamos interagindo com a Sutin para viabilização do referido treinamento e que a demanda será inserida no Plano de Educação Corporativa 2012. Lembrando que o PEC é o planejamento das áreas demandantes de Treinamento e Desenvolvimento, como uma das diretrizes que norteiam os pleitos de capacitação, voltados ao processo de crescimento e valorização dos profissionais, direcionados ao alcance das competências organizacionais, funcionais e compatíveis com a previsão orçamentária.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg MG consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1116.3 - Recomendamos à Suope/Suarm informar, em relato circunstanciado, a conveniência, economicidade e oportunidade da remoção daquela quantidade de estoques públicos para armazenador privado, em detrimento dos armazéns próprios ou ainda os armazéns públicos existentes no Estado de Minas Gerais, como determina o item 6 da Resolução Redir n.º 30, de 18/12/2002.

Tratamento das Recomendações:

de rafael.bueno em 16/11/2011 como Pendente

Conforme consta do processo Suarm/Gemov nº 000850/2010, temos a informar: a-) a indicação do armazém da PROAGE em Centralina – MG, foi efetuada pela Sureg MG por meio do fax nº 1.828, de 18.03.2010 (folha 68); b-) além do armazém da PROAGE, foram removidos estoques para os seguintes armazéns (folhas 82 a 96), o que nos faz supor que na época não existia disponibilidade de espaço em unidades próprias ou públicos: LOCALIDADE ARMAZÉM QUANTIDADE (kg) UBERLÂNDIA Conab 4.000.000 FRUTAL CASEMG 8.470.200 CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS CASEMG 5.000.000 ITUIUTABA CASEMG 5.000.000 PATOS DE MINAS CASEMG 5.000.000 c-) tomando-se como base a origem em Rio Verde (GO), onde foi movimentada a maior quantidade de produto, e os destinos de Centralina (MG) e Uberlândia (MG), teremos os seguintes custos de fretes com base na planilha da Conab: ORIGEM DESTINO DIST. (KM) QUANT. (T) VALOR DO FRETE (R\$/t) CUSTO TOTAL (R\$) RIO VERDE CENTRALINA 222 (*) 13.000 37,28 484.640,00 RIO VERDE UBERLÂNDIA 342 (*) 13.000 50,64 658.320,00 (*) FONTE: GUIA RODOVIÁRIO QUATRO RODAS/2007. Em vista do exposto, gostaríamos de esclarecer, por mais uma vez, que a Gemov não indica armazéns de origem (responsabilidade da Suope/ Gecoe com a Sureg gestora do estoque), armazéns de destino (responsabilidade da Sureg de destino da mercadoria, que tem o controle da capacidade de armazenagem disponível em sua área de jurisdição) ou, tão pouco, realiza contratações de fretes sem que haja uma solicitação formal para tal, e após cumprido todos os passos dos normativos em vigor, sendo a Gemov apenas executora das demandas efetuadas pelas diversas Superintendências da Conab.

de joao.nascimento em 16/11/2011 como Pendente

Conforme informação obtida na Suarm, aquela Superintendência já prestou, por meio de despacho, os esclarecimentos sobre a questão e que serão posteriormente inseridas neste sistema. No que refere-se à Suope, informo que a reserva do estoque a ser removido foi feito em estrita observância a indicação específica feita por meio da CI/Suarm Nº 0240, DE 13/4/2010 e que a indicação do armazém de destino foi feito por meio do Fax/Sureg MG nº 1.828, de 18/3/2010.

de osvaldo.pateiro em 17/01/2012 como Pendente

Aguardamos posicionamento da Sureg MG quanto a indicação do armazém de terceiros.

Constatação:

1117 - Os saldos de R\$155.346,03 em 31.8.2011 estão compostos por 178 correntistas, sendo que 157 apresentam saldos vencidos há mais de 120 dias. Constatou-se que, do total de inadimplentes, apenas 20 clientes possuem mercadorias em estoque como garantia da dívida e outros 4 têm estoques, mas insuficiente para garantir o débito. Tem-se, portanto, que 133 clientes retiraram as mercadorias sem saldar as suas dívidas. No quadro a seguir demonstra-se a quantidade de clientes por UA e a sua situação.

Recomendação:

1117.1 - Recomendamos à Sureg MG que oriente os gerentes de Unidades Armazenadoras a não liberar os produtos armazenados sem a comprovação da quitação dos débitos de armazenagem ou outros serviços prestados. Alternativamente, caso o cliente não efetue o pagamento do débito em espécie, deve-se reter a quantidade de produto suficiente para a quitação da dívida. Recomendamos que a Sureg MG informe quais as providências adotadas para a recuperação dos valores a receber dos armazenadores inadimplentes.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente

Informamos que as Unidades armazenadoras já foram orientadas a não liberar produtos sem a comprovação de quitação dos débitos. Informamos ainda que dentre os 133 casos mencionados, já identificamos que diversas UA emitiram, indevidamente, notas fiscais de serviços de armazenagem, em razão de interpretação incorreta do Avisos 203/2009 e 216/2009. Ocorre que tais notas fiscais não foram canceladas, o que originou a existência de débito sem a existência do estoque. A Geope está encarregado de analisar caso a caso, objetivando a regularização da situação.

Constatação:

1118 - A conta registra os valores a receber dos servidores relativos à utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS. Constatou-se que em 31.8.2011 esta apresentava o saldo de R\$167.639,64 na UG 135182 – Sede da Sureg MG e de R\$1.539,87 registrado na UG 135482 – UA Juiz de Fora. A análise da conta revelou que os saldos estavam conciliados com o relatório de Utilização do SAS. Todavia, o valor de R\$1.539,87 refere-se à transferência de saldo de SAS do empregado Antônio Carlos de Souza, da Sureg/ES para a UA Juiz de Fora, conforme consignado na Portaria n.º 324, de 21.7.2010.

Recomendação:

1118.1 - Recomendamos à Sureg MG que atualize o saldo do relatório de SAS de modo a contemplar a transferência do empregado acima citado, informando à Audin, o documento que procedeu a regularização.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 16/01/2012 como Pendente

O valor de R\$1.539,87 foi incluído em 22.10.2010 e consta do Mapa de Controle de Utilização do SAS - Posição de 31.10.2010.

de paulo.hayakawa em 17/01/2012 como Solucionado

Conforme 2011nl000655, o item foi solucionado.

Constatação:

1119 - A conta representa os valores a receber dos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, decorrentes dos adiantamentos concedidos nas operações de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR doação e Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CPR alimento. Os demonstrativos contábeis da Sureg MG, posicionados em 31.8.2011, indicam que a UG 135183 – Unidade Estoque Estratégico/MG possuía um saldo de R\$18.200.255,87, composto por 279 clientes. Verificou-se a existência de saldos sem movimentação desde 2005, o que evidencia a existência de clientes inadimplentes. A Unidade Gestora 135562 – Unidade Conab PAA/MG apresentava saldo de R\$7.614.861,70, composto por 34 clientes. Da mesma forma, verificou-se a existência de saldos sem movimentação desde 2006, evidenciando a existência de clientes inadimplentes. No quadro a seguir demonstra-se a quantidade de clientes, indicando a origem dos registros por ano. A Unidade Gestora 135431 – MO/MG, em 31.8.2011 possuía o saldo de R\$2.199.603,19, cujos registros são decorrentes das operações de CPR alimento realizadas em 2003/2004. Os débitos estão registrados em nome de 877 correntistas e constatou-se que, de 31.12.2010 até 30.8.2011, apenas 4 clientes liquidaram suas dívidas.

Recomendação:

1119.1 - Recomendamos que a Sureg MG proceda à análise dos saldos da conta 11319.01.00, conciliando-os com os registros extra-contábeis, de modo a identificar os clientes inadimplentes, adotando as providências necessárias para o recebimento dos débitos. Recomendamos à Sureg MG que identifique as CPRs doação, cujos saldos depositados nas contas bancárias vinculadas, estejam paralisados em função da inexecução dos projetos, adotando as providências para a

devolução dos valores aos cofres da Companhia, para restituição ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Após a identificação de tais situações, recomendamos encaminhar à Audin relatório circunstanciado com a identificação dos devedores, dos valores e das providências adotadas.

Tratamento das Recomendações:

de em 18/01/2012 como Pendente

A Sureg MG, em razão da carência de pessoal, ainda não dispõe de controles extra-contábeis que favoreçam tais conciliações. Assim sendo, as conciliações neste sentido têm sido feitas somente quando do envio, pela Geope, dos processos cujas CPR estejam encerradas. Entretanto, tal atividade não tem tido a celeridade desejada, em razão da deficiência de pessoal com prática e perfil adequados, já que o Secof só dispõe de um empregado com prática de atualização de cálculo, empregado este que também executa diversas outras tarefas igualmente relevantes.

Constatação:

1120 - A conta apresentava, em 31.8.2011, saldo de R\$20.735,00 decorrente dos adiantamentos a suprimento de fundos na rotina de contas de suprimento de fundos e no Cartão de Pagamento do Governo Federal e, ainda, os adiantamentos de viagem. A análise procedida teve como objetivo averiguar a prestação de contas dos viajantes, detectando-se as seguintes impropriedades: a) ADV n.º 137/2011 – verificou-se que o viajante retornou dia 30.7.2011, porém, consta a data de prestação de contas em 5.5.2011, o que, a princípio, indica erro de digitação; b) ADV n.º 128/2011 – consta que a previsão de retorno do viajante era 6.8.2011, contudo, tem-se que a prestação de contas ocorreu em 5.9.2011; c) ADV n.º 125/2011 – constatou-se que a previsão de retorno era 4.8.2011, todavia, embora o viajante tenha prestado conta, não consta em que data isso ocorreu, visto que não foi preenchido o campo 54 do PCV; d) ADV n.º 145/2011 - verificou-se que a previsão de retorno era 27.8.2011, entretanto, embora o viajante tenha prestado conta, não consta em que data isso ocorreu, visto que não foi preenchido o campo 54 do PCV; e) ADV n.º 065/2011 – verificou-se que o viajante saiu no dia 13.4.2011, com data de retorno prevista para o dia 21.5.2011, totalizando 37,5 dias, com 3 prorrogações. Contudo, a Sureg MG pagou o montante correspondente a 38,5 diárias.

Recomendação:

1120.1 - Recomendamos à Sureg MG que oriente os viajantes quanto ao cumprimento da Norma de Viagem, Código 50.201, Capítulo II, item VII, relativamente aos fatos apontados nas letras “a” a “d”. Com relação ao disposto na letra “e”, recomendamos à Sureg MG proceder análise no sentido de verificar a existência de casos análogos. Em seguida, adotar os procedimentos para o ressarcimento, aos cofres da Companhia, das diárias excedentes, informando à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 20/01/2012 como Pendente

Informamos que os viajantes foram orientados no sentido de observarem o correto preenchimento do formulário de Prestação de Contas, objetivando o cumprimento da Norma de Viagem. Em relação ao disposto na letra e" expedimos CI Sureg/Gefad Nº 321 de 19.01.2012, objetivando prestar os esclarecimentos de forma mais detalhada.

de paulo.hayakawa em 20/01/2012 como Pendente

Em relação a letra "e", aguardamos a solução. NÃO SOLUCIONADO

Constatação:

1121 - A conta registra os valores em apuração, relativos às responsabilidades por irregularidades causadas por terceiros na prestação de serviços cujos processos que estejam em fase de apuração. Constatou-se, em 31.8.2011, os saldos de R\$1.202,72, R\$98,61 e R\$74,26, registrados nas Unidades Gestoras 135184 – Núcleo Estoque Regulador – PGPM, 135562 – Unidade Conab PAA e 135183 – Unidade Estoque Estratégico/MG, respectivamente. Tais saldos referem-se à falta ou perdas de produtos no transporte.

Recomendação:

1121.1 - Recomendamos à Sureg MG informar se existem processos para apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao prejuízo. Em caso positivo, informar sobre a posição atual do referido processo. Em caso negativo, verificar se os valores foram descontados quando do pagamento aos transportadores, procedendo-se à baixa contábil no caso de quitação do débito.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente

Informamos que o saldo de R\$1.202,72 foi baixado através da 2011NL2369 e 2011NL2370 da UG 135184. O saldo de R\$98,61 foi baixado através da 2012NL000022 UG 135562. Do saldo de R\$74,26 já foi baixado o valor de R\$50,40 através da 2012NL000020 UG 135183. O saldo restando, no valor de R\$23,86 foi objeto de apuração no Processo nº 08-115/2005 que se encontra arquivado na Gedin. Estamos solicitando o retorno do citado processo a fim de

verificarmos a sua conclusão autoriza a baixa contábil.

de paulo.hayakawa em 20/01/2012 como Pendente

Tão logo o retorno do processo do arquivo, analisar a conclusão, do valor de R\$23,86, proceder a baixa e comunicar à Audin. Não solucionado.

Constatação:

1122 - A conta registra os valores em apuração relativos às responsabilidades por perdas, desvios de produtos, alteração de qualidade, dentre outros, detectados na armazenagem de mercadorias. No quadro a seguir demonstra-se os saldos consignados nas Unidades Gestoras.

Recomendação:

1122.1 - Recomendamos à Sureg MG informar se existem processos para apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao prejuízo. Em caso positivo, informar sobre a posição atual do referido processo. Em caso negativo, adotar os procedimentos para apuração de responsabilidade.

Tratamento das Recomendações:

de em 18/01/2012 como Pendente

Informamos as baixas dos seguintes valores: R\$489,89(2012NL000049 UG 135184), R\$66.281,36(2011NL001903 UG 135184), R\$18.098,36(2011NL001719 UG 135184), R\$18.711,60(2011NL001904 UG 135184), R\$625.331,46(2011NL001041 e 2011NL001042 UG 135431). R\$31.588,00 - Processo Suope nº 21200.2310/2008 em análise na Geope. o valor de R\$480,86 em fase de autuação de processo pela Geope. R\$ 909.049,89 e R\$ 139.984,92 - Processo nº08-063/2007 - em análise na Proge. Demais valores já solicitamos os respectivos processos à Gedin.

de paulo.hayakawa em 20/01/2012 como Pendente

Aguardamos o retorno dos processos, analisar e proceder a baixa, e comunicar à Audin. NÃO SOLUCIONADO.

Constatação:

1123 - Procedeu-se a análise das contas de despesas, representativas dos juros e multas dedutíveis e indedutíveis, confrontando os saldos com a respectiva conta de controle, no ativo compensado, que indica a apuração de responsabilidade para identificar os agentes que deram causa aos referidos juros e multas (conta 19913.10.00). A análise evidenciou a existência dos registros em despesas, no período de janeiro de 2010 a agosto de 2011, demonstradas no quadro a seguir, sem o lançamento em conta de apuração de responsabilidade. Cabe ressaltar que o assunto foi objeto de recomendação do item n.º 699.1 do Relatório de Auditoria n.º 8 de 10.5.2010, no qual consignou-se os lançamentos relativos aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, ainda pendente de solução.

Recomendação:

1123.1 - Recomendamos à Sureg MG informar, à Audin, se foram autuados os processos para apuração de responsabilidade. Em caso positivo, informar se os valores pagos, a título de juros e multas, foram ressarcidos aos cofres da Companhia. Em caso negativo, recomendamos que sejam autuados os mencionados processos e efetuados os registros na conta 199131000.

Tratamento das Recomendações:

de cleide.laia em 18/01/2012 como Pendente

Informamos que já concluímos os registros na conta contábil de apuração de responsabilidade, bem como a autuação dos respectivos processos, já tendo sido providenciadas também as cobranças daquelas que deram causa aos recolhimentos.